

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Gabriela Bastos Ribas

**AUTOEMPREENDEDORISMO, EMPODERAMENTO E
PRECARIÉDADE: MULHERES FEIRANTES E AS POSSIBILIDADES
DE GERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RENDA FRENTE À CRISE DA
PANDEMIA DA COVID-19**

Santa Maria, RS
2023

Gabriela Bastos Ribas

**AUTOEMPREENDEDORISMO, EMPODERAMENTO E PRECARIIDADE:
MULHERES FEIRANTES E AS POSSIBILIDADES DE GERAÇÃO E
MANUTENÇÃO DE RENDA FRENTE À CRISE DA PANDEMIA DA COVID-19**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de grau de **Mestre em Ciências Sociais**.

Orientador Prof.º Dr.º Everton Lazzaretti Picolotto

Santa Maria, RS
2023

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

RIBAS, GABRIELA
AUTOEMPREENDEDORISMO, EMPODERAMENTO E PRECARIIDADE:
MULHERES FEIRANTES E AS POSSIBILIDADES DE GERAÇÃO E
MANUTENÇÃO DE RENDA FRENTE À CRISE DA PANDEMIA DA COVID
19 / GABRIELA RIBAS.- 2023.
104 p.; 30 cm

Orientador: Everton Lazzaretti Picolotto
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2023

1. Autoempreendedorismo 2. Informalidade 3.
Feminização do trabalho 4. Gênero 5. Pandemia. I.
Lazzaretti Picolotto, Everton II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, GABRIELA RIBAS, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Gabriela Bastos Ribas

**AUTOEMPREENDEDORISMO, EMPODERAMENTO E PRECARIIDADE:
MULHERES FEIRANTES E AS POSSIBILIDADES DE GERAÇÃO E
MANUTENÇÃO DE RENDA FRENTE À CRISE DA PANDEMIA DA COVID-19**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de grau de **Mestre em Ciências Sociais**.

Aprovada em 01 de setembro de 2023:

Drº Everton Lazzaretti Picolotto (UFSM)
(Orientador)

Drª Janaína Xavier do Nascimento (UFSM)
(Avaliadora)

Drª Marina Busso (UNLP)
(Avaliadora)

Drª Laura Senna Ferreira (UFSM)
(Suplente)

SANTA MARIA
2023

Dedico essa dissertação a todas as interlocutoras que me permitiram contar um pouco de suas trajetórias na informalidade. A todas mulheres que trabalham informalmente em busca de dignidade e sobrevivência. À minha mãe que mesmo concursada precisou recorrer à informalidade, equilibrando a jornada formal com atividades de faxina, cozinha, e tantas coisas. À minha avó Soila Regina que faxinou tanta casa, de tanta gente rica, que deveria estar rica também, e minha avó Cleusa que costurou tanta roupa que hoje suas mãos tremem. Às minhas tias Jane e Cineia que revenderam produtos, foram babás e faxineiras, e minha tia Sabrina que, mesmo professora, também revende produtos. A todas vocês, mulheres, cujo trabalho informal faz parte de suas trajetórias, não, puramente, por escolha, mas por sobrevivência.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da construção dessa dissertação enfrentei inúmeros desafios que faziam-me questionar a possibilidade de finalizá-la. A materialização dessa pesquisa deve-se a um conjunto de fatores e esforços sendo o mérito coletivo. Dessa forma, deixo aqui meus agradecimentos mais sinceros e afetuosos a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram com esse feito.

Primeiramente agradeço ao meu orientador Everton Lazzaretti Picolotto, por quem tenho uma grandíssima admiração. Suas orientações não contribuíram apenas para a construção dessa pesquisa e sim para a construção da profissional que tenho buscado ser. Obrigada pela confiança, apoio e carinho. Também agradeço às professoras que passaram pela banca avaliadora, professora Janaína Xavier, professora Mariana Busso e professora Marilis Lemos, agradeço por terem aceitado fazer parte dessa pesquisa e contribuírem com seus conhecimentos e vivências, tornando menos solitário o processo da escrita.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e a todos os professores que dele fazem parte, vocês sempre estarão na minha história. Estendo agradecimentos à Universidade Federal de Santa Maria que me recebeu em 2016 e hoje é parte da minha identidade pessoal, profissional e política.

Essa dissertação de mestrado não seria possível sem o apoio financeiro da CAPES, por isso agradeço à instituição mas também aos estudantes que lutam diariamente por melhorias e direitos para os pós-graduandos.

Aos meus amigos, em especial ao meu amigo e colega Carilo que dividiu as dores da escrita acadêmica e os prazeres de fazer ciência e contar histórias. Guimarães Rosa em sua simplicidade já afirmava que amigo é que a gente seja mas sem precisar de saber o por quê é que é.

Agradeço, especialmente, a minha família. Minha mãe Gelcina, a mulher que mais admiro no mundo, por todo amor, dedicação, apoio e incentivo que me deu e dá até hoje. Meu irmão Pedro, por me ver como pesquisadora e professora mesmo antes de qualquer título, por me apoiar e trocar saberes. E meu companheiro Matheus pelas noites mal dormidas, incansáveis correções e todo apoio e dedicação que teve ao longo dessa pesquisa. Eu amo vocês.

E por fim agradeço ao Feito por Mulheres por me receber e proporcionar contar suas histórias.

A atividade trabalho, nas diferentes formas que assume ao longo da história, não é senão o resultado histórico da luta do ser humano (homens e mulheres) com a natureza no processo social de produção de sua vida — Heleith Saffioti.

RESUMO

AUTOEMPREENDEDORISMO, EMPODERAMENTO E PRECARIIDADE: MULHERES FEIRANTES E AS POSSIBILIDADES DE GERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RENDA FRENTE À CRISE DA PANDEMIA DA COVID-19

AUTORA: Gabriela Bastos Ribas
ORIENTADOR: Prof.º Dr.º Everton Lazzaretti Picolotto

As modificações no mercado de trabalho brasileiro advindas do processo de reestruturação produtiva marcaram significativamente o início da acumulação flexível, gerando implicações para a “classe-que-vive-do-trabalho”, e ainda mais para a vida das mulheres trabalhadoras brasileiras. Com a pandemia da Covid-19 o cenário trabalhista também sofre diferentes implicações, como, principalmente, o aumento do desemprego. Na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, logo nos primeiros meses de pandemia houve cerca de 10 mil demissões, sendo 4 mil em apenas 30 dias. Uma das alternativas encontradas pelos trabalhadores foi o trabalho por conta própria, autogerenciado e informal, que, atualmente corresponde a cerca de 39,6% da população brasileira ocupada, categoria em que 70% são mulheres, e é nesse cenário que o empreendedorismo se propaga como alternativa. Nesse sentido, a seguinte pesquisa visa compreender de que maneira se deu a busca pelo trabalho informal, quais as suas implicações e a relação entre empreendedorismo e empoderamento, a partir de relatos de mulheres feirantes do Feito por Mulheres, uma organização coletiva em formato de feira, que surgiu no cenário de pandemia na cidade de Santa Maria, sendo uma proposta de geração de renda somente para mulheres. Essa pesquisa também aborda as dinâmicas de micro resistência frente à crise do trabalho e a percepção das feirantes sobre a modalidade informal e formal no Brasil, além de problematizar sobre os limites do trabalho por conta própria, a influência da trajetória familiar e a construção da identidade empreendedora. Para a construção dessa pesquisa foi utilizado um referencial teórico marxista, bem como leituras da sociologia do trabalho, e, em grande parte, as contribuições do feminismo materialista e classista. A metodologia escolhida é a qualitativa, com utilização de entrevistas semi-estruturadas, questionário socioeconômico e observação participante em algumas edições da feira.

Palavras-chave: Autoempreendedorismo. Informalidade. Feminização do trabalho. Gênero. Pandemia.

ABSTRACT

SELF-ENTREPRENEURSHIP, EMPOWERMENT, AND PRECARIOUSNESS: WOMEN STREET MARKET SELLERS AND THE POSSIBILITIES OF INCOME GENERATION AND MAINTENANCE FACED WITH THE COVID-19 PANDEMIC CRISIS

Author: Gabriela Bastos Ribas

Advisor: Prof.º Dr.º Everton Lazzaretti Picoletto

Changes in the Brazilian labor market arising from the productive restructuring process significantly marked the beginning of flexible accumulation, generating implications for the “class that lives from work”, and even more so for the lives of Brazilian working women. With the Covid-19 pandemic, the labor scenario also suffers different implications, such as, mainly, the increase in unemployment. In the city of Santa Maria, in Rio Grande do Sul, in the first months of the pandemic there were around 10,000 layoffs, 4,000 of which in just 30 days. One of the alternatives found by workers was self-employed, self-managed, and informal work, which currently corresponds to about 39.6% of the employed Brazilian population, a category in which 70% are women, and it is in this scenario that entrepreneurship spreads as an alternative. In this sense, the following research aims to understand how the search for informal work took place, what are its implications, and the relationship between entrepreneurship and empowerment, based on reports from female marketers at Feito por Mulheres, a collective organization in the form of a street market, which emerged in the context of a pandemic in the city of Santa Maria, with a proposal to generate income only for women. This research also addresses the dynamics of micro-resistance in the face of the work crisis and the perception of marketers about the informal and formal modality in Brazil, in addition to problematizing the limits of self-employment, the influence of family history, and the construction of identity entrepreneurs. For the construction of this research, a Marxist theoretical framework was used, as well as readings of the sociology of work, and, in large part, the contributions of materialist and classist feminism. The chosen methodology is qualitative, using semi-structured interviews, socioeconomic questionnaires, and participant observation in some editions of the street market.

Keywords: Self-entrepreneurship. Informality. Feminization of work. Gender. Pandemic.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES ABREVIACOES

FPM - Feito por mulheres

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CLT - Consolidao de Leis de Trabalho

CACISM - Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

FEICOOP - Feira Internacional do Cooperativismo e da Economia Solidária

PT - Partido dos Trabalhadores

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

FHC - Fernando Henrique Cardoso

PL - Projeto de Lei

MEI - Microempreendedor Individual

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sebrae Delas.....	62
------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais elementos da Reforma Trabalhista.....	40
Quadro 2 - Perfil Organizadoras.....	48
Quadro 3 - Perfil Feirantes.....	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pessoas economicamente ativas ocupadas, por sexo: 2002-2008.....36

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVO GERAL	19
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
1.3 REFERENCIAL TEÓRICO	20
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
2. MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E A INFORMALIDADE POR NECESSIDADE	28
2.1 A TRAJETÓRIA INFORMAL DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E SEUS IMPACTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA	30
2.2 A CONTRARREFORMA TRABALHISTA E A EXTREMA DIREITA DE JAIR BOLSONARO	38
2.3 UBERIZAÇÃO, FEMINIZAÇÃO E INFORMALIDADE: A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	41
2.4 A PANDEMIA DA COVID-19 E A NECESSIDADE DE REINVENTAR: APRESENTANDO A FEIRA FEITO POR MULHERES DE SANTA MARIA	46
3. EMPREENDEDORISMO FEMININO: ENTRE O EMPODERAMENTO E A PRECARIIDADE	55
3.1 CONCEITUANDO O EMPREENDEDORISMO	57
3.2 ENTRE O EMPODERAMENTO E A PRECARIIDADE	60
3.3 ESCOLHA OU SOBREVIVÊNCIA? IDENTIDADE EMPREENDEDORA E AS RAZÕES PARA EMPREENDER	64
4. AS FEIRANTES DA FPM E O MUNDO DO TRABALHO: RELATOS E PERCEPÇÕES	69
4.1 AS TRAJETÓRIAS NO MUNDO DO TRABALHO E A INSERÇÃO NA INFORMALIDADE	71
4.1.1 EMMA	71
4.1.2 ANGELA	72
4.1.3 ALEXANDRA	74
4.1.4 NANCY	76
4.1.5 CLARA	77
4.1.6 ELISABETH	78
4.1.7 MIRLA	80
4.1.8 LUDMILLA	81
4.2 A CASA COMO ESPAÇO DE TRABALHO E O TRABALHO EM TEMPO DE LAZER	83
4.3 AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A IMPORTÂNCIA DA FEITO POR MULHERES	86
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	94
ANEXO A - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO	99
ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA ORGANIZADORAS	99
ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	103

1. INTRODUÇÃO

As transformações no mundo contemporâneo afetaram as dinâmicas e organizações do trabalho, trazendo novas modalidades para a classe trabalhadora, como o trabalho digital e o trabalho por conta própria (ABÍLIO, 2019). No Brasil, desde o início da reestruturação produtiva, na década de 1990, — resposta capitalista à sua crise, impulsionando novos métodos de produção, tecnologias e a gestão da força de trabalho (LESSA, 2012) —, muitas foram as mudanças no cenário trabalhista, proporcionando um aumento de flexibilização de leis, instabilidade econômica, sucateamento e precariedade laboral (ALVES, 2002). Nesse período houve um grande avanço das ideias neoliberais no mercado, fomentando a competitividade, meritocracia e o autogerenciamento. Em combate a isso, novas formas de organização econômica em torno do cooperativismo, como a economia solidária, também começam a fortalecer-se na década de 1990, colocando-se enquanto uma alternativa ao mercado capitalista e seus entraves. Mas a economia brasileira, ainda que tenha apresentado um crescimento moderado nos anos 2000, não conseguiu desvincular-se do espírito informal que constitui um traço histórico do país. Em 2014, com a chegada da empresa Uber, surgiu um novo modelo de trabalho, ainda mais informal e também “flexível”, e o surgimento desse modelo afetou drasticamente a realidade da classe trabalhadora, num fenômeno nomeado por muitos teóricos como *uberização do trabalho*, que tem como aspecto geral a transferência do gerenciamento do trabalho para o próprio trabalhador (ANTUNES, 2020a), aspecto condizente também com o modo de produção toyotista.

A crise política do Brasil, em 2015, ocasionada pelo desequilíbrio do PIB (Produto Interno Bruto) e pelas manifestações contra a então presidenta Dilma Rousseff, abriu as portas e janelas para a desregulamentação e desmonte da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), a precarização laboral, piores salários e um altíssimo custo de vida. A Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), implementada pelo governo de Michel Temer, em 2018, foi viabilizada por esse cenário sob a justificativa de modernização e retomada de empregos. No entanto, atualmente em 2023, temos uma taxa de 39,6% de informalidade, com cerca de 34,014 milhões de brasileiros atuando no mercado informal sem carteira assinada, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). A suposta “liberdade” de

gerenciamento de suas vidas produtivas não resultou em uma redução das horas trabalhadas, tão pouco em autonomia financeira, pelo contrário, até o momento podemos ver uma grande perda na legislação trabalhista, queda na remuneração e a necessidade do trabalhador recorrer à mais de uma ocupação para garantia de sua sobrevivência, “a incerteza é parte de seu cotidiano, e passa a ser incorporada no gerenciamento de si, traduzindo-se em diferentes estratégias pessoais para a garantia da própria remuneração” (ABÍLIO, 2019, p. 03). Sem perspectiva de emprego ou de estabilidade e sob a ilusão de terem maior controle de seu trabalho e ganhos, pessoas do país inteiro recorrem ao trabalho por conta própria, modalidade que aumentou drasticamente durante a pandemia da Covid-19 segundo dados do IBGE de 2021. Nesse sentido, surgem modalidades e dinâmicas do trabalho informal e autônomo, com propostas de autogestão e autorresponsabilização, como é o caso do autoempreendedorismo — onde o indivíduo empreende sozinho, isolado de uma grande empresa, sendo responsável por seus ganhos e perdas — que adquire cada vez mais espaço na sociedade brasileira. Tanto os meios de comunicação como o próprio capitalismo apresentam o “ser empreendedor” como um empresário bem sucedido, um trabalhador por conta própria ou mesmo alguém dotado de criatividade e proatividade (COLBARI, 2007). Dessa forma, o empreendedorismo não se apresenta somente como uma categoria de trabalho mas, também, como uma identidade, gerando comportamentos, identificações e sentimentos naqueles que buscam por essa modalidade.

O crescimento de mulheres em postos precarizados é outro fator importante e que tem aumentado significativamente desde 2013, segundo pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Vários estudos indicam que as mulheres, especialmente mulheres negras e mães, têm ainda mais dificuldade em acessar o mercado de trabalho formal do que os homens, resultando na recorrência aos piores postos ou mesmo na emergência de novas expressões da informalidade — a exemplo da terceirização, o empreendedorismo, e o cooperativismo — cujo resultado é a intensificação do trabalho e a autoexploração do trabalhador (ANTUNES, 2011, p. 407). Entretanto, não é de hoje que o capitalismo tem se aproveitado da força de trabalho das mulheres para alavancar, usufruindo da polivalência e multiatividade do trabalho feminino, herdadas das atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo, especialmente pelas mulheres mais pobres. Mirla Cisne (2018, p. 97) aponta que o modo de produção capitalista

encontra na exploração do trabalho da mulher, seja na esfera privada ou pública, uma das bases de sua sustentação. Cisne também aponta que para falar sobre o mundo do trabalho e como ele impacta na sociedade “é necessário partirmos da percepção de que na maioria das sociedades as mulheres trabalham mais do que os homens” (2018, p. 91).

Muito antes da industrialização, no Brasil, as mulheres mais pobres já desempenhavam funções fora do ambiente doméstico, tanto na cidade, enquanto operárias, como também no campo, com o trabalho rural (SOUZA-LOBO, 1991), para além dessas atividades na esfera pública, ainda cuidavam do lar. Dessa forma, “o trabalho doméstico faz parte da condição de mulher, o emprego faz parte da condição de mulher pobre” (Ibid., p. 82). Com o advento do maquinário no processo produtivo, no final do século XIX e início do século XX, as mulheres correspondiam à maior parte do proletariado brasileiro, assim como crianças e imigrantes (RAGO, 2001), uma condição que apenas as mais pobres vivenciavam. Com a necessidade de substituição da mão de obra escrava, a política adotada pelo governo da época era de contratação de mão de obra barata, sendo as mulheres mais pobres, especialmente as negras, um atrativo para as funções precarizadas, com baixíssimos salários e extenuantes jornadas (Ibid). Mesmo com a crescente mudança no processo produtivo e sua modernização, as atividades laborais precarizadas, vinculadas ao trabalho doméstico, não deixaram de existir, e as mulheres brasileiras mais pobres continuaram a ser o alvo central, num fenômeno denominado como “feminização do trabalho” (ASSUNÇÃO, 2011). Com as tentativas de reestruturação do capital e a chegada do modelo toyotista, chamado também de “fábrica flexível” (ANTUNES, 2000), surgem novos postos de trabalho, mudanças na legislação trabalhista e um saldo negativo para a classe trabalhadora brasileira, saldo este que perdura até os dias atuais.

Partindo do princípio de que as mulheres brasileiras são as mais afetadas com essas transformações, essa pesquisa tem como tema central a informalidade do trabalho e as consequências para as relações de gênero, buscando problematizar a identidade empreendedora, entendendo que essa se constrói de forma ideológica, cultural e subjetiva (COLBARI, 2007), tendo em vista que “aquele hoje denominado empreendedor é na realidade o trabalhador solitariamente encarregado de sua própria reprodução social” (ABÍLIO, 2020, p. 116).

Em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, a crise do trabalho e o alarmante cenário de desemprego, que logo nos primeiros meses de pandemia da Covid-19, em 2020, afetou cerca de 10 mil pessoas, segundo uma pesquisa feita pela Câmara de Comércio, Indústria, e Serviços de Santa Maria (CACISM) com empresas da medicina do trabalho, condicionou os trabalhadores a buscarem alternativas para garantir um salário ou, ao menos, uma garantia de sobrevivência. Para as mulheres de Santa Maria, uma das alternativas foi o fortalecimento de vendas a partir de grupos no Facebook, como o “Feito Por Mulheres”, grupo já existente desde 2016, que logo no primeiro trimestre da pandemia teve uma grande procura, totalizando mais de 6 mil mulheres. Autoproclamadas empreendedoras, essas mulheres utilizavam da ferramenta online para vender seus produtos e fortalecer-se umas às outras a partir da compra e venda de produtos. Segundo Abílio (2019), as plataformas digitais, como o Facebook, têm sido globalmente reconhecidas como vetores de novas formas de organização do trabalho, sendo um novo estágio da uberização. Nas palavras da autora, “tal processo atualmente consolida o trabalhador como um autogerente-subordinado que já não é contratado, mas se engaja no trabalho via a adesão às plataformas” (ABÍLIO, 2019, p. 02). Com a chegada da vacina e a queda no número de mortes e internações na cidade, o grupo estendeu-se para um coletivo de feirantes, que, mensalmente, encontram-se presencialmente em espaços públicos da cidade, expondo seus produtos e marcas. Assim surgiu a “Feira Feito por Mulheres”, uma opção de garantia de sobrevivência em meio à crise do trabalho, colocando em evidência o autogerenciamento das trabalhadoras e uma reconfiguração do trabalho coletivo.

Nesse sentido, a seguinte pesquisa de mestrado visa compreender **quais as implicações do trabalho informal e autoempendedorismo na vida das mulheres feirantes, as principais motivações para empreender e, também, as percepções e dinâmicas de micro resistência frente à crise do trabalho encontradas por elas ao longo de suas vidas.**

Sabendo que, nas últimas décadas, a definição de informalidade do trabalho vem tornando-se cada vez mais complexa, demonstrando os desafios de sustentação de conceitos embasados pelos pilares e horizontes da sociedade salarial (CASTEL, 1998), foi utilizado o conceito de Helena Hirata (2011) e Ricardo Antunes (2000) que consideram “informais” as seguintes posições na ocupação: trabalhadores domésticos sem carteira assinada, não remunerados, empregados

sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria, pequenos empreendedores e trabalhadores sem direitos trabalhistas concretos. Com exceção daqueles que produzem somente para o próprio consumo.

Essa é uma pesquisa qualitativa, com utilização de questionário socioeconômico e entrevistas semiestruturadas. Para seu desenvolvimento, foi utilizado uma bibliografia marxista a fim de problematizar as novas formas de trabalho e suas implicações nas relações de classe, e, por compreender que dentro das relações de classe, há relações de gênero, e suas particularidades, essa pesquisa também foi alicerçada sob teorias do feminismo classista e materialista, que compreende que, por mais que façamos parte de uma mesma classe, nós mulheres fazemos parte de uma sociedade que beneficia homens e se aproveita do trabalho feminino, delegando maior precarização às mulheres mais pobres e marginalizadas. Para os relatos das entrevistadas foi construído dois roteiros de entrevistas, um especificamente para as organizadoras da Feira Feito por Mulheres e outro para as feirantes, também foi utilizado da técnica de análise de trajetórias, com a finalidade de compreender as subjetividades presentes em cada caso e os motivos pelos quais o trabalho por conta própria tornou-se alternativa para essas mulheres. Justifica-se neste trabalho a tentativa de, não apenas apontar que a informalidade é mais uma forma de precarização, o que já sabemos, mas, compreender suas implicações na vida das trabalhadoras, quais são seus saldos e como é a percepção de quem precisa disso para sobreviver. A relevância da pesquisa encontra-se na tentativa de articular a Sociologia do Trabalho com as problemáticas de gênero, especialmente com a relação de gênero e precarização, compreendendo que a classe trabalhadora tem dois sexos (SOUZA-LOBO, 1991).

Esse é um trabalho que surge a partir do contato direto com o grupo no Facebook e com as primeiras mobilizações em torno da construção da feira. A escolha pelo grupo deu-se também por entender que o empreendedorismo tem de popularizado entre a classe trabalhadora, especialmente entre as mulheres, que desde muito tempo já trabalham nessa forma, como revendedoras de cosméticos, inseridas no sistema de vendas diretas. Ademais, tem-se o intuito de somar-se às contribuições de pesquisas referentes ao autogerenciamento e ao trabalho das mulheres, confrontando as ideias turvas, ou simplistas, de que renda e salário são suficientes para empoderar mulheres, ideias muito defendidas pelo feminismo liberal, que:

Dedicado a permitir que um pequeno número de mulheres privilegiadas escale a hierarquia corporativa e os escalões das Forças Armadas, esse feminismo propõe uma visão de igualdade baseada no mercado, que se harmoniza perfeitamente com o entusiasmo corporativo vigente pela “diversidade”. Embora condene a “discriminação” e defenda a “liberdade de escolha”, o feminismo liberal se recusa firmemente a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres. Seu verdadeiro objetivo não é igualdade, mas meritocracia. (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 37).

O empreendedorismo feminino tem se apresentado como uma ferramenta que contribui para o empoderamento e autonomia das mulheres e para o enfrentamento das desigualdades de gênero. Nesse sentido, a pesquisa segue e defende os ideais do feminismo classista que aponta não ser possível uma plena emancipação das mulheres no capitalismo (SAFFIOTI, 2013), entendo que não há emancipação das mulheres se não existir emancipação de toda a classe trabalhadora (ASSUNÇÃO, 2011, p. 92), e por isso, enquanto houver precarização, exploração e divisão de classes, o empoderamento não será suficiente para aniquilar as problemáticas de gênero.

1.1 OBJETIVO GERAL

Tendo em vista as reconfigurações do trabalho no cenário brasileiro e suas implicações para com a classe trabalhadora, especialmente nas relações de gênero, essa dissertação tem como objetivo geral problematizar os limites do trabalho por conta própria, a construção da identidade empreendedora e sua relação com gênero e empoderamento e as motivações para empreender, estando alicerçada em uma base teórica crítica ao capitalismo e às desigualdades de gênero.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Buscando dar suporte ao objetivo geral e um melhor aprofundamento na pesquisa, este trabalho também terá os seguintes objetivos:

1. Levantar informações sobre a construção da Feira Feito por Mulheres de Santa Maria e as dinâmicas de trabalho e produção;
2. Mapear as condições de renda, escolaridade e a trajetória no mundo do trabalho, tanto das entrevistadas quanto dos seus familiares (pais e mães);
3. Compreender a construção da identidade empreendedora em um contexto de proliferação do trabalho autogerenciado e precarizado;
4. Compreender a percepção das trabalhadoras sobre as relações entre trabalho informal, empreendedorismo e empoderamento e os fatores que contribuíram para atuação nessa modalidade;
5. Apontar e refletir sobre as formas de micro resistência frente à crise do trabalho a partir das entrevistas.

Dessa forma a pesquisa foi construída à maneira de dar conta dos objetivos específicos, que visam dar conta do geral, estando fragmentada em quatro capítulos, todos eles teórico-empíricos. O primeiro é a introdução do tema, no segundo será tratado das modificações no mercado de trabalho brasileiro e apresentado a Feira Feito por Mulheres, no terceiro será problematizado a disseminação do empreendedorismo e a construção da identidade empreendedora, trazendo narrativas das feirantes entrevistadas e o quarto e último capítulo, os relatos e percepções das feirantes sobre o trabalho informal, empoderamento, questões políticas e a importância da FPM em suas vidas.

1.3 REFERENCIAL TEÓRICO

A perspectiva teórica que estrutura e norteia essa pesquisa é a Sociologia do Trabalho, que visa problematizar e compreender as mudanças ocorridas nas últimas décadas no mercado de trabalho brasileiro, como por exemplo, a modernização, a explosão do neoliberalismo, aumento da precarização laboral, a reestruturação produtiva e maior inserção da força de trabalho feminina no processo produtivo. Estudos como greves, sindicatos, consciência de classe e resistências micro e macro políticas, estiveram no centro das pesquisas de campo dessa área, especialmente na América Latina (LEITE, 2012, p. 103), e, atualmente, começou-se a incorporar também as modalidades de trabalho plataformizado, a subjetividade dos

trabalhadores e as relações de raça e gênero. Esse último tema merece uma referência à parte. Segundo Cisne (2018, p. 36):

A análise da condição da mulher no mundo do trabalho não é uma questão de ordem linguística ou meramente gramatical. Ou seja, não se trata, apenas, de ressaltar que além de trabalhadores, existem trabalhadoras na composição da classe. Trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora e que isso atende diretamente aos interesses dominantes.

Dessa forma, é insuficiente para a Sociologia do Trabalho tratar apenas da incorporação feminina no processo produtivo, é necessário, também, ressaltar os saldos que essa incorporação trouxe às mulheres, pautando os principais postos de trabalho direcionados à elas, as jornadas de trabalho, remuneração e as opressões e violências cotidianas advindas do processo produtivo, afinal o mundo do trabalho acentuou profundamente a divisão sexual do trabalho, reservando para as mulheres espaços específicos que se caracterizam pela inferioridade hierárquica, salários menores e por atividades adaptadas às suas capacidades inatas (NOGUEIRA, 2004, p. 18). É preciso entender também que no mundo do trabalho “as mulheres brancas ganham salários inferiores aos dos homens brancos e superiores aos das mulheres negras e aos dos homens negros” (CISNE, 2018, p. 37), trazendo aquilo que Thompson (2005) já nos alertou: que a classe não é massa homogênea, e cada uma das suas particularidades se relacionam, dialeticamente, trazendo implicações variadas para cada um que a compõem. Diante disso, essa pesquisa utilizou de bibliografias clássicas e contemporâneas da Sociologia do Trabalho e das perspectivas de gênero abordadas por teóricas do feminismo classista, ou materialista, como Silvia Federici (2018), Mirla Cisne (2018), Elizabeth Souza-Lobo (1991), entre outras. Importante destacar que, ao falarmos de feminismo classista estamos nos referindo ao viés “ancorado em uma perspectiva materialista, histórica e dialética, tendo como horizonte estratégico para a sua ação política a luta pela emancipação humana” (CISNE, p. 211, 2018).

No contexto de flexibilização do trabalho, com a implementação de reformas neoliberais, sucateamento de políticas públicas e direitos trabalhistas, a definição de empreendedorismo vem adquirindo novos usos e significados políticos. Entretanto em seu cerne, está a mais obscura face da informalização do trabalho e transferência de riscos para o trabalhador, o qual continua sendo explorado como

trabalhador, mas é apresentado e denominado como um empresário (ABÍLIO, 2019, p. 04). A ausência de vínculo entre empregador e empregado, através de contratos, legislação e direitos trabalhistas, possibilita que o trabalhador organize seus próprios horários e produções, transmitindo uma ideia de liberdade e autogerenciamento, todavia, o trabalhador depara-se em um fogo cruzado, tendo que produzir ainda mais, competir e vivenciar a instabilidade de não ter uma renda mensal fixa, pagar a própria aposentadoria e não possuir nenhum direito trabalhista (como férias e décimo terceiro). A categoria “empreendedorismo” trata-se de uma forma oculta de trabalho assalariado apresentada como “independente e autônoma”, uma vez que impõe ao trabalhador uma autoimagem de proprietário de si mesmo, mascarando as contradições de classes produzidas pelo capital, colocando o trabalhador em uma situação de autoexploração (ANTUNES, 2020a). A literatura utilizada para compreender essas novas modalidades de trabalho, como autogerenciamento, plataformização, uberização e informalidade, privilegia os seguintes autores: (ABÍLIO, 2015, 2019, 2020) (ANTUNES, 2000, 2011, 2020a), (HIRATA, 2009, 2011), (SÍGOLO, 2020), (SLEE, 2017).

Sobre as problemáticas de gênero, empoderamento, divisão sexual do trabalho e feminização do trabalho, essa pesquisa está alicerçada pelas contribuições materialistas e anticapitalistas de algumas autoras. Sabendo que o modo de produção capitalista encontra na exploração do trabalho da mulher, seja na esfera privada ou pública, uma das bases de sua sustentação (CISNE, 2018), concebe-se que autonomia, liberdade e emancipação são totalmente contrárias ao modo de produção vigente. Afinal, como apontado por Nogueira (2004) a inserção da força de trabalho feminina serviu como instrumento para o capital flexibilizar as condições e leis trabalhistas, diminuindo salários, aumentando a produção, exigindo maiores qualificações e relegando os piores postos para as mulheres da classe trabalhadora. Nesse sentido, serão incorporadas as contribuições referentes à: (ABÍLIO, 2015), (ASSUNÇÃO, 2011), (CISNE, 2018), (FEDERICI, 2018), (NOGUEIRA, 2004, 2011), (SAFFIOTI, 2013), (SOUZA-LOBO, 1991);

Não podemos falar sobre o atual contexto sem mencionar a Reforma Trabalhista de Michel Temer, em 2017, uma das maiores responsáveis pelo sucateamento de políticas públicas no Brasil. As modificações trazidas na Lei nº 13.467/2017 envolvem a descentralização das negociações coletivas, mudanças nas formas de contratação, flexibilização das relações de trabalho e muitas outras

emboscadas que caminham em sentido contrário aos interesses da classe trabalhadora. Por essa razão, denomina-se nesta pesquisa uma contrarreforma trabalhista, utilizando das seguintes leituras: (ANTUNES, 2020a), (GALVÃO; et al., 2017), (KREIN, 2018);

Por fim, sobre críticas ao modo de produção capitalista, classe e consciência de classe, entendendo que para algumas explicações é necessário buscar diretamente da fonte, essa pesquisa contou com algumas contribuições do pensamento marxiano — (MARX, 1979, 2011), (ENGELS; MARX, 2001).

As categorias analíticas da pesquisa aparecem em três conjuntos, o primeiro relacionado às modalidades de trabalho, como a informalidade, uberização, autogerenciamento e empreendedorismo, enquanto o segundo está relacionado com a intersecção entre gênero e classe, empoderamento e emancipação, e o terceiro, diz respeito à identidade, subjetividades e resistências.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este é um projeto surgido a partir da reflexão acerca das mudanças no mundo do trabalho e, especialmente, do impacto que a Covid-19 causou nas trabalhadoras mulheres. Entretanto, falar sobre gênero e trabalho para essa pesquisadora é uma das obrigações enquanto Cientista Social. Para todos e todas que vieram de uma classe desfavorecida, o trabalho precarizado é uma das poucas “possibilidades” de sobrevivência — para não dizer a única — obrigando-nos a estudar e trabalhar ao mesmo tempo, reinventar, ser dinâmicos, e essa “possibilidade” é direcionada ainda mais e especialmente para as mulheres da classe trabalhadora.

O direcionamento da pesquisa se deu na metade do ano de 2021, quando ocorreram as primeiras mobilizações em torno da construção da feira. Por fazer parte do grupo no Facebook, foi possível acompanhar todas as movimentações, debates, preocupações e apontamentos frente às mudanças oriundas da pandemia no cenário da cidade de Santa Maria. Foi nesse momento que o objeto e os sujeitos da pesquisa foram estabelecidos, não tendo dúvidas de que essa pesquisa se colocaria, desde seu início, crítica ao empreendedorismo, tratando-o como uma alternativa à sobrevivência frente à crise sanitária, política e econômica que ainda se manifesta no país. Com a crise herdada pelo sucateamento de Michel Temer e

fortalecida pelo desgoverno de extrema direita de Jair Bolsonaro, resta ao pobre resistir e sobreviver. Dessa forma, sem ilusões, essa pesquisa compreende o autogerenciamento e o “pequeno empreendedor” como “o trabalhador solitariamente encarregado de sua própria reprodução social” (ABÍLIO, 2020, p. 116).

Busca-se neste trabalho problematizar aspectos relacionados à autogestão de forma a compreender que os trabalhadores e trabalhadoras que estão nessa modalidade vivem um outro contexto, diferente do que apontam algumas concepções teóricas que tendem a tratar a problemática apenas sob seus impactos para o mundo do trabalho, esquecendo, muitas vezes, da gama de experiências e sentimentos vivenciados no decorrer do contexto (SÍGOLO *et al.*, 2020). Dessa forma, foram escolhidas ferramentas metodológicas para auxiliar no processo de construção de uma pesquisa teórico-empírica, qualificando o material recolhido e utilizando da oportunidade de fazer observações em campo.

Por metodologia podemos entender “os procedimentos reconhecidos, voltados para a produção de dados e explicações” (DE SOUZA MINAYO *et al.*, 2011, p, 42), com o intuito de responder perguntas que guiam um pesquisador e seu problema de pesquisa na investigação sociológica. Dessa forma, os procedimentos aqui utilizados partiram do princípio de que esta pesquisa pretende ser sociohistórica, compreender não somente a estrutura na qual as relações de gênero e trabalho configuram-se mas também as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e razões de ser (HAGUETTE, 1999), de modo que é possível encontrar na pesquisa qualitativa o suporte necessário. A pesquisa qualitativa “visa a captação do significado subjetivo das questões a partir das perspectivas dos participantes” (FLICK, 2013, p. 23), contribuindo para um olhar que não pode, ou não deveria, ser quantificado. Segundo Demo (2001) a pesquisa qualitativa foi inventada para recuperar o vínculo teórico/prático, diferente das tradições positivistas que buscavam neutralidade e objetividade nos resultados. Nesse sentido, Melucci (2005, p. 40) aponta que, em uma pesquisa qualitativa, é necessário considerar a capacidade que os atores têm de construir o sentido da ação no interior das redes de relações que permitem partilhar a produção de significados.

Tendo em vista que, em um estudo qualitativo, um fenômeno não diz, necessariamente, respeito à sua totalidade, para a investigação deste trabalho também será utilizada uma análise de trajetórias, buscando não só reconstruir o

caminho de inserção das entrevistadas no mundo do trabalho, mas, também, compreender as razões, motivações e escopos para quais contribuíram com suas ocupações informais. O estudo de uma trajetória individual pode colaborar com a compreensão acerca da dinâmica de funcionamento de diferentes configurações sociais em diferentes níveis de análise, entretanto é necessário que a pesquisa apoie-se, também, em uma análise das redes de interdependência nas quais essas trajetórias estão alicerçadas (GUÉRIOS, 2011, p. 28). Desse modo, interessa-nos também a perspectiva das trabalhadoras frente o trabalho e a informalidade e suas estratégias de resistência, e para que isso seja possível, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com encontros presenciais e individuais, consentidos através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas semi-estruturadas são uma das técnicas de coleta de dados que envolve o diálogo e comunicação entre pesquisador e entrevistado, dando suporte aos objetivos da pesquisa (DUARTE, 2002). De acordo com Minayo; Costa (2018, p.143) “o entrevistador tem um controle maior sobre o que pretende saber sobre o campo e, ao mesmo tempo, dar espaço a uma reflexão livre e espontânea do entrevistado sobre os tópicos assinalados”. Para essa pesquisa foram elaborados dois roteiros para cada grupo específico de entrevistadas, o primeiro roteiro diz respeito à organização da feira, as motivações para a criação e seu processo, sendo este roteiro aplicado somente com as organizadoras da Feira de Mulheres. Já o segundo roteiro, mais específico, trata-se das trajetórias, rotina, motivações e realidade das feirantes, tendo sido construído apenas para as mulheres que expõem na Feira de Mulheres e que não fazem parte da organização da feira. Ele tratará de alguns eixos temáticos que buscam orientar o desenvolvimento da pesquisa, o primeiro eixo é o perfil, o segundo é trabalho e emprego, o terceiro, trabalho doméstico, o quarto trajetória individual e familiar no trabalho informal e o quinto e último eixo, trabalho, identidade e subjetividades. Juntamente com as entrevistas, há também a aplicação de um questionário socioeconômico, o mesmo é utilizado pelos dois grupos pesquisados com o intuito de mapear as condições de renda, escolaridade e demais questões socioeconômicas.

Ciente da contribuição do materialismo-histórico-dialético para com as reflexões críticas sobre a realidade, este trabalho pretende alicerçar-se em sua construção teórico-metodológica, trabalhando a partir de um bibliografia classista, com enfoque nas questões de gênero. Para Lukács (1970) o

materialismo-histórico-dialético possibilita uma compreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade pois, é na dialética entre singular-particular-universal que reside o fundamento que sustenta uma autêntica e verdadeira compreensão da realidade, podemos dizer também que o materialismo-histórico-dialético é um método de interpretação da realidade, visão de mundo e práxis (MARX, 1979).

Em primeiro momento a pesquisa abordará algumas transformações no mundo do trabalho e o cenário brasileiro, utilizando das categorias contemporâneas: uberização, informalidade e autogerenciamento. Categorias que correspondem à

materialização de décadas de transformações políticas do mundo do trabalho, apresentando-se como tendência que permeia generalizadamente o mundo do trabalho, possibilitando-nos pensar em termos de consolidação do trabalhador como trabalhador just-in-time. (ABÍLIO, 2020, p. 111).

No primeiro momento da pesquisa será apresentado a Feira Feito por Mulheres, e as motivações para sua construção. Para essa etapa foram entrevistadas três mulheres organizadoras da feira, no período de julho a agosto de 2022. A primeira entrevista ocorreu na 28ª FEICOOP (Feira Internacional do Cooperativismo e da Economia Solidária), localizada no Centro de Referência em Economia Solidária, na cidade de Santa Maria, a segunda foi realizada na Universidade Federal de Santa Maria e a terceira ocorreu de forma online, devido aos desencontros de agenda entre a entrevistada e a pesquisadora. As entrevistadas responderam o questionário socioeconômico e o roteiro de entrevista elaborado com 26 questões. O segundo momento da pesquisa, buscará caracterizar como surge a identidade empreendedora, a relação entre empoderamento e empreendedorismo, o perfil e trajetória das feirantes entrevistadas, as motivações para empreender e suas percepções sobre do mundo do trabalho, as formas de resistência cotidiana, e a importância a FPM, tendo os relatos de 8 feirantes, que foram entrevistadas durante o primeiro trimestre do ano de 2023. Destaca-se de antemão que todas as entrevistadas receberam nomes fictícios, escolhidos pela pesquisadora a partir das suas leituras acadêmicas e pessoais, tendo como referência autoras marxistas.

A partir das entrevistas individuais, poderemos identificar quais experiências contribuíram para a entrada no mercado de trabalho informal e se há ou não relação entre empoderamento e empreendedorismo para essas mulheres. Salienta-se o

cuidado para não descrever com exatidão quem são essas mulheres, tendo cuidado com as informações aqui citadas, pois sabe-se que “é na fase de divulgação dos resultados que estão os maiores desafios éticos, como a garantia de anonimato e sigilo, ideias sobre representação justa, compartilhamento dos dados da pesquisa, devolução dos resultados etc..” (DINIZ & GUERREIRO, 2008, p. 81).

2. MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E A INFORMALIDADE POR NECESSIDADE

Historicamente, os reflexos das relações de trabalho, produtivas e improdutivas têm impactado significativamente na vida social, política e econômica. No Brasil, muitas foram as mudanças no mundo do trabalho, especialmente com o fim do modelo fordista e a ascensão de uma acumulação flexível, afetando não só a economia como também as possibilidades de organização e ação coletiva ao passo em que essas mudanças possibilitam maior extração de mais-valor e uma fragmentação da identidade de classe. Neste capítulo, introduziremos o debate sobre as significativas mudanças que ocorreram no século XX e XXI e suas implicações na esfera laboral e para a classe trabalhadora, tratando de questões teóricas e empíricas que destacam a precarização do trabalho.

O cenário brasileiro a partir dos anos 2000 solidifica um aprofundamento da precariedade, especificamente após a crise financeira de 2008, propiciando um cenário favorável para a Reforma Trabalhista de 2017, uma das maiores responsáveis pelas mudanças na condição de vida e trabalho da classe trabalhadora. Tais mudanças no cenário brasileiro culminaram em diferentes formas de trabalho, que estampam a mais obscura face da precarização e exploração laboral, como é o caso do trabalho informal e uberizado (ABÍLIO, 2020). Consciente de que o debate sobre trabalho informal necessita de um conceito e uma definição, buscou-se considerar “informais”, as seguintes ocupações: trabalhadores domésticos sem carteira, não remunerados, empregados sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria, pequenos empreendedores e trabalhadores sem direitos trabalhistas concretos (ANTUNES, 2020a) . A partir do aumento de uma economia informal e flexível, impulsionadas também pelas plataformas digitais e aplicativos, trabalho não significa mais, necessariamente, relação de emprego e, conseqüentemente, surgem novas formas de trabalho. Nesse sentido,

Vale lembrar que o regime salarial, em diferentes contextos, enfrentou resistência para se impor, porém triunfou e marcou indelevelmente a sociedade do trabalho e a forma mediante a qual os indivíduos galgavam as posições nas hierarquias de status e construíam uma identidade social legítima. O salário esteve no cerne da consolidação do que se convencionou chamar padrão fordista de organização empresarial e de regulação social, incluindo os códigos de direito e seguridade social. A crise do fordismo e a conseqüente

emergência dos modelos flexíveis (descentralização e desverticalização) produziram efeitos negativos no mercado de trabalho, abalaram os suportes institucionais e normativos bem como as referências morais e culturais subjacentes ao modelo de emprego típico – assalariado, estável, em tempo integral, acompanhado de benefícios e proteção social. (COLBARI, (2007, p. 83)

Dessa forma, faremos aqui uma contextualização de como essas modalidades surgiram e quais os impactos para a classe trabalhadora. Ademais, sabendo que as mulheres são as mais afetadas pela crise no trabalho, especialmente após a pandemia da Covid-19¹, essa pesquisa visa compreender como a informalidade têm afetado a vida das mulheres trabalhadoras, aprofundando-se no cenário de crise sanitária, política e econômica, e de intensificação e propagação do empreendedorismo enquanto ferramenta de empoderamento feminino. Para isso, foi escolhida a Feira Feito por Mulheres de Santa Maria, uma organização coletiva que se propõem a introduzir as mulheres na economia bem como apoiá-las e incentivá-las a empreender, a partir de uma “economia feminista”. Neste capítulo será discutido as principais mudanças no mercado de trabalho, seus saldos na vida da classe trabalhadora, especificamente na vida das mulheres brasileiras, e como foi o processo de construção da FFPM.

¹ Mulheres são as mais atingidas pela crise no mercado de trabalho durante a pandemia. Ver em: Força Sindical (fsindical.org.br)

2.1 A TRAJETÓRIA INFORMAL DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E SEUS IMPACTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA

Por trabalho, podemos entender uma atividade humana capaz de transformar a natureza, criando bens necessários para a reprodução e manutenção social. Karl Marx (várias obras) aponta que não é possível a existência humana sem trabalho, afirmando que:

o que distingue os indivíduos humanos é o que produzem seus meios de vida, condicionados por sua organização corpórea e associados em agrupamentos. Os indivíduos humanos são tais como manifestam sua vida. O que são coincide com sua produção, tanto com o que produzem quanto com o modo como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção (ENGELS; MARX, 2001, p. 24).

Entretanto, ainda que seja o homem o único capaz de produzir vida material e social, sua produção depende também das relações sociais nas quais encontra-se, ou, em outras palavras: “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (MARX, 2011, p. 25)”. Lessa (2012) aponta que na modernidade a categoria trabalho encontra-se subordinada ao capital, submetendo homens e mulheres a produzir não mais pela reprodução social e sim para o lucro daqueles que detém os meios de produção.

O sistema capitalista, desde sua gênese, devastou significativamente o mundo do trabalho e a vida daqueles que dependem dele para sobreviver. A substituição de trabalho estável por trabalho precarizado tem sido uma das maiores provas disso no mundo todo. No Brasil não tem sido diferente, as várias transformações no mercado de trabalho brasileiro têm facilitado ainda mais o cenário de precarização e instabilidade econômica para a grande massa da classe trabalhadora (ANTUNES, 2020a). Vale destacar que, para a grande maioria da classe trabalhadora brasileira, o autogerenciamento de uma sobrevivência onde muito pouco está garantido é elemento estruturante de um modo de vida que precede políticas neoliberais e flexibilização do trabalho dos últimos quarenta anos (ABÍLIO, 2020, p. 122).

A informalidade, que constitui um traço histórico no mercado de trabalho brasileiro, não deixou de existir mesmo após as tentativas de reorganização produtiva, por volta dos anos de 2000. Pelo contrário, o crescimento da economia brasileira possibilitou, inclusive, uma queda na geração de trabalho formal. Podemos ver em Abílio (2020, p. 115), uma reflexão sintetizada a respeito da problemática:

Resumindo a ópera, nessas décadas de desenvolvimento das tecnologias da informação; de mundialização das cadeias produtivas; de centralização de capitais por gigantes enxutas que se desvencilham dos pesos, custos e responsabilidades ao mesmo tempo que controlam todas as etapas de suas cadeias; das novas formas de gestão e gerenciamento do trabalho que têm em seu cerne o autogerenciamento e a participação do trabalhador na administração eficaz de sua própria produtividade, estabeleceram-se formas de subordinação e controle do trabalho que deixaram evidente que é possível terceirizar — até para o próprio trabalhador — parte do gerenciamento do trabalho, transferir riscos e custos, eliminar meios rígidos e publicamente estabelecidos de remuneração do trabalho, de controle do tempo de trabalho, de execução do trabalho, sem que isso signifique perda de produtividade ou de controle sobre o trabalhador.

Faremos aqui um breve panorama do trabalho informal no cenário brasileiro e as mudanças que ocorreram no período de 1990 até os dias atuais, impactando a classe trabalhadora e a estrutura da nossa sociedade.

Foi a partir de 1990, com a ascensão do neoliberalismo no Brasil e a influência da nova divisão internacional do trabalho, que intensificou-se o processo de reestruturação produtiva do capital, exigindo das empresas novas formas de organização do trabalho e a participação na competitividade internacional. Tais transformações e exigências trouxeram como consequência a flexibilização, a terceirização, a informalidade e a precarização da classe trabalhadora (ANTUNES, 2020a, p. 123).

É nessa década que o toyotismo ganha maior força no Brasil, impactando fortemente na *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2020a), assumindo uma dimensão sistêmica. De acordo com Assunção (2011, p.33):

O Brasil seguiu a tendência de flexibilização e terceirização do trabalho como forma de redução de custos e aumento de lucros das empresas. Com a inserção decidida do neoliberalismo no Brasil, o processo de terceirização começou a avançar de maneira significativa a partir de 1990 e passou a ser reconhecido legalmente em 1993.

Conhecido como “fábrica flexível” (ANTUNES, 2020a), o toyotismo, modelo japonês de produção, traz para o Brasil novas formas de contratação, exigindo também uma mudança no perfil dos trabalhadores, ele pode ser compreendido como uma nova forma de organização da linha produtiva, tendo como aspecto central a transferência para o próprio trabalhador de parte do gerenciamento da produção (ABÍLIO, 2020, p. 115). A disseminação do toyotismo no Brasil e do projeto neoliberal, intensificou a precarização trazendo maiores desregulamentações, contratações temporárias, a informalidade do trabalho e a terceirização. A capacidade de criatividade, dinâmica e um perfil qualificado passam a ser a nova face do trabalhador brasileiro, um perfil que corrobora com o aumento de contratações da força de trabalho feminina, devido a associação de que mulheres possuem a capacidade de desenvolver diversas tarefas como algo natural (SOUZA-LOBO, 1991). Dardot e Laval (2017) apontam que o neoliberalismo é um sistema de gestão da subjetividade, dessa forma, a identidade da classe trabalhadora e sua capacidade organizativa também se transformam ao passo que o mundo do trabalho se transforma. Nancy Fraser (2018) aponta que o neoliberalismo é mais do que uma política econômica, ele se apresenta também como um projeto político que visa hegemonia, traçando alianças entre políticas de distribuição para os mais ricos e políticas de reconhecimento para os considerados “minorias sociais”.

Sob a premissa de modernização, uma abertura indiscriminada alastrou pelo Brasil, levando à privatização de diversas empresas, antes estatais. A venda, a partir de um leilão, da Telebrás, é uma das maiores privatizações ocorridas no país até hoje, e afetou diretamente a siderurgia, as telecomunicações, a energia elétrica, o setor bancário, e outras áreas com forte presença estatal anterior que passaram para o capital privado, tanto transnacional quanto nacional (ANTUNES, 2020a, p. 124). Sob a onda de privatizações, diversas indústrias nacionais de microeletrônica começam a fechar as portas ocasionando numa série de consequências para a classe trabalhadora e para o mercado de trabalho brasileiro (ESPÍNDOLA, 2021, p. 98).

O relativo avanço tecnológico combinado com o neoliberalismo trouxe profundas metamorfoses para a classe trabalhadora brasileira, alterando a relação entre trabalhador e máquina, campo e cidade, favorecendo o trabalho simultâneo e intensificado (ABÍLIO, 2020). A incorporação de tecnologias da informação e modernização da indústria no Brasil também favoreceu as desigualdades,

especialmente no campo brasileiro. Enquanto alguns setores econômicos estão integrados às mais modernas tecnologias digitais e de gestão do trabalho, como o setor bancário, que tem incorporado o uso das TICs (Tecnologias da informação e comunicação) nas suas operações em ampla escala² (PEREIRA, SEGRE, NASCIMENTO, 2013), outros vivem da exploração direta e dura do trabalho, e outros ainda da exploração e extração dos recursos naturais, como o agronegócio que, além de explorar matéria prima, também estabelece vínculos de dependência entre famílias de extrema carência e situação fundiária precária com os novos senhores de terra (ELIAS; PEQUENO, 2007, p. 33). Entre desregulamentações trabalhistas, aumento da terceirização e da informalidade, o desenho do capitalismo em cenário brasileiro acaba por ser algo de difícil compreensão, mesclando elementos do taylorismo, fordismo e resquícios da experiência japonesa. Como aponta Antunes (2020a, p. 124):

A articulação resultante dessas mutações nos padrões produtivos e tecnológicos, incentivadas pela intensificação dos níveis de exploração da força de trabalho, constituiu-se no *leitmotiv* do capitalismo da era neoliberal no Brasil.

Nessa época surge também a tentativa miserável de desarticulação sindical, na premissa empresarial de negociação individual, fornecendo uma identidade de “parceria”, “colaboração” e gestão pessoal, onde o trabalhador é visto como responsável pelo seu próprio ganho. O toyotismo utiliza da ferramenta *just-in-time*³ em uma busca de otimizar a produção de acordo com a demanda, confundindo o trabalhador e dando a ele a ilusão de dono do seu próprio tempo e serviço. Thompson (1998) aponta que o controle do tempo é uma peça chave para o desenvolvimento do sistema capitalista, que utiliza de uma ideia turva de liberdade de gerenciamento para promover disciplina e produção sem ter que arcar com os custos que isso demanda. São centrais nas décadas de flexibilização e precarização a indistinção entre o que é ou não trabalho, a perda de regulações públicas sobre o próprio espaço de trabalho, as novas formas de contratação e remuneração, além dos direitos e proteções do trabalhador (ABÍLIO, 2020, p. 115)

O fenômeno da globalização é outro ponto central para o aumento de postos precarizados, fazendo com que o Brasil se inserisse de maneira subordinada na

² Mesmo nos setores mais modernizados, a exploração do trabalho não necessariamente diminui. No caso dos bancos, a modernização e incorporação das TICs no ambiente e gestão de trabalho desencadeia diversos conflitos entre o trabalho e a tecnologia, como a intensificação das práticas laborais (PEREIRA, SEGRE, NASCIMENTO, 2013).

³ Conceito que trata o trabalhador como responsável pelos custos e riscos de sua atividade, estando desprovido de direitos trabalhistas, com jornada de trabalho e remuneração instáveis (ABÍLIO 2018; 2019).

economia global, sofrendo influência de órgãos como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e BM (Banco Mundial) nos projetos políticos e econômicos. Os argumentos políticos eram basicamente os mesmos de atualmente, a necessidade de flexibilizar as relações de trabalho para enfrentar o problema do desemprego e da informalidade que cresciam ao mesmo passo em que ocorriam transformações tecnológicas e a competição internacional (ANTUNES, 2020a).

Com a chegada da nova década, nos anos 2000 há uma “pequena retomada do crescimento da economia brasileira, puxada pela redução da taxa de juros, substituição de importações e o crescimento das exportações” (ALVES, 2002). Entretanto, o Brasil ainda seguiu a onda do desemprego e informalidade, que, nessa época, atingiu 57% da população brasileira sem carteira assinada. Entre os anos de 1992 a 2001 houve um crescimento explosivo na taxa de desocupação, afetando 70% da população brasileira, num fenômeno que afetava especialmente jovens e famílias de baixa renda (QUADROS, 2003). O Brasil passa a ser conhecido pelo desemprego e a precarização do trabalho passa a ser característica marcante do mercado brasileiro. A partir da vitória de Lula, em 2003, o cenário brasileiro passa por um período ainda mais confuso. As primeiras ações do governo Lula indicavam uma política não tão diferente à política econômica de Fernando Henrique Cardoso, com a preservação de interesses do capital financeiro e até cobranças de impostos dos aposentados (VILELA, 2011).

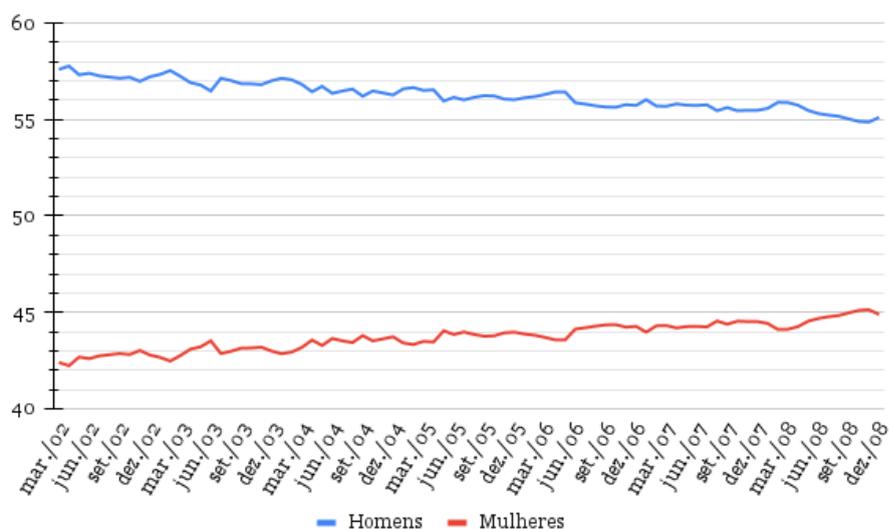
A proposta do governo Lula era um governo “horizontal”, capaz de beneficiar a todos. Suas falas sempre mencionavam acordos entre classes e a valorização de ambas. Entretanto, na prática, nem sempre foi dessa forma. Tais acordos e benefícios eram sempre positivos apenas para um dos lados, que não era o lado dos trabalhadores. Nas palavras de Ricardo Antunes (2020a, p. 126):

Ao mesmo tempo que criou inúmeras medidas que beneficiavam amplamente os capitais financeiro, industrial, do agronegócio e dos serviços, o governo Lula implementou uma política social assistencialista (Bolsa Família) e possibilitou uma relativa valorização do salário mínimo nacional, quando comparado ao governo FHC. Assim, tanto diminuiu os níveis de pauperismo social como fortaleceu os grandes capitais, preservando desse modo uma desigualdade que está entre as mais altas do mundo. Conciliando interesses claramente opostos, o governo Lula não confrontou em nenhum aspecto essencial os pilares estruturantes da desigual sociedade brasileira: a riqueza continuou concentrada, os níveis mais agudos de miserabilidade foram apenas parcialmente minimizados.

Sob um viés social, nos primeiros anos do governo petista, Lula preservou os interesses do capital financeiro visando “reformas estruturais que modernizariam o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional” (ALMEIDA, 2007, p. 55) além da tentativa de fazer uma reforma trabalhista que sofreu forte oposição, tanto das centrais sindicais patronais como também das vinculadas aos trabalhadores (ANTUNES, 2020a, p. 125). O Fórum Nacional do Trabalho foi criado em 30 de julho de 2003, pelo Decreto n 4.796, com a finalidade de coordenar a negociação entre os representantes dos trabalhadores, empregadores e Governo Federal sobre a Reforma Trabalhista, uma experiência um tanto quanto próxima da Reforma Trabalhista impulsionada pelo Governo de Michel Temer, com o mesmo intuito de entendimentos nacionais e conciliação de classe. Rozentino de Almeida (2007, p. 57) pontua:

Dentre os objetivos do FNT, destaca-se a proposta de promover a democratização das relações de trabalho através da adoção de um modelo de organização sindical, baseado em liberdade e autonomia. Através desse fórum, legitimado pela participação de representantes de governo, empresários e trabalhadores, pretende-se, modernizar as instituições de regulação do trabalho, especialmente a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego; estimular o diálogo e o tripartismo e assegurar a justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução de conflitos e das garantias sindicais

Ao mesmo tempo em que o governo petista tomou decisões impopulares, que beneficiavam a burguesia brasileira, também trouxe avanços fundamentais para a classe trabalhadora, com uma política social bem estabelecida. Um dos projetos do governo Lula era o de inclusão social pelo consumo, que levou famílias do Brasil inteiro a adquirir produtos considerados “de luxo”, dando a eles poder de compra e valorizando também as empresas (MARQUES, et al., 2018) . Para as mulheres, o governo também trouxe avanços, com um aumento real do salário e políticas de igualdade de gênero. Entretanto, nessa época a flexibilização e a informalidade também intensificam-se. Dados do IBGE apontam uma crescente na evolução da ocupação entre os anos de 2002 e 2006, momento de estabilidade na retomada econômica mas que surge e se mantém de forma efêmera. Importante frisar que ao analisar os dados da PNAD/IBGE podemos ver que esse aumento ocupacional é visível para as mulheres, que desde 2002 cresceu de 42% a 45% enquanto a taxa ocupacional masculina diminuiu de 58% para 55%.

Gráfico 1 - Pessoas economicamente ativas ocupadas, por sexo: 2002-2008

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Esse foi um cenário de tentativa de reestruturação do trabalho formal, que, se comparado à década de 1990, pode-se dizer que houve êxito. Entretanto, os mesmos dados disponíveis na PNAD/IBGE também apontam uma crescente nos chamados “trabalhadores-por-conta-própria”, sendo as mulheres a parcela mais afetada. Se a participação masculina aumentou muito pouco, para as mulheres houve um crescimento contínuo. Entretanto, “esse crescimento ocorre mais no espaço dos sub-empregos, onde a precarização encontra-se mais acentuada” (NOGUEIRA, 2011, p. 187). Nesse período é importante salientar a incorporação do discurso da nova pedagogia empresarial, advinda do governo, escolas e até mesmo sindicatos (ALVES, 2002). Tal discurso aborda noções de competências e novas habilidades comportamentais e cognitivas necessárias para o mercado de trabalho, tendo como objetivo disseminar uma nova racionalidade da produção capitalista e capturar a subjetividade do trabalho e a consciência de classe (ALVES, 2001, p. 39). Outro curioso dado, é o avanço da terceirização do trabalho. Segundo Assunção (2011) nos anos de 2005 mais de um terço dos postos de emprego criados por empresas privadas eram de contratação terceirizada. A possibilidade de contratação terceirizada favorecia ainda mais a classe burguesa brasileira que se desvinculava da responsabilidade com a folha de pagamento, podendo também pagar salários mais baixos. Ainda que o governo Lula afirme ter gerado muito emprego nessa época, boa parte deles se concentravam nas ocupações mais precarizadas, com

direitos “flexibilizados” (ANTUNES, 2020a). O trabalho estável, regular e digno tornava-se cada vez mais distante para a grande parcela de trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

Com o cenário de crise econômica mundial, o ano de 2008 foi marcado pela queda no PIB brasileiro e o emprego formal teve uma redução de 6% na taxa. Ainda assim, a crise que teve seu centro nos EUA, não deixou o Brasil tão devastado. As ações do governo brasileiro e a evolução da conjuntura internacional fizeram o Brasil atravessar a fase mais crítica dessa crise sem desestabilização de sua economia (MARQUES, et al., 2018, p. 13) as estratégias do governo petista foram capazes de gerar cerca de 40 milhões de empregos formais, fazendo a taxa de pobreza diminuir. Contudo, tais estratégias não foram suficientes, em 2009 o PIB voltou a cair, mesmo com as medidas de isenção fiscal propostas pelo governo. A informalidade começa a crescer e com ela também cresce a taxa de terceirização, flexibilização e, conseqüentemente, o aumento de trabalhos precários (ANTUNES, 2020a). Os anos entre 2012 e 2015 são considerados, pela bibliografia até aqui estudada, como um período de grave crise econômica, afetando drasticamente o mundo do trabalho e a classe trabalhadora brasileira. A eleição de 2010 que deu vitória à candidata petista Dilma Rousseff e seu vice Michel Temer — Movimento Democrático Brasileiro (MDB) — num casamento muito mal arranjado, foi um dos maiores perigos para o governo petista. As taxas negativas no PIB, juros elevados, manifestações políticas por todo o Brasil e a pressão dos opositores ocasionaram no discurso de que o Brasil precisaria de uma troca na presidência para se reestruturar, demonstrando não só interesses da oposição e da burguesia como também o posicionamento machista e sexista do parlamento (ANTUNES, 2020a).

É indiscutível as melhorias sociais que os governos do PT (Partido dos Trabalhadores) promoveram para a classe trabalhadora. Seus programas como o Fome Zero, Bolsa Família, Luz para todos, Brasil alfabetizado, Educação de jovens e adultos e Minha Casa Minha Vida possibilitaram que diversas famílias que viviam na extrema pobreza garantissem o mínimo de dignidade. Entretanto, como mencionado anteriormente, foi um governo que favoreceu a classe burguesa e possibilitou uma agenda de retiradas de direitos trabalhistas e uma onda de precarização no mundo do trabalho. E como diria o ditado popular, é impossível agradar a gregos e troianos, isso se manifestou na degradação das bases que

sustentavam o governo petista, levando ao impeachment da presidente Dilma em maio de 2016.

Os anos após o impeachment têm sido extremamente difíceis para os brasileiros, com a tomada da presidência, num possível e considerável golpe, Michel Temer escancarou sua política de destruição da classe trabalhadora e políticas públicas. A aprovação da PEC 241/55 congelou “gastos” sociais por um período de 20 anos, afetando diretamente as políticas públicas de educação, saúde e assistência social, entre outras. Como justificativa, Temer alegava que era estratégia para sair da crise e recuperar economicamente o país⁴, não obstante, enquanto o cadáver do governo democrático de Dilma nem havia esfriado, o desgoverno de Temer já aprovava a Reforma Trabalhista, maior responsável pelas mudanças nas relações de emprego e no sistema previdenciário.

2.2 A CONTRARREFORMA TRABALHISTA E A EXTREMA DIREITA DE JAIR BOLSONARO

Sob a premissa de colocar o Brasil de volta aos trilhos, as promessas de Michel Temer ainda não se concretizaram. Pelo contrário, o fantasma do desemprego não só voltou a assombrar como também trouxe instabilidade financeira, o desmonte na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e modificações nas jornadas de trabalho e aposentadoria. A única concretização vista foi aquela passada por baixo dos panos, a de aniquilar as políticas públicas e sociais, devastando o país e impulsionando para o desmonte que encontramos até hoje (MARQUES, et al., 2018, p. 14).

Aprovada em 26 de abril de 2017, na Câmara Federal, a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/17), inspirada na proposta encaminhada no 2º governo de FHC (PL 5483/2001)⁵, introduziu a regulamentação de diversas modalidades de trabalho, tornando “regular” o trabalho informal, o trabalho remoto (*home-office*) e, especialmente, o trabalho intermitente (MATTEI; HEINEN, 2019, p. 4). Chamava atenção a rapidez com que a lei foi aprovada, colocando em xeque a própria democracia e a legitimidade da reforma. O país inteiro mobilizou-se contrário à

⁴ Temer sanciona a lei da reforma trabalhista e defende o texto | Exame. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-07/temer-sanciona-lei-que-altera-clt>>

⁵ Projeto de Lei que visa alterações na CLT. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=33868>>

reforma, estudantes, professores e profissionais da saúde, bem como sindicatos de trabalhadores, organizaram diversas formas de resistência no intuito de pressionar a câmara. Mesmo com a pressão das mobilizações contrárias, a Reforma Trabalhista foi aprovada deixando o saldo negativo para os trabalhadores em prol de uma mais valia exacerbada que só beneficia empresas privadas. Como podemos ver,

A Reforma se fundamenta em reduzir a proteção institucional aos trabalhadores, por parte do Estado e do Sindicato, e aumentar as garantias e a autonomia das empresas nas relações de trabalho, diminuindo custos e aumentando a flexibilidade do trabalho. (MARQUES et al., 2018, p. 14).

A Reforma trouxe diversas irregularidades e promoveu mudanças significativas para a classe trabalhadora. Uma delas já vista no primeiro mandato do Governo Lula (PT), referente à negociação entre empresários e trabalhadores, permitindo que acordos sobreponham-se à legislação (ANTUNES, 2020a). Dessa forma, com a Reforma Trabalhista de 2017, tanto os sindicatos quanto o próprio trabalhador poderá, na teoria, negociar diretamente com a empresa e o empregador, sem a necessidade de acordos coletivos e convenções. Entretanto, além de enfraquecer a ação coletiva e a mobilização dos trabalhadores, na prática essa mudança também permite que o empregador opte por demitir o funcionário, ou mantê-lo sob a precariedade e carência de direitos trabalhistas.

As mudanças recentes impactaram significativamente no contrato de trabalho, uma delas é a implantação da lei que regulamenta a terceirização (13.429/2017). Muitos autores consideram a terceirização do trabalho como uma estratégia de barateamento da força de trabalho, onde a “empresa mãe” contrata outra, terceirizando suas funções produtivas, reduzindo custos e flexibilizando a legislação trabalhista. Outra mudança que ocorreu dentro da CLT foi a “regulação do trabalho autônomo”, no art. 442-B, que permitira, também, a desobrigação do empregador possuir vínculos trabalhistas com o empregado (MARQUES, et al. 2018). O trabalhador autônomo deixa de ter exclusividade com empresas e emprego, sendo sujeito a instabilidade de horários, longas jornadas de trabalho e a necessidade de buscar outras alternativas como forma de sobrevivência. Ademais, a criação do MEI (Micro-empendedor Individual) possibilitou um leque de novas formas de contratação mais baratas para os empregadores e também favoreceu a ilusão de que é possível gerir seu próprio trabalho e rendimento, além de, principalmente,

transferir para o trabalhador a responsabilidade com sua própria aposentadoria, enfraquecendo o Estado e fortalecendo iniciativas privadas. A regulamentação do teletrabalho (Art. 75-B) também é um dos marcos da Reforma Trabalhista, significando a

prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, que, por natureza não se constituam como trabalho externo. O comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho (BRASIL, 2017)

Em relação aos direitos trabalhistas conquistados nos últimos 100 anos, a Contrarreforma Trabalhista — termo atribuído por compreender que esta caminha em oposição aos trabalhadores — também fez modificações de cunho destrutivo, vejamos na tabela a seguir alguns pontos:

Quadro 1 - Principais elementos da Reforma Trabalhista

OBJETIVOS DA REFORMA	PRINCIPAIS MUDANÇAS
FLEXIBILIDADE NAS MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES EMPRESARIAIS	<ul style="list-style-type: none"> ● Liberação da terceirização; ● Novas modalidades de contratação (contrato temporário, parcial, teletrabalho, intermitente); ● Estímulo à contratação como autônomo e pessoa jurídica; ● Remuneração variável; ● Redução de gastos com a demissão; ● Facilidade para demitir; ● Parcelamento dos pagamentos.
ENFRAQUECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E SINDICAIS	<ul style="list-style-type: none"> ● Negociação individual sobrepõe-se à lei e aos contratos coletivos (com renda superior a U\$ 3.000); ● Fim das contribuições sindicais obrigatórias e resultantes da negociação coletiva; ● Fragilização da fiscalização; ● Prevalência do negociado sobre o legislado.
INDIVIDUALIZAÇÃO DOS RISCOS E RESPONSABILIDADES	<ul style="list-style-type: none"> ● Permissão para que mulheres grávidas ou lactantes trabalhem em ambientes insalubres; ● Instabilidade da remuneração e da jornada de trabalho;

	<ul style="list-style-type: none"> • Individualização da negociação; • Limpeza dos uniformes;
--	---

Fonte: Elaboração própria com base em Galvão et al., 2017. e Krein, 2018

Dando continuidade às políticas da morte de Michel Temer, Jair Bolsonaro (Partido Liberal), assumiu a presidência em 2018 com o mesmo objetivo: o desmonte da CLT e o barateamento do custo da força de trabalho. Em uma de suas falas emblemáticas, o atual presidente reiterou que considera difícil empregar no Brasil e que será preciso novas mudanças trabalhistas. Entre o sucateamento do ministério do trabalho, o qual chegou a extinguir por um período, Bolsonaro também afirmou que para ter mais empregos o trabalhador precisaria abrir mão de alguns direitos, e que o ministério mais funcionava como um sindicato, preocupado não com a geração de renda e trabalho mas com políticas sociais⁶.

Nos dois primeiros anos de governo Bolsonaro, o desemprego alcançou cerca de 12% da população ativa, nesse período houve um aumento no chamado trabalhador por conta própria, com cerca de 4,1%, atingindo 24,2 milhões de brasileiros. O número de trabalhadores sem carteira assinada também subiu, alcançando 4% na média anual. Com números absurdos, o Brasil passa a ser conhecido como um dos países marcados pela uberização, informalidade e o desmonte do trabalho formal (ABÍLIO, 2019).

2.3 UBERIZAÇÃO, FEMINIZAÇÃO E INFORMALIDADE: A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

No primeiro trimestre do ano de 2019 as pesquisas já apontavam que cerca de 4 milhões de brasileiros trabalhavam para empresas de aplicativos. Segundo o IBGE (através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD), esses trabalhadores são chamados de “autônomos e empreendedores”, e para as empresas onde trabalham, chamam-se “colaboradores”. No contexto de flexibilização do trabalho, implementação de políticas neoliberais e aumento do

⁶ VALOR ECONÔMICO. “Bolsonaro: Trabalhador terá que escolher entre ter mais direitos ou emprego” Publicado em 04/12/2018. Disponível em <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/12/04/bolsonaro-trabalhador-tera-de-escolher-entre-mais-direitos-ou-emprego.ghtml>>. Acesso em 08/04/2022

desemprego, a definição de empreendedorismo — onde há um sujeito agente “inovador”, que possui não só criatividade mas também capital — vem adquirindo novos usos e significados políticos (ABÍLIO, 2019, p. 04), mas por trás da franja social capitalista está a mais obscura face do desemprego e precarização do cenário brasileiro de trabalho: as empresas se eximem das obrigações trabalhistas, o trabalhador não possui direitos, jornada estável, segurança e, quiçá, liberdade. O empreendedorismo torna-se, genericamente, sinônimo de assumir os riscos (Ibid.). Nesse sentido, o empreendedorismo, como um termo amplamente disseminado, acaba ocultando as diferenças de classe que o compõem: tanto o grande empresário, com ideais e capital, quanto aqueles que precisam reinventar para sobreviver, podem ser chamados de “empreendedores”.

A uberização do trabalho, conceituada como um novo estágio de exploração alicerçado na cultura digital (Abilio, 2019; Antunes, 2020a; Slee, 2017), escancara aquilo que já estamos vendo no decorrer dos anos: a escassez do trabalho formal e a luta pela sobrevivência da classe trabalhadora. Vale lembrar que este cenário atual já é conhecido por muitas mulheres em suas trajetórias de trabalho. Um modelo muito semelhante que, historicamente, faz parte da rotina de trabalho das mulheres brasileiras é o de revendedora de cosméticos e maquiagens. As trabalhadoras revendem produtos a partir de revistas, colhendo pedidos e recrutando novas “colaboradoras”, num ciclo sem fim de vendas diretas, que enriquece empresas sem custos gerados por uma relação de trabalho formal (ABÍLIO, 2015). Essas mulheres sempre foram vistas como trabalhadoras autônomas, por conta própria, mas no atual contexto têm sido chamadas de pequenas empreendedoras, colaboradoras, empresárias, entre muitos nomes enfeitados que mascaram a realidade da precarização do trabalho. Como aponta Abílio (2019, p. 4):

O empreendedorismo assume na atualidade usos diversos que se referem de forma obscurecedora aos processos de informalização do trabalho e transferência de riscos para o trabalhador, o qual segue subordinado como trabalhador, mas passa a ser apresentado como empreendedor. Fundamentalmente, trata-se de um embaralhamento entre a figura do trabalhador e a do empresário. [...] O empreendedorismo torna-se genericamente sinônimo de assumir riscos da própria atividade. Opera aí um importante deslocamento do desemprego enquanto questão social para uma atribuição ao indivíduo da responsabilização por sua sobrevivência em um contexto de incerteza e precariedade.

Já que mencionado, faremos aqui uma reflexão acerca da inserção da força de trabalho feminina no modo de produção capitalista, a fim de compreender como as mudanças no contexto do trabalho afetaram a vida das mulheres brasileiras e quais as consequências da uberização em suas vidas. Nogueira (2004) aponta que a inserção da força de trabalho feminina serviu, inclusive, como instrumento para o capital flexibilizar as condições e leis trabalhistas, possibilitando um cenário de precarização e exploração para toda a classe trabalhadora.

Nos anos finais do século XIX, as mulheres trabalhadoras constituíam a maior parte do proletariado brasileiro, assim como imigrantes e também crianças. Elas ocupavam as funções mais precarizadas, com baixos salários e péssimas condições de trabalho. Nogueira (idem) também afirma que essas trabalhadoras eram consideradas como um papel ideal da força de trabalho, pois além de serem de baixo custo para as fábricas, não apresentavam reivindicações nem contestações com suas condições operárias. Nesse sentido, afirma Federici (2018, p. 74), que “os empregadores sabem que estamos acostumadas a trabalhar por nada e que estamos tão desesperadas para ganhar um dinheiro próprio que eles podem nos ter a um preço baixo”.

No ano de 1930, num cenário marcado pelo advento das leis trabalhistas, as mulheres brasileiras alcançaram o poder do voto, sob uma onda de mobilizações e reivindicações muito influenciadas pelo movimento feminista estadunidense. Nessa mesma época, sob o governo de Getúlio Vargas, com o advento das leis trabalhistas, o Brasil ligava-se a projetos de implementação do modelo capitalista industrial, possibilitando uma maior onda de proletarização, visto que o modelo depende que a classe operária submeta-se ao trabalho fabril. A relação capital-trabalho ficou acentuada nesse período, e as transformações e regulamentações foram importantes para o trabalho das mulheres brasileiras, estabelecendo princípios de igualdade salarial, a proibição de demissão por mudança de estado civil e o direito à licença maternidade. Ademais, tais leis contribuíram para a Consolidação das Leis Trabalhistas, no ano de 1943.

Com o advento do capitalismo fabril, o Brasil passa por um período de modernização e intensificação laboral. No ano de 1970, sob a tentativa de reestruturação produtiva, as mulheres brasileiras começam a ocupar mais postos de trabalho, num fenômeno conceituado como “feminização do trabalho”. Segundo Assunção (2011, p. 47):

As mulheres, principalmente a partir da década de 1970, passam a ocupar mais postos de trabalho, num fenômeno que alguns historiadores chamam de “feminização do trabalho”. Mas este avanço é acompanhado de uma enorme precarização, relegando às mulheres os piores postos, péssimas condições, assédio moral, jornadas extenuantes, retirada de direitos trabalhistas, além do trabalho doméstico.

O novo modelo vigente da época, o taylorismo/fordismo, era caracterizado pelo emprego em massa e condições de superexploração. Caracterizado também pela flexibilização da produção, com adoção ao sistema *just-in-time* — cuja produção é sob demanda —, o modelo trouxe uma série de flexibilização nas leis trabalhistas, condicionando o trabalhador a qualificar-se e deter de criatividade para cumprir determinadas tarefas e ocupações. A mulher brasileira é um dos principais alvos desse modelo, devido a associação de sua capacidade de desenvolver diversas atividades como algo natural de sua condição. Grande parte das ocupações femininas nas indústrias dessa época, correspondiam ao mesmo critério: tarefas repetitivas que exigiam atenção, cuidado e paciência (SOUZA-LOBO, 1991 p. 153), características atribuídas às mulheres, cuja socialização começa a partir da inserção no trabalho reprodutivo, o Pode-se dizer que “o modo de produção capitalista encontra na exploração do trabalho da mulher, seja na esfera produtiva, seja na esfera reprodutiva, uma das suas bases de sustentação” (CISNE, 2018, p. 96).

Com a chegada da “década neoliberal”, os anos de 1990, no Brasil, foram marcados pela pior distribuição de renda do mundo industrializado. Nessa época, ainda que mantendo uma crescente incorporação da força de trabalho feminina, o desemprego também começa a aumentar, com isso, o trabalho autônomo torna-se a saída para os brasileiros não passarem fome, refletindo maior proporção de mulheres na informalidade e nos setores de limpeza, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referente ao período de 1981 a 2002.

Com o crescimento de postos de trabalho no Brasil nos anos entre 2009 a 2011, a força de trabalho feminina foi a que mais aumentou, como vimos anteriormente. Apesar do crescimento ter sido importante para a vida das mulheres, dez anos depois o cenário tende a mudar. Com a chegada da empresa Uber no Brasil, em 2014, surgiu um novo modelo de trabalho, ainda mais informal e flexível. Não demorou muito até outras empresas aderirem ao trabalho via aplicativo, surgindo também outras plataformas como a 99, Ifood e Rappi. Com o surgimento deste fenômeno surge também o termo “uberização”, que retrata o processo de

informalização do trabalho a partir da lógica do trabalho digital, rompendo com a separação entre o tempo de vida no trabalho e fora dele (ANTUNES, 2020a, p. 41), em outras palavras, “a uberização reduz o trabalhador à condição de autônomo, autogerente de si próprio, detentor de meios de produção e de instrumentos de trabalho” (MARQUES, et al., 2018, p. 11). Com esse fenômeno surge também a lógica empresarial-empreadora de culminar uma “ideologia da liberdade”, propagando a ideia de que os trabalhadores possuem controle sob seu trabalho, podendo se autogerenciar. As condições de inserção ao mercado de trabalho formal começam a piorar e impactar fortemente a vida de muitas mulheres trabalhadoras brasileiras, e, segundo Antunes:

a expansão do trabalho feminino tem se verificado, sobretudo no trabalho mais precarizado, nos trabalhos em regime part-time, marcados por uma informalidade ainda mais forte, com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens, além de realizar jornadas mais prolongadas. (ANTUNES, 2000, p. 108).

Segundo dados do IBGE de 2019, 54,5% das mulheres com 15 anos ou mais integravam a força de trabalho no país, enquanto entre os homens esse percentual chegava a 73,7%. Nesse sentido, o cenário que se desenvolveu após a reforma trabalhista, em 2017, desfavoreceu ainda mais a vida das trabalhadoras brasileiras, causando um aumento no número de desempregos, e o crescimento da informalidade. Segundo os mesmos dados levantados pelo IBGE, em 2019 o Brasil tinha um total de 39,3 milhões de pessoas em situação de trabalho informal, a porcentagem de trabalhadores sem carteira assinada chegou a superar 50% em 11 estados do país. Os dados mostram que as mulheres são as mais afetadas com o cenário de desemprego em relação aos homens, a taxa de desocupação total entre as mulheres no quarto trimestre de 2019 foi de 13,1%, enquanto entre os homens o índice era de 9,2%. Com o aumento das desigualdades sociais advindas da reforma trabalhista, o trabalho informal, “por conta própria”, torna-se a única alternativa para a sobrevivência das mulheres, especialmente para as chefes de família. Nas palavras de Abílio (2020, p. 122):

A indistinção entre o que é e o que não é tempo de trabalho, a fusão entre esfera profissional e esfera privada e a impossibilidade de mediações publicamente instituídas na regulação do trabalho, a indefinição quanto ao que é e o que não é trabalho são alguns dos elementos que costumam a vida cotidiana das mulheres e as chamadas ocupações tipicamente femininas.

Com a chegada da crise sanitária, política e econômica, em 2020, os números começam a ficar ainda mais assustadores. Uma pesquisa sobre o impacto da crise do novo coronavírus nas companhias, realizada pelo IBGE, apontou que cerca de 716 mil empresas fecharam suas portas durante a pandemia, impactando especialmente aqueles que dependem do trabalho para sobreviver. No primeiro ano de pandemia, em 2020, a taxa de ocupação das mulheres brasileiras caiu para 35,5 milhões, enquanto a taxa de desocupação chegou a alcançar cerca de 16,8%. Esse número é ainda mais alto para as mulheres negras, correspondendo a cerca de 19% de desocupação, segundo dados levantados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE-IBGE). Antunes (2020b, p. 17) afirma que a pandemia decorrente da Covid-19 exibe todas as características de uma pandemia de classe, gênero e raça, obrigando as mulheres, especialmente as mais pobres, a recorrerem ao trabalho informal, uberizado e ao *home office*, numa tentativa desenfreada de sobreviver: “As estratégias pessoais para a gestão da própria sobrevivência passam a estar no cerne da reprodução social dos trabalhadores, ao mesmo tempo que são incorporadas e gerenciadas no processo de trabalho” (ABÍLIO, 2020, p. 116).

2.4 A PANDEMIA DA COVID-19 E A NECESSIDADE DE REINVENTAR: APRESENTANDO A FEIRA FEITO POR MULHERES DE SANTA MARIA

Logo nos primeiros meses de pandemia da Covid-19 muitas empresas de Santa Maria, RS, foram fechando as portas. Com o decreto municipal⁷ que estabelecia normas e medidas sanitárias para a contenção do vírus, somente estabelecimentos tidos como “essenciais” — como assistência à saúde, segurança pública, telecomunicações, serviços funerários, produção de alimentos, entre outros — podiam funcionar normalmente, seguindo os protocolos de saúde. Dessa forma, muitos trabalhadores acabaram por perder seus empregos formais, especialmente aqueles que trabalhavam no comércio. Um levantamento feito pela CACISM

⁷ O decreto de número 62, de 24 de março de 2020, é um decreto municipal da cidade de Santa Maria – RS, referente às restrições para o funcionamento do comércio e feiras livres, buscando estabelecer medidas de contenção do contágio da pandemia do novo coronavírus. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/santa-maria/decreto/2020/7/62>> Acesso em 02 de agosto de 2022.

(Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria)⁸ juntamente com empresas da medicina do trabalho, apontou que cerca de 10 mil pessoas sofreram demissões logo nos primeiros meses de pandemia, chegando a alcançar 4 mil demissões em 30 dias na cidade de Santa Maria. Conseqüentemente, no Rio Grande do Sul, logo no primeiro trimestre de 2020, a informalidade atingiu cerca de 1,8 milhões de gaúchos, chegando a 33% da população, segundo pesquisas do Departamento de Economia e Estatística (DEE)⁹. Com a impossibilidade de vender nas ruas para evitar aglomerações, novas alternativas começam a surgir, como a venda através de plataformas digitais e aplicativos. Sob a lógica de geração de renda e enfrentamento ao desemprego surge a Feira Feito por Mulheres de Santa Maria, que antes mesmo de organizar-se enquanto feira, apresentava-se enquanto espaço de compra e vendas através de um grupo no facebook somente para mulheres de Santa Maria.

O grupo na rede social Facebook foi criado em 2016 e atualmente conta com 6 mil e 200 mulheres participantes. Nos primeiros meses de pandemia ele serviu como alternativa de compra e venda de produtos e prestação de serviços, e, em 2021, com a reabertura dos espaços e comércio, consolidou-se também enquanto uma feira. A primeira feira ocorreu em outubro de 2021 e desde então já teve 21 edições, em diferentes pontos da cidade. As entrevistadas contaram que disponibilizam um cadastro e fazem um mapeamento socioeconômico para aceitarem mulheres na feira, e, hoje com cerca de 300 cadastradas, disponibilizam edital para cada edição, contando com até 70 vagas para eventos, buscando sempre fazer uma rotatividade e dar a oportunidade para aquelas que mais necessitam no momento. No primeiro contato com as organizadoras foram relatadas cerca de 6 mulheres na organização, mas esse número atualmente está maior, com a propaganda e convite para novas voluntárias hoje são cerca de 17 mulheres gerenciando a feira que também coloca-se enquanto um coletivo, fazendo ações de arrecadação de roupas, absorventes e com projetos de atuar na educação, capacitando pessoas para o mercado de trabalho e para o empreendedorismo.

⁸ Fonte: Diário de Santa Maria, 2020. Disponível em: <<https://diariosm.com.br/levantamento-aponta-4-mil-demissoes-em-30-dias-em-santa-maria/>>. Acesso em 02 de agosto de 2022.

⁹ Disponível em <<https://www.folhadonoroeste.com.br/noticias/informalidade-no-mercado-de-trabalho-atinge-18-milhao-de-gauchos/>>. Acesso em 02 de agosto de 2022.

Para assegurar informações específicas sobre a construção da feira e suas motivações, foram entrevistadas três mulheres que fazem parte da organização da FPM, no período de julho a agosto de 2022. As entrevistadas responderam um questionário socioeconômico, que tem por objetivo mapear a renda individual e familiar, bem como classe e perfil pessoal e profissional. Elas também responderam às perguntas do roteiro de entrevista semiestruturada, com cerca de 26 questões, que tinha como objetivo compreender a construção da Feira, as principais motivações e algumas percepções das organizadoras sobre empreendedorismo e trabalho por conta própria, especialmente no contexto de Santa Maria, RS. A seguir será apresentado um quadro com suas informações socioeconômicas:

Quadro 2 - Perfil Organizadoras

NOME	AUT. DECLAR.	IDADE	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	RENDA FAMIL.	FILHOS	RESIDÊNCIA	CART. ASS.
Cinzia	Branca	30	Divorciada	Doutoranda	1 a 3 salários	0	Alugada	Não
Silvia	Branca	22	Solteira	Superior em andamento	até 6 salários	0	Própria (do namorado)	Não
Simone	Branca	27	Solteira	Superior completo	até 2 salários	0	Alugada	Não

Fonte: elaboração própria

Cinzia é divorciada e atualmente mora com os pais. Sendo doutoranda ela relatou ter recebido bolsa de aprimoramento do ensino superior mas que veio a perdê-la logo no início da pandemia. A casa em que vive com os pais é alugada, e, atualmente, sobrevivem da aposentadoria do pai e do trabalho autônomo da mãe, bem como de seu ganho individual que é instável, segundo ela mesma. Cinzia além de organizadora da feira também é feirante e possui um empreendimento de cosméticos, que, segundo ela, que é doutoranda em química, foi uma alternativa de continuar na sua área de formação:

Eu fui bolsista, mas minha bolsa acabou no início da pandemia. E foi aí que surgiu a ideia de empreender, não me sentia segura pra ir pro laboratório realizar experimento então eu fiquei em casa. Aí, nos primeiros 3 ou 4 meses eu fiz a parte teórica e depois não tinha mais o que fazer, aí eu comecei a estudar saboaria e cosmética natural, que eram produtos que eu já consumia há muito tempo, desde 2014, e na época meu companheiro disse assim: “poxa tu entende profundamente disso, seria super interessante tu usar dessa técnica”. E foi aí que eu comecei, fazendo tudo em casa. (CINZIA, 2022).

Cinzia também contou que apesar de estar empreendendo neste momento, o sonho dela é outro:

Eu sou química industrial, então, hoje eu gosto de empreender, mas não me vejo fazendo isso daqui a 10 anos. [...] Não tenho vontade de trabalhar fora da área. Gosto disso e acho que as pessoas da química são muito restritas ao academicismo, e isso precisa renovar. Aí eu penso, ao mesmo tempo que eu canso da academia eu fico pensando que se eu desistir aquilo lá nunca vai mudar, então a gente tem que resistir pra mudar. Enfim, é uma confusão, mas meu sonho de vida é ser funcionária pública. Empreender tem sido uma descoberta boa, não sabia que eu ia gostar tanto de empreender assim e ser empreendedora, não conhecia esse meu lado, mas quero mesmo é ser funcionária pública. (CINZIA, 2022).

Sobre a construção da feira, Cinzia contou que as principais motivações eram de geração e manutenção de renda, mas também um espaço de acolhimento e fortalecimento feminino:

A gente tem casos na feira de acolhimento, de pessoas que estavam em situação de violência, ou com a saúde mental abalada. Eu quando comecei na feira recém eu tinha me separado, então entrar para organização foi uma forma de me empoderar, de voltar, de ser ativa. (CINZIA, 2022).

Nas redes sociais da Feira Feito por Mulheres o discurso de empoderamento feminino atrelado ao empreendedorismo é bastante legível, em algumas publicações feitas no instagram da FPM podemos ver a utilização de termos como “empoderamento” e “autonomia feminina”. A segunda entrevistada recebeu o nome de Silvia e nos traz algumas observações bem interessantes acerca da relação sobre empreendedorismo e empoderamento.

O caso de Silvia é bem diferente do apresentado por Cinzia. Silvia mora na casa do namorado, estudante de ensino superior, e começou a empreender também no início da pandemia. Seu empreendimento é de bijuterias fabricadas por ela mesma em casa, com o apoio do namorado e também da mãe. Apesar de mais nova, Silvia possui uma trajetória vasta no mercado informal, trabalhando com sobancelhas e produtos de beleza desde os 16 anos, mas tem uma visão crítica acerca do empreendedorismo:

Eu acho que não existe uma ligação [entre empoderamento e empreendedorismo]. Algumas gurias que estão ali dentro romantizam o empreendedorismo feminino e eu acho que não está ligado ao empoderamento, e sim à taxa de desemprego. **É uma questão de necessidade.** Poucas pessoas estão lá por diversão ou hobbie, porque não é legal ficar lá 6 horas em pé, expondo, correndo o risco

de não vender. Então, às vezes tem muito essa romantização pra tentar vender a feira, mas eu acho que não tem muito a ver com o empoderamento dessas mulheres. (SILVIA, 2022, grifos da autora).

Com graduação em andamento em Geografia, Silvia não se vê atuando diretamente na sua área, pelo contrário, ela aposta em uma vida profissional vinculada à feiras e ao empreendedorismo.

Se tu me perguntasse hoje do que eu abriria mão, é mais fácil eu abrir mão da graduação do que abrir mão das feiras, porque é a forma como eu gero renda. [...] O mercado de trabalho em bacharel é muito escasso. [...] Daqui a 10 anos eu me vejo no feirão colonial, dentro da Feira Feito por Mulheres, não me vejo atuando na minha área. (SILVIA, 2022).

E noutro momento da entrevista ela aprofunda ainda mais a reflexão:

Não é que eu ache que o trabalho informal é a melhor alternativa, só que hoje, vou te dar um exemplo, eu vou em uma tarde numa feira pra tirar o que uma menina no comércio faz em um mês. Muitas vezes as outras mulheres que estão lá também. Em um dia, às vezes, faço R\$1.200,00, e aí qual a chance de eu ir pro comércio receber um mês de salário que eu ganharia numa tarde de feira? Eu faço estágio e recebo R\$ 500,00 em um mês, R\$ 500,00 reais eu tiro sem esforço numa tarde de feira. Então a gente gosta de enxergar essas mulheres se profissionalizando, e as pessoas crescem muito dentro das feiras, porque tu vai comprando uma mesa maior para colocar tuas coisas, tu vai aumentando o número dos teus produtos. Claro que a gente tá falando de um trabalho que pode ser de aprendizado no início, e quando eu comecei nesse mundo do empreendedorismo feminino chegava a quase sair um terceiro olho na testa de tão tóxico, porque tu entra num mundo onde as pessoas defendem tu não fazer uma graduação. Mas também hoje eu vejo que por mim, ano que vem termino minha graduação, faço um mestrado e não arrumo um emprego. (SILVIA, 2022).

Sobre a profissionalização dentro das feiras, as entrevistadas relataram a articulação com professoras dos cursos de administração no intuito de conscientizar e instruir mulheres a organizarem seus negócios para obter mais lucro.

A última entrevistada é a idealizadora principal da Feira Feito por Mulheres e a responsável pela criação do grupo no Facebook. Ela recebeu o nome de Simone, e a entrevista ocorreu também de forma online.

Simone não é feirante, ela trabalha de forma autônoma desde os 18 anos mas atualmente atua como terceirizada, fornecendo serviços de marketing para empresas e cuidando das redes sociais da feira. Ela contou que criou o grupo no Facebook em um momento onde estava estudando na universidade e precisava de

dinheiro para fins acadêmicos e de sobrevivência. Assim, começou a produzir lanches e vender no grupo, também com a proposta de trocar serviços e não apenas comercializá-los. Com a pandemia e uma altíssima procura pelo grupo surgiu a ideia de materializá-lo enquanto um espaço presencial de vendas que também atuasse no fortalecimento de mulheres, especialmente de autonomia criativa.

Em 2021 eu já tinha me formado, me formei em 2018, e eu já vinha pensando no processo de fazer um projeto sobre o grupo pra que a gente conseguisse uma verba pra poder movimentar, só que eu não tinha muito conhecimento e aí parei, mas aí com a pandemia a gente começou a se movimentar, e aí foi assim, com mais pessoas, pessoas que não entendiam nada do processo de organizar uma feira pública na rua mas que queriam muito ter esse espaço. **Acho que a questão da pandemia mesmo foi o pontapé, da gente se colocar enquanto uma rede, de estar próximas**, e também o fato de ter muitas pessoas sem poder vender seus produtos. [...] A gente tava ali entre a primeira e a segunda dose [da vacina] e tinha toda a questão do distanciamento, todas essas questões que eram muito fortes pra gente. E a gente pensou: “estamos construindo um coletivo, a gente precisa bater nisso porque isso é uma questão de saúde coletiva e a gente precisa ser um alerta pra essas mulheres”, então a gente começou a ocupar também esse lugar de fazer essa educação, sobre as vacinas. Só poderia participar da feira quem já estivesse vacinada, usando máscara, com álcool em gel. A gente começou em julho de 2021 a fazer as primeiras reuniões e em outubro fizemos a primeira feira. A gente começou num grupo de mais ou menos 20 mulheres, pra pensar na primeira feira, e aí foi saindo e saindo, e de repente a gente tinha umas 10, e dessas 10 hoje só tem 3 pessoas que começaram desde julho/outubro com a gente. Quando a gente foi pra primeira, segunda, terceira vez, era um servidor da prefeitura que nos dava uma autorização, a gente nem sabia como fazer alvará e ele nos dava a autorização, aí depois a gente foi entendendo os processos, a prefeitura nos pediu alvará, um PPCI, e eram coisas de valor muito alto pra ocupar um espaço numa rua pública, e a gente foi questionando outras pessoas, arquitetos, então a gente foi entendendo esse processo e indo contra ele. Hoje a gente já fez 20 ou 21 feiras e já é diferente, a gente tem uma autorização de uso do espaço público, não precisamos usar alvará, e a gente faz um processo mais simples dentro da prefeitura. (SIMONE, 2022, grifos da autora).

Por colocar-se enquanto coletivo e utilizar de categorias como autonomia, empoderamento e feminismo, foi questionado a relação dessas categorias com o empreendedorismo e o papel da feira na vida das mulheres. Nas palavras de Simone,

A gente quer trabalhar nesse processo de fortalecimento da autonomia dessas mulheres para além de fortalecer suas marcas e suas vendas. Trazer discussões políticas, capacitação, ouvir elas e ter espaços de acolhimento estruturados, é um movimento de poder falar sobre isso, e se uma mulher não tem uma visão sobre o feminismo a gente poder educar ela e não mandar embora ou deixar de acolher. (SIMONE, 2022).

E complementa em seguida:

A gente tem a proposta de fazer capacitações das feirantes e essas propostas estão sendo organizadas por professoras da administração que se voluntariaram pra feira, e a gente tem também a proposta de fazer oficinas com questões sociais. Hoje o Feito por Mulheres tenta fazer parcerias com algumas instituições públicas, por exemplo, agora a gente tá construindo alguns cursos pra pessoas que são atendidas pelo fórum de HIV, e nesse processo social a gente quebra essa barreira de gênero, que na feira é bem imposta, pra gente poder alcançar questões e projetos sociais e auxiliar na geração de renda para outras mulheres e pessoas que fazem parte desses espaços. A gente tá consolidando algumas parcerias com escolas pra levar uma educação criativa, artística. Eu acho que o processo de empreendedorismo pode ser trabalhado desde cedo, a ideia de criar coisas e buscar alternativas pra essas coisas, fugindo desse empreendedorismo capitalista mas buscando esse outro olhar sobre ele, e poder construir espaços de acolhimento, rodas de conversas, entender quem são as mulheres que estão com a gente, o que elas estão passando, para além do processo profissional. Porque essa questão da autonomia, a gente entende que é uma coisa atrás da outra, tu precisa ter uma autonomia emocional pra não depender emocionalmente de outras pessoas, ter confiança em ti mesmo e estar num espaço de acolhimento, pra ter autonomia financeira. (SIMONE, 2022).

Simone pretende seguir carreira acadêmica e começar um mestrado vinculado com questões culturais, ela também almeja seguir carreira de gestão pública e gestar um espaço físico da FPM, mas também tem uma visão próxima à de Silvia em relação ao empreendedorismo no Brasil:

A gente tem que falar sobre desemprego pra falar sobre empreendedorismo, a gente tem que olhar pra essas questões, e olhar que enquanto poder público não se tem uma valorização desse microempreendedor. Acho que não dá pra colocar só coisa ruim do empreender mas também não só coisa boa, não podemos romantizar um processo que é totalmente desvalorizado, em que, muitas vezes, nem ganhamos o que vale aquele trabalho, não dá pra romantizar mas não podemos esquecer da força que isso também tem, porque empreender pode ser sim uma forma de sair um pouco de todo esse processo de desemprego, de ter um olhar para o futuro, de ter esperança. Eu acho que seria essa palavra, empreender é ter um pouco de esperança no meio dessa loucura toda que a gente tá vivendo, mas que é algo que é complicado também, difícil, e, provavelmente, não vai te dar um suporte pra ti conseguir viver daquilo, só daquilo. (SIMONE, 2022)

Para Antunes (2000) o processo de precarização industrial está relacionado com o processo de surgimento da crise estrutural do capital e apresenta-se no aumento de postos informais, terceirizados, aumentando a exploração e o

desemprego. No caso das feirantes, que colocam-se enquanto empreendedoras, o que está posto é justamente a precarização da vida e do mercado de trabalho, levando-as à serem responsáveis por gerir suas próprias sobrevivências. Não é o empreendedorismo em si que traz esperança, mas a garantia de uma renda, de um sustento, de uma alternativa para não morrer de fome.

As organizadoras entrevistadas possuem trajetórias um tanto quanto parecidas, jovens, estudantes ou recém formadas, todas filhas do trabalho autônomo, em particular de mães autônomas, o que nos escancara aquilo que diversas pesquisas e autores vêm nos dizendo: *a precariedade tem rosto de mulher*. São as mulheres, especialmente as mais pobres, as maiores responsáveis pelo autogerenciamento de suas vidas, e isso é muito influenciado pelo trabalho reprodutivo e suas experiências na manutenção e reprodução social (FEDERICI, 2018). A *classe-que-vive-do-trabalho*, conceituada por Antunes (2020a) como aquela que não tem meios de produção e não sobrevive se não for através do dispêndio da sua própria força de trabalho, possui também gênero e raça, sendo essas categorias, ou sujeitos, os mais expostos à precarização da vida. A construção da feira em um momento de pandemia, exhibe todas as problemáticas do empreendedorismo brasileiro. Ela surge como uma alternativa para a sobrevivência das mulheres, uma forma de manutenção da renda ou mesmo a própria geração de renda, como relatado pela entrevistada Simone (2022):

Quem tá nesse processo é, ou para aumentar a renda porque não tá dando conta, tem gurias que dizem: “tô aqui pra tirar ao menos o gás”, sempre é uma coisa assim, uma subsistência, e tem outras que realmente vivem disso, vivem de feira, fazem parte de outras feiras também, porque elas vivem disso mesmo.

A questão do desemprego é algo que aparece no discurso das 3 organizadoras entrevistadas, salientando que a procura pelo trabalho informal não está diretamente relacionada à uma escolha pessoal mas à uma alternativa frente à crise do trabalho.

O crescimento da feira estava no mesmo caminho da questão do desemprego. A nossa prefeitura bate tanto na tecla que Santa Maria é uma cidade ótima pra empreender, na verdade Santa Maria é uma ótima cidade pra ficar desempregado. Então, essas mulheres, elas começaram, nem que seja comercializar Avon, comercializar roupa que pega com consignado, comercializar produtos super aleatórios por uma necessidade. (SILVIA, 2022)

Helena Hirata (2009) apresenta três possíveis indicadores para a inserção das mulheres no trabalho precarizado: 1) A ausência de proteção social e de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais; 2) Horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários baixos e que levam frequentemente à precariedade; 3) Níveis baixos de qualificação: a ausência de qualificação formal e a conseqüente baixa renda levam, em inúmeros casos, à precariedade e ao desemprego.

Esses indicadores direcionam-se para uma marcada divisão sexual da precariedade, já que as mulheres são mais numerosas do que os homens tanto no trabalho informal quanto no trabalho em tempo parcial: número inferior de horas trabalhadas, níveis mais baixos na escala de qualificação. Eles também apontam para o fato de que, mesmo quando se tem um emprego com contrato por tempo indeterminado, o trabalhador pode encontrar-se em situação precária, como demonstram os novos empregos por tempo indeterminado, criados no Brasil a partir de 2005, cuja remuneração é um salário mínimo. (HIRATA, 2009, p. 26).

A questão da baixa escolaridade deixa de ser um fator central do trabalho por conta própria, o que o torna cada vez mais complexo e heterogêneo. Entretanto, pode ser presunçoso apontar uma “nova informalidade” ou um “novo caráter” do empreendedorismo brasileiro. Afinal, no cerne dessas modalidades informais de trabalho ainda prevalecem a ausência de regulamentação, instabilidade econômica, intensificação do trabalho, eliminações de direitos e a transferência de custos e riscos ao trabalhador (ABÍLIO, 2020), e, no caso das feirantes, a especificidade do desemprego e do cenário de crise sanitária, econômica e política vivenciado no município de Santa Maria mas também no país inteiro.

Atualmente a taxa de desemprego no país corresponde a 10,5%, um número abaixo do vivenciado nos anos de implementação da Reforma Trabalhista, entretanto é ilusão considerar isso positivo, afinal vivenciamos um cenário de desvalorização do real, altíssimo custo de vida, sucateamento das políticas sociais e o aumento de trabalhadores por conta própria sem carteira assinada. Assim, pode-se inferir que há mecanismos que operam na vigilância do direito ao trabalho e nos estímulos às estratégias pessoais que garantem a existência e permanência nos postos informais e precarizados (ABÍLIO, 2020).

Sobre os próximos passos da feira, foi apontado a intenção de da construção de um espaço físico e da atuação enquanto um coletivo, abordando pautas de gênero e raça, se colocando enquanto antiracista e em favor da autonomia e liberdade das mulheres. As entrevistadas contaram que a feira não tem e nem

pretende ter vínculo com a iniciativa privada, tendo como objetivos futuros uma parceria com a Universidade Federal de Santa Maria, através da Incubadora Social, e com projetos voltados para educação e cultura pública.

3. EMPREENDEDORISMO FEMININO: ENTRE O EMPODERAMENTO E A PRECARIIDADE

[...] enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas. (THOMPSON, 1963)

Como visto no capítulo anterior, a mudança na estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitou, ainda mais, a incorporação e o aumento da força de trabalho informal, e, na contemporaneidade, esse aumento é composto majoritariamente por mulheres. Nos dias atuais, com o cenário pós pandemia da Covid-19, desregulamentações no setor formal, as diversas reformas que atingem o mercado de trabalho, tem se fortalecido e se alastrado pelo Brasil uma “cara nova” do empreendedorismo. Esse empreendedorismo apresenta-se como uma possibilidade de desenvolver potencialidades empreendedoras, onde o homem ou a mulher é, ao mesmo tempo, sujeito e empresa, sendo o próprio gestor dos seus ganhos. Entretanto, por trás de sua franja social está a responsabilização individual dos trabalhadores pela manutenção de sua própria sobrevivência e a culpabilização pelos seus fracassos. Partiremos aqui de uma análise crítica a respeito do empreendedorismo, compreendendo que este possui sim seus dois lados da moeda, podendo servir como ferramenta desenvolvidora de criatividade e auxiliando na economia, mas, também, possuindo suas fragilidades e controvérsias, destacando ainda mais a precarização do trabalho e o enfraquecimento do setor formal. A sociologia do trabalho, muito comprometida com a cientificidade das relações humanas e das estruturas sociais, já vem desenvolvendo diversas análises sobre as novas, e antigas, modalidades de trabalho, se posicionando criticamente, “o caráter ‘militante’ da Sociologia do Trabalho não impediu, no entanto, a sua constituição enquanto uma disciplina científica, institucionalizada academicamente e com uma significativa produção teórica e empírica” (ABRAMO, 1999, p. 12).

Compreendendo que o empreendedorismo é um quadro de difícil caracterização e que, como refletido anteriormente, o perfil dos trabalhadores informais têm sido cada vez mais diverso e complexo, buscaremos aqui investigar como as feirantes da Feira Feito Por Mulheres constroem suas identidades profissionais nesse contexto de precarização laboral e disseminação do empreendedorismo, fazendo uma relação também com as questões subjetivas e

ideológicas acerca do conceito de empreendedorismo e empoderamento feminino. Assim sendo, neste capítulo será discutido 3 eixos, começando pela delimitação do conceito de empreendedorismo e como este se manifesta na sociedade brasileira, o segundo eixo, também de cunho bibliográfico, será a delimitação do conceito de empoderamento, analisando sua relação com gênero e trabalho, e por fim apresentado de forma sucinta o perfil socioeconômico das entrevistadas e suas motivações para empreender.

3.1 CONCEITUANDO O EMPREENDEDORISMO

O termo empreendedorismo não é algo propriamente do capitalismo contemporâneo, entretanto é a partir desse cenário que ele se prolifera e assume diferentes formas e significados. Conceituá-lo pode ser um desafio, todavia se faz necessário.

A teoria schumpeteriana (1997) propõe pensar o agente empreendedor como o indivíduo capaz de inovar e criar produções e novas tecnologias. Para Schumpeter o fracasso ou sucesso do empreendedor depende de sua intuição e da capacidade de visualizar as coisas (1997, p. 60). Contudo, o ser empresarial, o homem-empresa, não nasce inato na humanidade, nem mesmo se constrói a partir, unicamente, da vontade exclusiva e da escolha individual. Ele, assim como toda a humanidade, é condicionado a partir da sua própria realidade. Nas palavras de Dardot e Laval (2017, p. 145) “o empreendedor não é um capitalista ou um produtor nem mesmo o inovador schumpeteriano que muda incessantemente as condições da produção e constitui o motor do crescimento [...], mas sim um homem que age para melhorar sua sorte.”. No mundo capitalista o empreendedor schumpeteriano, aquele criativo e inovador, deixa de existir, dando lugar ao trabalhador responsável pela sua própria sobrevivência, aquele que, por falta de emprego estável ou salário digno, recorre à criação da pequena empresa ou mesmo aos trabalhos informais e “por conta própria”, como é o caso da uberização. Dessa forma, “o processo de mercado constroi seu próprio sujeito.” (DARDOT. LAVAL, 2017, p. 139).

No cenário atual, advindo de diversas reformas que sucateiam os direitos trabalhistas e o emprego formal e intensificado pelas novas modalidades de trabalho, há uma valorização do empreendedorismo e uma “nova face”, ainda mais individualizada e, também, meritocrática. Nesse sentido, o empreendedorismo

carrega um viés repleto de questões ideológicas e políticas, tornando-se uma das bases de sustentação do próprio capitalismo. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), criado em 1964 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) é hoje um dos maiores serviços de apoio aos pequenos empreendedores no Brasil, sendo responsável por fomentar o empreendedorismo e dar suporte aos trabalhadores que recorrem à essa modalidade. Em seu site oficial podemos encontrar diversos cursos, palestras, artigos e dicas para tornar-se um empreendedor. Nele, a definição do que é o homem empreendedor é muito próxima ao que já foi dito pela teoria schumpeteriana, o empreendedor aparece como aquele com vontade de ser independente, criar e inovar. No próprio site do SEBRAE¹⁰ há um formulário com 20 perguntas para quem quer descobrir quais são suas características empreendedoras, a fim de direcionar o interessado a “empreender melhor”. Todavia, ser empreendedor nem sempre foi “possível” para qualquer pessoa com vontade de empreender, até 1970 ser empreendedor era algo totalmente relacionado com a propriedade privada, dessa forma o empreendedorismo tinha relação com uma empresa e com o homem empresário. Foi a partir da reestruturação produtiva e do avanço neoliberal que o sujeito empreendedor adquiriu novas e diversas características, se desvinculando da necessidade de obtenção de propriedade privada e se aproximando ainda mais de uma meritocracia exacerbada, onde prega-se que o querer é suficiente para que qualquer um alcance o sucesso. Nesse sentido, “a substituição da defesa de que todos podem ser empresários, pela concepção de que todos podem empreender, procura retirar de questão a necessidade da propriedade privada como índice de comprovação do sucesso profissional e pessoal” (AMORIM, MODA & MEVIS, 2021, p. 7), modificando também a própria subjetividade dos trabalhadores, fomentando um conflito de interesses e de identidade e, conseqüentemente, impactando nas formas de organização coletiva e um enfraquecimento no que tange à consciência de classe.

A fomentação do empreendedorismo pelo SEBRAE e até mesmo pelas mídias sociais, revistas e publicações de livros reforçam seu viés ideológico, por vezes mascarando seu processo solitário e a precariedade embutida nele. Segundo um relatório divulgado pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM) em 2007, o Brasil estava entre os países mais empreendedores do mundo todo. Se voltarmos

¹⁰ Disponível em <<https://conhecimento.sebraers.com.br/lp/dna-formulario/>>. Acesso em abril de 2023.

ao capítulo anterior podemos ver que o cenário advindo da reestruturação produtiva foi um dos pilares para esse ranking, sustentados também pelo modo de produção toyotista e a acumulação flexível. Essas modificações no cenário produtivo também impactaram nos âmbitos social e político, na cultura e nos valores da sociedade. Dessa forma,

as atividades por conta própria tornam-se por excelência o ideal representativo dessa nova cultura do trabalho. A valorização do trabalho autônomo empreendedor reinterpreta igualmente o trabalho informal, destacando seu potencial criador vinculado à predisposição individual ao risco e à inovação. Sinônimo de flexibilidade, abrange desde consultores altamente qualificados, com contratos temporários e/ou por projetos, ou sem contrato algum, chegando até os trabalhadores em atividades precárias como ambulantes, camelôs e outros que sobrevivem na precariedade (LIMA, 2010, p. 161)

No Brasil, os programas de concessão de crédito, enquanto uma política de geração de emprego e renda, demonstram que o empreendedorismo está mais vinculado a uma estratégia de geração de renda e sobrevivência do que de fato ao desejo de inovar. Não que o desejo de inovação e criação do próprio negócio não existam, entretanto esse desejo certamente está atrelado à privação de inserção no mercado de trabalho formal. Em 2009, a lei complementar 128/28, criada em 2008, forneceu a criação do Microempreendedor Individual (MEI), um regime fiscal que abrange empreendedores que faturavam até 60 mil reais por ano, dado que foi atualizado em 2022, sendo atualmente 81 mil o faturamento anual. Essa foi uma política que visava a diminuição da informalidade no Brasil, podemos dizer que é uma forma de formalizar a informalidade do trabalho. Atualmente, o número de brasileiros cadastrados no MEI é de 11, 2 milhões de pessoas, o que corresponde a 55% do total de negócios abertos, segundo dados do SEBRAE (2022). De acordo com os dados divulgados pelo GEM (2020), com a crise gerada pela pandemia da Covid-19 e o aumento das demissões no Brasil, cerca de 600 mil trabalhadores se registraram como MEI.

Uma pesquisa divulgada pela Global Gender Gap Report 2022¹¹, do Fórum Econômico Mundial (FEM), apontou um aumento de 41% de mulheres que começaram a empreender em 2020 no mundo todo. Segundo a pesquisa, os fatores principais pela busca em criar o próprio negócio estão relacionados com o

¹¹ Empreendedorismo feminino tende a crescer no pós-pandemia. Disponível em <<https://overbr.com.br/noticias/empreendedorismo-feminino-tende-a-crescer-no-pos-pandemia>> Acessado em abril de 2023.

desemprego e a possibilidade de trabalhar em casa e cuidar da família. Sabendo que as mulheres brasileiras foram as mais afetadas pela crise política, econômica e sanitária advinda da Covid-19, e as mais suscetíveis ao emprego informal e precarizado (ABÍLIO, 2015), destaca-se aqui sua inserção no empreendedorismo brasileiro, processo este que encontra-se vinculado a uma identidade e ao empoderamento feminino, como veremos a seguir. O SEBRAE em seu site oficial também traz dados da participação feminina no empreendedorismo brasileiro, apontando o “perfil feminino” como o com maior capacidade de empreender e ter sucesso devido a sua “resiliência”¹². Em seus diversos cursos e palestras sobre *empreendedorismo feminino*, há uma propagação da valorização da atividade autônoma enquanto um empreendimento e relacionando empreendedorismo feminino com o empoderamento, a partir do reconhecimento da mulher enquanto empreendedora. Discutiremos a seguir o conceito de empoderamento, sua relação com o empreendedorismo.

3.2 ENTRE O EMPODERAMENTO E A PRECARIIDADE

Nos últimos tempos o termo *empoderamento* tem ganhado notoriedade nos discursos de muitas mulheres, assim como na mídia e nos movimentos sociais. O que sabemos acerca do empoderamento é a sua relação com o gênero feminino, vinculado à autonomia e a liberdade. Não sendo algo de fácil definição, podemos apenas afirmar que este assume um viés ideológico, estando ao lado não somente das mulheres, mas também do capital. O termo empoderamento (*empowerment*) foi criado a partir das lutas por direitos civis pelo movimento feminista que militava sob a lógica da ação social. Nas palavras de Sardenberg (2012, p. 02):

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinoamericanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero.

¹² Pode ser acessado em <[Empreendedorismo feminino: desafios e oportunidades | Blog | Sebrae Minas \(sebraemg.com.br\)](http://sebraemg.com.br)>

Para Nancy Fraser (2009) o empoderamento, enquanto um conceito não, está em consenso dentro do movimento feminista nem mesmo da academia, estando em disputa também pelo capital que, historicamente, tem se aproveitado da luta das mulheres para alavancar, ou como Fraser (2009 p. 45) mesmo aponta: “o capitalismo desorganizado vende gato por lebre ao elaborar uma nova narrativa do avanço feminino e de justiça de gênero”. Atualmente o conceito de empoderamento não parece se relacionar diretamente com o movimento feminista, pelo menos não no discursos das mulheres entrevistadas, como veremos mais à frente. O que não impossibilita o feminismo liberal de utilizá-lo a seu favor, discursando para muitas mulheres que empoderamento tem a ver com liberdade, individualidade e igualdade econômica, um discurso que traz ainda mais benefícios ao mercado capitalista. Ele (o feminismo liberal) se recusa a tratar das restrições socioeconômicas que tornam o empoderamento uma conquista difícil para uma ampla maioria de mulheres, sendo o seu verdadeiro objetivo a meritocracia e não a liberdade (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 37). O que não significa, necessariamente, que as mulheres empreendedoras de classes desfavorecidas não se sintam e sejam empoderadas, mas que o empoderamento demanda fatores subjetivos, materiais e históricos.

É alicerçado na meritocracia e no capital que o feminismo liberal propaga a ideia de que mulheres empoderadas são mulheres donas do seu próprio negócio, possuem autonomia para serem e estarem onde quiserem — frase essa, inclusive, muito utilizada pelo movimento feminista¹³. Dessa forma podemos pensar sobre uma *estética empreendedora* que tem sido construída atualmente e se fortalecido através das redes sociais, vinculando gênero e empoderamento com economia e mercado, essa estética pode ser caracterizada pelo ideal de mulher bem sucedida, com controle sobre a própria vida financeira e pessoal e sendo a líder de outras mulheres. Podemos visualizar essa estética empreendedora a partir do próprio site do SEBRAE, que conta com uma plataforma totalmente direcionada ao público feminino, o *Sebrae Delas — Desenvolvendo Empreendedoras & Líderes Apaixonadas pelo Sucesso*¹⁴. Nela, é possível encontrar uma série de vídeos e

¹³ Desenvolvo sobre essa problemática em meu Trabalho de Conclusão de Curso, disponível em <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/20342?show=full>>

¹⁴ Pode ser acessado em <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/empreendedorismofeminino>>

palestras¹⁵ que “orientam e inspiram” mulheres a empoderar-se a partir do empreendedorismo, incentivando um modelo de liderança feminina baseado no trabalho informal. Nessa mesma plataforma também podemos perceber que há premiações para mulheres que se destacam enquanto empreendedoras, o Prêmio Mulher de Negócios¹⁶. Podemos ver na figura a seguir uma prévia de como a plataforma é apresentada.

Figura 1 - Sebrae Delas



Fonte: Site do Sebrae. Acesso em 15 de maio de 2023

A disseminação do empreendedorismo feminino nos mostra como o papel da mulher mudou ao longo dos anos, especialmente na esfera trabalhista. Se, anos atrás, as mulheres trabalhadoras eram fortalecidas através dos movimentos sociais, sindicatos e organizações de luta por condições dignas de trabalho e vida, atualmente se encontram cada vez mais fragmentadas, alicerçadas por ideias da meritocracia e encarregadas da responsabilidade de serem gerentes da sua própria sobrevivência e sucesso profissional. Em outras palavras, podemos afirmar que:

O deslocamento da formação da identidade pelo trabalho organizado e estruturado pelo assalariamento regular e regulamentado acompanha a deformidade dos comportamentos, sem limitar, tampouco esgotar, a luta de classes. Mas situa a associação à identidade e ao pertencimento para além do processo de produção e reprodução material do trabalho humano pela sobrevivência. Nesse sentido, emerge um novo sujeito que valoriza a perspectiva da autonomia e atua angustiado com a manipulação em função de

¹⁵ Evento Sebrae Delas. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=h_VIZ9Cv9ew>

¹⁶ Disponível em <<http://www.mulherdenegocios.sebrae.com.br>>.

circunstâncias e de movimentos de parceiros. (POCHMANN, 2022, p. 39)

Segundo dados do IBGE, realizados no 3º trimestre de 2022, o Brasil tinha cerca de 10,3 milhões de mulheres donas de algum empreendimento, sendo o maior número da história do Brasil.¹⁷ Como visto no capítulo anterior, com a diminuição do trabalho formal no Brasil, e do alto nível de desemprego no Rio Grande do Sul, no período da pandemia, a solução encontrada por muitas pessoas, especialmente por mulheres, foi a busca pela informalidade. Entretanto,

a grande participação de mulheres no setor informal da economia brasileira não significa, no entanto, que suas chances de crescimento profissional sejam maiores do que no setor formal, apenas um número extremamente reduzido de mulheres consegue montar uma pequena empresa lucrativa; a maioria das mulheres trabalha para sobreviver (KÜCHEMANN, 2001, p. 158).

Nesse sentido, podemos afirmar que o empreendedorismo feminino se divide entre empoderamento e precariedade. Não ignorando suas artimanhas para empoderar mulheres que, por diversos fatores, sentem-se desacreditadas do seu potencial, mas tendo consciência de que essa modalidade remonta e reforça um cenário ultraindividual, carente de seguridade trabalhista e de um plano comprometido com a ascensão da classe trabalhadora. Uma pesquisa realizada pelo Sebrae do Rio Grande do Sul, em março de 2023¹⁸, referente ao Dia Internacional da Mulher, apresentou que entre as gaúchas empreendedoras 84% são brancas, 34% possuem pós graduação, 29% superior completo e 19% superior incompleto e 77% são mães (com média de dois filhos). Sobre as motivações para empreender, a pesquisa apontou que 46% tornou-se empreendedora para poder trabalhar com o que gosta, enquanto 18% empreende para complementar a renda familiar. Nesse sentido, buscou-se conversar com as feirantes da FPM sobre suas motivações para empreender, questionando também o que é ser empreendedora, a relação de empreendedorismo e empoderamento e traçando um perfil socioeconômico de cada

¹⁷ Reportagem feita pelo G1 <<https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/03/08/numero-de-mulheres-empendedoras-no-brasil-cresce-e-chega-a-103-milhoes.ghtml>>. Acesso em maio de 2023.

¹⁸ Pode ser acesado em <<https://sebraers.com.br/dia-internacional-da-mulher-2023-estudo-aponta-perfil-das-empendedoras-gauchas/>>

uma delas. Veremos no próximo subcapítulo os resultados das entrevistas realizadas com 8 feirantes.

3.3 ESCOLHA OU SOBREVIVÊNCIA? IDENTIDADE EMPREENDEDORA E AS RAZÕES PARA EMPREENDER

Como abordado anteriormente, o empreendedorismo feminino não se apresenta da mesma forma para todas as mulheres. Isto é, a maioria das mulheres trabalha para sobreviver. E ainda que almejem o sucesso, as condições necessárias para tal são reduzidas em relação às mulheres ricas. Suas atividades são determinadas por características estruturais, como escolaridade, capital, complementaridade de renda, trabalho reprodutivo e jornada de trabalho, dentre outras características comuns à maioria das mulheres que trabalham no setor informal, as quais dificultam um crescimento profissional e conseqüentemente uma maior obtenção de renda (KÜCHEMANN, 2001, p. 160). Ademais, o produto que cada uma irá oferecer também impacta diretamente no seu lucro e na sua situação econômica, podendo uma mulher trabalhar a mesma quantidade de dias e horas que outra, nos mesmos locais de venda, e possuir um rendimento menor, pois seu produto não possui tanta procura quanto o produto da outra.

Nesse momento da pesquisa será apresentado o perfil socioeconômico das feirantes entrevistadas e suas motivações para serem empreendedoras. Cabe destacar que, entre as 8 entrevistadas, foi percebido a existência de consensos em suas narrativas referente à alguns tópicos, mesmo não sendo intuito da pesquisa criar generalizações, mas sim apresentar vivências e trajetórias dessas mulheres no setor informal e suas percepções sobre o autoempreendedorismo. As entrevistas ocorreram no primeiro trimestre de 2023, com encontros presenciais e online, além da entrevista semiestruturada foi também aplicado um questionário socioeconômico para mapear as condições de renda de cada uma delas. Faremos aqui uma apresentação do perfil das feirantes entrevistadas, reforçando, mais uma vez, que todos os nomes originais foram substituídos por nomes fictícios vinculados à autoras e militantes feministas marxistas. O perfil socioeconômico apresentado na tabela abaixo contém informações sobre a autodeclaração, idade, escolaridade, a renda familiar, se possuem filhos ou não, tipo de residência em que moram, se possuem vínculo empregatício com carteira assinada e se são cadastradas no programa

Microempreendedor Individual. Defende-se que essas informações ilustram um pouco do perfil socioeconômico das feirantes da Feito por Mulheres e, como veremos no decorrer do texto, trazem reflexões sobre suas trajetórias e projetos de vida.

Quadro 3 - Perfil Feirantes

NOME	AUT. DECLAR.	IDADE	ESCOLARIDADE	RENDA FAMIL.	FILHOS	RESIDÊNCIA	CART. ASS.	MEI
ALEXANDRA	PARDA	33	GRADUADA	ATÉ 3 SALÁRIOS	0	ALUGADA	SIM	NÃO
NANCY	BRANCA	34	GRADUADA	ATÉ 2 SALÁRIOS	0	ALUGADA	NÃO	SIM
LUDMILA	BRANCA	60	ENS. MÉDIO	ATÉ 3 SALÁRIOS	4	ALUGADA	NÃO	SIM
ANGELA	NEGRA	29	GRADUANDA	ATÉ 2 SALÁRIOS	0	ALUGADA	NÃO	NÃO
ELISABETH	BRANCA	50	PÓS-DOCTORA	ATÉ 3 SALÁRIOS	3	PRÓPRIA	NÃO	NÃO
CLARA	BRANCA	35	GRADUADA	ATÉ 3 SALÁRIOS	2	PRÓPRIA	NÃO	SIM
MIRLA	PARDA	58	MESTRA	MAIS DE 5 SALÁRIOS	0	PRÓPRIA	SIM	NÃO
EMMA	NEGRA	25	GRADUANDA	ATÉ 3 SALÁRIOS	1	ALUGADA	NÃO	NÃO

Fonte: Elaboração própria.

Através do questionário aplicado, com o objetivo de seleção de amostra do perfil das entrevistadas, foi possível perceber algumas aproximações em relação à trajetórias de vidas, experiências no mundo do trabalho e no empreendedorismo. Todas as entrevistadas começaram a expor na Feito por Mulheres desde sua construção, além de também utilizarem do grupo no facebook para vendas e trocas de serviço. Das oito entrevistadas, cinco delas possuem superior completo, e dentre essas cinco, duas com pós graduação. Sobre o perfil socioeconômico das entrevistadas, vale ressaltar também que todas elas possuem experiências no mercado de trabalho formal, e duas delas estão atualmente trabalhando de forma regular e assalariada, além do trabalho informal. Referente às motivações para empreender foi dado algumas sugestões, como: (1) desejo próprio, (2) obtenção e complementação de renda, (3) possibilidade de trabalhar com o que gosta, entre outros. Entretanto, em algumas respostas apareceu um outro motivo: (4) uma “alternativa” à CLT. Essa resposta se apresenta como um descontentamento quanto

à rigidez do mercado de trabalho formal, especialmente ao setor de serviços. O setor de serviços é um dos maiores responsáveis pela contratação da força de trabalho feminina no Brasil, nele estão incluídos diferentes ramos, assim como grandes conglomerados financeiros, com trabalhadores organizados em potentes sindicatos, mas também os trabalhadores terceirizados, informais e sem direitos trabalhistas. Podemos encontrar segmentos alimentícios, hotelaria, comércio e serviços gerais. As entrevistadas que passaram pelo setor de serviços se colocaram totalmente críticas à sua estrutura, especialmente aos baixíssimos salários e a extensão da jornada de trabalho. Quanto às motivações para empreender, quatro das entrevistadas relataram empreender para obter ou complementar a renda, apontando que gostariam de estar no mercado de trabalho formal mas não tiveram sucesso, enquanto duas mencionaram para além da renda uma possibilidade de trabalhar com o que gostam, e as outras duas optaram pelo autoempreendedorismo por necessidade de uma renda que possa ser conquistada fora do trabalho formal.

O descontentamento acerca do trabalho formal foi citado em todos os relatos, mas especialmente a jornada de trabalho e o salário mínimo foram os mais enfatizados durante as respostas. Dal Rosso (2017, p. 268) aponta que a flexibilização dos horários requer também a flexibilização dos trabalhadores, e que a própria flexibilização da jornada de trabalho foi uma pauta trazida por eles. Entretanto as reivindicações dos trabalhadores eram referentes ao controle do seu tempo, mas os efeitos da flexibilização, em cenário capitalista, trouxe ainda mais precarização, instabilidade e um grande aumento na desigualdade social. Outro ponto interessante referente às motivações para empreender é que nenhuma das entrevistadas, até mesmo as que optaram pela resposta 3 deixou de mencionar que o empreendedorismo era uma alternativa de sobrevivência, sendo a renda obtida com as vendas uma complementaridade para pagar as contas ou mesmo a única renda para a manutenção de suas vidas. Esse é um elemento que nos permite pensar que, ainda que o empreendedorismo seja importante para a maioria das pessoas e das mulheres brasileiras, ele não se apresenta como a racionalidade liberal nos afirma, estando mais próximo da necessidade do que de fato da escolha individual. Ademais, sobre as falhas do empreendedorismo, as entrevistadas mencionaram a ausência de legislação trabalhista, a impossibilidade de férias remuneradas, isolamento e auto responsabilização pela previdência social, além de apontarem também a instabilidade de salários e ganhos.

No decorrer das entrevistas também foi questionado o interesse em ingressar ou retornar no trabalho formal via CLT, foi questionado sobre a atuação na área de formação, mas todas elas possuem algum tipo de incerteza em relação ao trabalho formal e na área de estudo. Insatisfação com o salário, com a valorização da formação e descontentamento com a área estudada foram pontos levantados nas respostas obtidas. Outro aspecto importante que cabe destacar, a respeito do perfil das entrevistadas, é referente aos negócios administrados por elas. Seis das entrevistadas possuem negócio artesanal, dentre eles estão vestuário, plantas, alimentação e bijuterias. Uma delas possui brechó e a outra revende produtos naturais místicos, como incensos, velas e produtos de banho energético.

Sobre a identidade empreendedora, é interessante apontar que as entrevistadas se identificam enquanto mulheres empreendedoras, autoempreendedoras ou mesmo autônomas, mas se enxergam enquanto classe trabalhadora e não como empresárias de sucesso, que migraram de classe.

Sim, eu sou empreendedora. Acho que ser empreendedora é poder criar algo, vender aquilo que cria. Mas eu não sou uma empreendedora grande, de sucesso, por enquanto eu faço isso para complementar renda. Não tenho grandes lucros, às vezes nem tenho lucro. [...] Se eu não trabalhar eu não recebo (ALEXANDRA, 2023)

A identidade na modernidade se constrói a partir de um sentimento de pertencimento, englobando diferentes questões subjetivas que, cada vez mais, é questionada pelos sociólogos (DUBAR, 2005). Em seu livro *O Poder da Identidade*, Manuel Castells (2001, p. 22) aponta que a identidade é um processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou seja, dentro do ponto de vista sociológico, toda identidade é construída. Nesse sentido, podemos pensar que o conceito de identidade está relacionado com o individual e o social, sendo possível adquirir diferentes características com base em seu meio. E ainda, segundo Castells (ibid) a identidade profissional é um dos aspectos das várias identidades que cada sujeito possui, dessa forma podemos pensar que referente à identidade empreendedora, não é possível deslocá-la das modificações no mercado de trabalho formal, pois elas implicam significativamente na construção no “ser empreendedor”. Nancy Fraser (2006) tem trabalhado a construção da identidade de mulheres a partir de um debate sobre reconhecimento e redistribuição, propondo uma teoria que compreenda a complementaridade entre eles. Para as entrevistadas,

ser empreendedora está relacionado com diferentes questões, que circulam entre econômicas e políticas, mas também coletivas, enfatizando a importância do Feito por Mulheres na construção e reafirmação de uma identidade.

Antes na feira eu me via mais como trabalhadora do que como empreendedora. Na verdade, por eu trabalhar, ser concursada, o conceito de empreendedorismo nunca havia passado na minha cabeça, até esse momento. Tu me perguntando assim, se eu me identifico como empreendedora, agora eu acho que sim. Por que? Porque dentro da feira a gente começa a se olhar diferente, ver nossas potencialidades, ver que aquilo que a gente faz pode sim ter sucesso, porque tem pessoas que acreditam no nosso trabalho. Acho que ainda não tenho sucesso como empreendedora mas um dia vou ter, mas não acho que vou mudar de classe, a menos que eu faça muito sucesso e alcance o mundo todo com meus produtos (MIRLA 2023).

A concepção de empreendedorismo por parte das entrevistadas remete muito ao processo de criação e inovação, a comercialização em si é uma consequência desse processo. Contrapondo-se à noção liberal e individual da retórica empreendedora, para as entrevistadas o empreendedorismo depende do coletivo, e, nesse caso, da Feira Feito por Mulheres, que surge em suas vidas como mola propulsora da identidade empreendedora e do empoderamento através do autoempreendedorismo. Fatores como desemprego, autonomia, controle do seu tempo e maior liberdade de produção foram os fatores destacados como parte do processo de empreender, dessa forma podemos refletir sobre uma escolha em ser empreendedora e uma consequência. Ainda que as entrevistadas relatem empreender por desejo de inovação, de criar, a possibilidade de complementar a renda ou fazer algo diferente do modelo formal, é um dos fatores mais importantes em suas narrativas.

Encerramos este capítulo defendendo que, ainda que haja um grande incentivo para empreender através de grandes corporações e entidades, como a ONU e o SEBRAE, o empreendedorismo vivenciado pela classe trabalhadora não é o mesmo empreendedorismo empresarial que os mais ricos, filhos de milionários e com grandes capitais desenvolvem. Ele se divide em um empreendedorismo por

necessidade e outro por oportunidade, mas certamente se fortalece e se populariza a partir de uma série de falhas internas no modelo formal, que precisa urgentemente ser repensado. A seguir discutiremos sobre as trajetórias das feirantes no mundo do trabalho, suas percepções e relatos acerca dos temas centrais dessa pesquisa. Por fim, abordaremos a importância da Feira Feito por Mulheres, enquanto um coletivo que tem servido como ferramenta importante para que as mulheres de Santa Maria, autoproclamadas ou não de empreendedoras, possam garantir uma renda e ter um espaço de apoio e fortalecimento através de uma rede de mulheres.

4. AS FEIRANTES DA FPM E O MUNDO DO TRABALHO: RELATOS E PERCEPÇÕES

Os problemas que as mulheres enfrentam nas sociedades competitivas, na medida em que sejam realmente insolúveis neste tipo estrutural, são problemas de classes sociais manifestando-se diferentemente nas categorias de sexo. (SAFFIOTI, 2013, p. 106)

Neste capítulo buscou-se apresentar detalhadamente o perfil e trajetórias das entrevistadas, refletindo a partir de seus relatos e percepções, elencando com a teoria escolhida para essa pesquisa. De forma geral, cabe destacar a tentativa de indicar respostas para nosso problema central, apontado nas narrativas das entrevistadas as implicações do autoempreendedorismo, do trabalho por conta própria e a informalidade em suas vidas.

Com o desenvolvimento da pesquisa, notou-se a importância da Feira Feito por Mulheres no âmbito social, político e econômico das entrevistadas. Dessa forma, podemos pensar sobre um senso coletivo e um fortalecimento via rede que tem sido construído a partir da identificação e do apoio contido na rede das feirantes. Todas as entrevistadas apontaram as vantagens da FPM e suas idealizações quanto uma economia de mulheres, ou mesmo uma economia feminista. As entrevistadas também relatam um crescimento pessoal, para além do profissional, causado pelo contato com diferentes mulheres que expõem na feira. Nesse capítulo então apresentaremos as trajetórias no mundo do trabalho das feirantes e seus familiares, as questões de gênero e trabalho doméstico, compreendendo que o trabalho autônomo implica, muitas vezes, na utilização da casa como local de trabalho, o paradoxo entre tempo de lazer e tempo de trabalho e, por fim, as percepções das feirantes sobre alguns tópicos como feminismo, empoderamento, conjuntura política e a importância da Feira Feito Por Mulheres.

Por antecipação, parafraseando Saffioti (2013), é possível dizer que para as mulheres da classe trabalhadora, mais marginalizadas e distantes de grandes heranças, o trabalho se impõe como um meio de subsistência, mas a necessidade de trabalhar não deriva, necessariamente, da vontade de sobreviver.

4.1 AS TRAJETÓRIAS NO MUNDO DO TRABALHO E A INSERÇÃO NA INFORMALIDADE

A informalidade, conforme visto anteriormente, é um problema estrutural no Brasil, e, na atualidade, tem sido vista como uma solução frente às dificuldades de inserção no trabalho formal. Prova disso é que muitas pessoas no Brasil conciliam trabalho formal com informal para obter um aumento na renda. Segundo Noronha (2003), existem dois principais tipos de trabalhadores informais: aqueles que possuem dificuldades em acessar o mercado de trabalho formal por não possuírem a qualificação exigida e aqueles que, mesmo qualificados, não têm possibilidades de trabalho formal, e que, dada a terceirização e flexibilização do trabalho, são deslocados ou impulsionados à informalidade. Dessa forma, buscamos refletir sobre a inserção na informalidade e no autoemprego das feirantes entrevistadas, a fim de conhecer um pouco de suas histórias no mundo do trabalho e também de seus familiares.

4.1.1 EMMA

Emma tem 25 anos, se autodeclara uma mulher negra, é graduanda na área da educação, tem uma filha, é solteira e mora em um apartamento alugado, o qual divide com amigos. Ela nunca teve registro em carteira de trabalho, entretanto, relatou trabalhar de forma autônoma desde os 14 anos, como manicure. Emma começou fazendo unhas na sua cidade, trabalhou em alguns salões de beleza mas não foi contratada em nenhum deles, natural de Santa Maria, ela relata ter saído da casa dos pais ao descobrir a gravidez, com 17 anos, precisando viver de “bicos” para garantir sua sobrevivência.

Eu tava no último ano do ensino médio quando engravidei, aí meus pais não lidam muito bem e eu acabei indo morar com meu namorado na época. Ele trabalhava de carteira e também fazia bicos de reparos elétricos. Mas aí a bebê nasceu e não deu certo. [...] Quando ela nasceu eu fiquei fazendo unhas em casa, com hora marcada, aí tinha a pensão dela e minha renda, que não era muito mas dava pra pagar uma babá e o aluguel, aí terminei o ensino médio e entrei na graduação, consegui um estágio remunerado e foi quando eu resolvi fazer doces pra vender de noite na aula.

Para Emma tornar-se empreendedora não era o principal plano, ela destaca que aprendeu a fazer doces por necessidade, para ter sua própria renda, dar conta

dos seus estudos e da criação de sua filha. Emma atrasou o curso na pandemia, quando precisou voltar para a casa dos pais que haviam tido problemas em decorrência da Covid-19. A mãe de Emma trabalha com serviços gerais em uma empresa terceirizada da cidade, cursou apenas metade do ensino médio mas nunca terminou, e seu primeiro emprego foi como diarista, ocupação que desempenhou muitos anos. O pai de Emma tem ensino médio completo e é dono de um pequeno mercado que, segundo ela, era de seu bisavô e foi ficando na família. Para Emma, a informalidade é a única modalidade de trabalho à qual conhece, mas deseja atuar em sua área, passar em um concurso público e continuar empreendendo, de forma que o trabalho informal não seja uma obrigação e a única base de sua subsistência.

Eu comecei fazendo só bolo de pote pra vender na universidade e foi só porque meus amigos me apoiavam muito, todo mundo gostava quando eu fazia bolo em casa. Aí resolvi vender e saía muito, nunca voltei com um pote de volta pra casa. Mas veio a pandemia, eu não conseguia vender, não tinha emprego e meus pais precisavam de mim, aí voltei a morar com eles e fiquei mais de um ano parada. Foi quando comecei a testar outras coisas, brigadeiros, docinhos de festas, cookies e bem nesse período as meninas estavam começando a criar a Feito por Mulheres, então a minha mãe tinha um dinheiro guardado e me deu pra comprar o material todo, fiz cartõezinhos, criei a marca, comprei potes, várias coisinhas e então comecei a empreender de verdade. Minha maior inspiração com certeza foi a minha filha, e ela me ajuda muito na produção. [...] Hoje a gente vive bem, eu vendo na internet e em outras feiras, as pessoas encomendam pra aniversários, páscoa, natal, e eu sou muito realizada, mas meu objetivo maior é me formar, trabalhar na minha área e continuar com meu negócio não por necessidade mas por amor.

4.1.2 ANGELA

Angela tem 28 anos, está estudando graduação na área das artes e possui um empreendimento artesanal de acessórios e vestuário. Sua mãe tem ensino superior e é funcionária pública, enquanto seu pai tem ensino médio completo e trabalha como prestador de serviços e vendedor, via CLT. A mãe de Angela antes do concurso público trabalhava de forma autônoma como revendedora de produtos de beleza, algo que até o momento continua fazendo, enquanto seu pai, embora esteja contratado atualmente, ainda desempenha funções informais com vendas de produtos diversos. Angela começou a trabalhar em 2018, com 23 anos, enquanto tentava entrar na graduação, ela relata que começou a trabalhar como *freelancer*¹⁹

¹⁹ O termo “freelancer” é de origem inglesa, refere-se ao profissional liberal que desempenha funções de forma autônoma para empresas ou pessoas físicas, mediante pagamento estipulado.

em restaurantes de Santa Maria - RS e atualmente continua nessa modalidade além de estudar e expor em diferentes feiras da cidade.

Comecei a trabalhar como freelancer a partir de indicações de amigos que trabalhavam com carteira assinada. Às vezes dava um movimento ou outro e aí precisavam chamar reforço, foi assim que comecei a ir. [...] É ruim que não tem dia fixo, nem salário fixo, eles chamam quando precisam, e se não precisam eu fico sem receber, aí que eu tenho que estar sempre disponível. Mas mesmo sendo assim, esporádico é melhor que nada, é um ganho para comprar algo em casa, pagar uma conta. (ANGELA, 2023)

Abílio (2017) denomina essa situação vivenciada por Angela de “colaboradores *just-in-time*”, ou seja, aqueles trabalhadores que estão sempre disponíveis para a prestação de serviços.

Apesar de ter trabalhado em diferentes funções enquanto *freelancer*, Angela relata que ainda não tem carteira assinada, e que nem mesmo emitiu sua carteira de trabalho. Seu empreendimento, o qual expõe na FPM, é na área de confecção de vestuário e acessórios que ela mesmo produz a partir da reciclagem de tecidos, Angela aponta que, mesmo participando de diversas feiras da cidade, a renda advinda do seu negócio próprio é em torno de R\$ 500,00 a R\$ 1000,00 mensais, precisando ela recorrer à outras formas de trabalho (como a prestação de serviços) e ao apoio financeiro da família.

Foi em 2019, sob influência da mãe, que Angela começou a produzir roupas e acessórios manualmente, e em 2020, com a pandemia, ela viu a possibilidade de tornar aquilo que fazia por *hobbie* um investimento e complemento de renda.

Eu comecei a bordar vendo minha mãe, aí veio a pandemia e pararam de me chamar no restaurante que eu fazia *free* (freelancer). Como tinha que pagar aluguel e não tava conseguindo emprego resolvi vender na internet as coisas que eu fazia, bolsas, camisetas, essas coisas. [...] Eu já estava no grupo do Feito por Mulher no facebook e comecei a postar lá, aí em 2021 as gurias começaram a chamar pra fazer feira presencial e eu comecei a me inscrever e ir, mas já estava indo em outras feiras também. (ANGELA, 2023)

Por Angela prestar serviços informais à restaurantes ela conta que fez vários cursos destinados à alimentação e manutenção de alimentos, mas é o artesanato que lhe chama mais atenção e que pretende investir.

Eu penso em me aperfeiçoar mais ainda, fazer cursos de costura, pintura e bordado. Hoje o dinheiro que arrecado nas feiras mal paga o material que gasto para produzir, mas é um investimento. Empreender é um investimento. Daqui a 10 anos quero ter meu atelier e um negócio que gere lucros e eu possa contratar pessoas, ensinar a elas o trabalho artesanal, a costura e o bordado. (ANGELA, 2023)

A graduação na vida de Angela hoje não ocupa tanto espaço, para ela a importância de ter um diploma é mais significativa para seus pais e familiares do que para si mesma. Ela conta que não se sente muito pertencente à universidade e, por ser de uma área mais artística, não acredita que terá muitas oportunidades de trabalho, a não ser a licenciatura, algo que ela não se vê realizando.

4.1.3 ALEXANDRA

Com 33 anos, Alexandra tem superior completo, trabalha formalmente na área de sua formação, com contabilidade de empresas desde 2019 e tem um empreendimento de bijuterias, as quais faz manualmente com biscuit. Ela vive com seu companheiro em um apartamento alugado no centro da cidade, seu companheiro também é feirante, porém, diferentemente dela, só trabalha nessa modalidade. Alexandra relata que começou a empreender com 15 anos, ao fazer bijuterias de miçangas para vender na escola e desde então foi se aperfeiçoando até criar seu negócio próprio, também de bijuterias. Para ela, “ser empreendedora” é a junção de criatividade com pulsão de materializar essa criatividade, algo que, segundo ela, desde muito cedo se vê sendo e fazendo. Os pais de Alexandra possuem ensino fundamental completo, e atualmente estão aposentados, mas o pai sempre trabalhou nas modalidades formais e informais, como prestador de serviços e vendedor. Já sua mãe nunca teve carteira assinada e é declarada como “do lar”²⁰, mas, em determinados períodos de sua vida, já revendeu produtos, como roupas e produtos de beleza e higiene, por catálogo. A revenda de produtos por parte das mães é algo que aparece tanto nos relatos de Angela como de Alexandra, nesse sentido, Ludmila Abílio (2015) afirma que é muito comum encontrar uma mulher revendedora de produtos por catálogo, como Natura e Avon. Todo mundo conhece alguém, e esse alguém, em sua grande maioria, é uma mulher.

O companheiro de Alexandra, com quem ela divide o aluguel e demais contas, também é feirante. Ele tem um empreendimento voltado ao público *geek*,

²⁰ Termo utilizado no Brasil para referenciar a trabalhadora doméstica, que não trabalha fora de casa.

onde vende quadrinhos, mangás e demais acessórios vinculados à temática. Alexandra conta que a renda do casal advinda das feiras não é suficiente para pagar aluguel e contas, e por isso ela continua em seu trabalho formal, mesmo não sendo sua vontade.

Eu trabalho com contabilidade desde a faculdade, comecei como estagiária e agora já sou parte da gerência. Na verdade, eu sempre trabalhei formalmente, com carteira assinada. Fazer feira é algo novo, por influência do meu companheiro que é feirante desde que começou a trabalhar. [...] Se não fosse meu trabalho fixo (na empresa) a gente não conseguiria pagar nossas contas, as feiras são um complemento da renda. Mas eu não gosto mais, hoje em dia não é pra mim, sabe?! Esse modelo formal, de ter que seguir rigorosamente horários, trabalhar 44 horas semanais é um absurdo. (ALEXANDRA, 2023)

Em seu trabalho formal, Alexandra é responsável por cuidar da parte administrativa, fazer a contagem de lucros, ganhos e gastos de outras empresas que contratam o serviços de onde trabalha. Mas para ela, esse não é mais seu plano de carreira, ela até pensa em ter a própria empresa de contabilidade, mas seu projeto de vida é morar na praia com seu companheiro e ter um negócio conjunto com aquilo que produzem para a venda nas feiras:

Eu quero ampliar os produtos que vendo hoje, fazer mais coisas, não só bijuterias. Fazer bonecos, outros acessórios de biscuit, artesanatos. Sei lá, até queria voltar a estudar, fazer uma pós ou mestrado, mas o emprego na minha área limita muito e como meu companheiro já tem um negócio também, o plano é juntar e diversificar ainda mais os produtos e viver só disso. Mas hoje no Brasil não sei se é possível, viver só do que se produz. (ALEXANDRA, 2023)

Alexandra diz que gosta de contabilidade mas não ama, e que já tentou fazer outros cursos, todos nas áreas de humanidades, mas em todos eles acabou desistindo logo no início. Mesmo sabendo da instabilidade do trabalho autônomo ela defende que este é melhor que o trabalho formal, por poder fazer seus horários e trabalhar para si mesma.

O que eu mais detesto é trabalhar para os outros, fazer dinheiro para os outros e continuar ganhando sempre a mesma coisa. Às vezes eu fico pensando no tanto que meus chefes estão ganhando em cima do meu trabalho, do estresse que eu passo todo dia no escritório, e eu não ganho nem comissão. É isso que me frustra. [...] Eu quero

trabalhar pra mim, ter meu lucro, fazer as coisas que amo quando eu quero fazer.

4.1.4 NANCY

Nancy tem 34 anos, se autodeclara uma mulher branca, não tem filhos, é solteira, possui graduação completa na área de humanas e atualmente possui um negócio de comidas veganas além de prestar serviços de limpeza e cuidados com animais domésticos. Os pais de Nancy possuem superior completo, a mãe é pedagoga e a profissão de seu pai não foi mencionada, apenas o fato de ambos já estarem aposentados. Nancy relata que seus pais ingressaram no funcionalismo público bem cedo e que isso acabou gerando uma pressão à ela, que já é formada mas não pensa em seguir carreira.

Nancy começou a trabalhar em 2015, enfrentando diferentes jornadas de trabalho. Ela trabalhava com vínculo empregatício formal no comércio, onde precisava vender produtos e bater metas, nesse momento também estava se graduando e produzia comidas artesanais para vender na universidade. Além de se dedicar ao trabalho formal, à universidade e ao trabalho autônomo, com a produção de comidas artesanais, ela também era responsável por cuidar da casa que morava com colegas de aluguel. Após se formar percebeu que não gostaria de atuar em sua área de formação e também não sentia vontade de continuar no mercado de trabalho formal. As principais queixas referentes à área de atuação e ao mercado de trabalho eram em relação às jornadas extensas, salários baixos e a rigidez das normas e obrigações. O descontentamento com o trabalho via CLT foi uma das principais motivações para se dedicar ao trabalho autônomo, além de relatar também sua vontade de levar uma alimentação vegana e popular para as pessoas.

Durante a pandemia, Nancy encontrou diversos percalços no setor informal. A impossibilidade de fazer feiras e vender seus produtos de forma presencial diminuiu suas vendas e, conseqüentemente, seus lucros, precisando ela recorrer à ajuda de familiares. Foi nesse cenário em que ela precisou reinventar-se, aprendendo a produzir novas coisas, modificar seus produtos e buscar alternativas de sobrevivência.

Eu já fazia comidas veganas, mas as pessoas ainda têm preconceito com esse tipo de alimentação. Aí acabava que era algo que só vendia mesmo em datas comemorativas, tipo o natal. Nas feiras vendia bem pouco e não dava pra fazer a manutenção da casa e das contas. As vendas nem pagavam os gastos da própria produção. [...] Aí que eu resolvi fazer outras coisas, eu já fazia faxina, ajudava

amigos, fazia mudanças, então resolvi fazer isso de forma remunerada. [...] E faço petsitter também, cuido dos bichinhos, principalmente gatos, pra quem quer viajar e não tem com quem deixar eles.

Nancy até pensa em desempenhar outras funções e tem o desejo de se tornar *designer*, mas retornar os estudos não está nos seus planos atualmente, da mesma forma como não tem pretensão em voltar ao trabalho via CLT. Nesse sentido, Helena Hirata (2011, p. 17) aponta que “ o trabalho em tempo parcial é uma modalidade de contratação que provoca insegurança no emprego, na carreira, na renda e nas perspectivas de formação e de representação sindical”, fazendo com que muitas pessoas, especialmente as mulheres e mães, optem por outras formas de obtenção de renda.

Hoje o que eu ganho com faxinas, feiras e cuidadora de animais, não é muito. Agora tem uma tia que me ajuda com o aluguel da casa, porque sozinha eu não ia conseguir. Mas eu não penso em voltar a trabalhar no comércio e não quero fazer concurso pra minha área. [...] Até penso em voltar a estudar, queria fazer designer gráfico porque eu gosto muito dessa área e me ajudaria a melhorar a propagação do meu negócio, mas também não sei. Voltar pra universidade é cansativo só de pensar.

4.1.5 CLARA

Clara tem 35 anos, se autodeclara uma mulher branca, é casada, tem dois filhos crianças e reside em casa própria. Ela se graduou na área das ciências naturais e pretende continuar estudando e fazer outros cursos. Seu companheiro é metalúrgico, assim como seu pai que trabalha na profissão desde que começou a vida trabalhista. Já sua mãe, assim como Clara, é feirante e vende produtos coloniais no ramo da panificação, especialmente no Feirão Colonial da cidade de Santa Maria. Clara relata ter muita influência da mãe na sua construção enquanto feirante, acompanhando-a em diversas feiras e aprendendo sobre o autoempreendedorismo em rede.

O primeiro trabalho de carteira assinada de Clara foi em 2006, como vendedora. Ela relata que o trabalho era bem exaustivo, além das metas de vendas, ela precisava performar um comportamento atencioso com o público, utilizar de maquiagens e vestimentas as quais não fazia parte do seu vestuário usual. De 2016 a 2021 trabalhou em um escritório de contabilidade, onde, assim como Alexandra, era responsável pela parte financeira e administrativa de outras empresas. Clara relata que pediu demissão da empresa e que o trabalho formal, ao qual

experienciou, era muito desgastante, exigia de seu físico e emocional, e suas principais queixas eram em relação à rigidez da carga horária e das cobranças do ambiente de trabalho, como podemos ver em seu relato:

A primeira coisa foi o desgaste emocional, porque o ambiente era muito ruim e eu tive diversos problemas, fiz tratamento psiquiátrico, tomei medicações, um monte de coisas. Também a questão de ter que cumprir horários, era muita carga de trabalho e eu era sozinha, a única responsável por tudo, praticamente. Os dois últimos anos foram maçantes, e veio a pandemia e foi muito desgastante pra mim. [...] O salário não era ruim, mas não compensava tudo que eu passava e fazia. (CLARA, 2023)

Foi a partir desse cenário que Clara, já influenciada por sua mãe, resolveu largar o trabalho formal e se tornar feirante. Ela conta que utilizou de sua rescisão de contrato de trabalho para investir no seu negócio próprio, uma loja de produtos místicos, os quais ela fabrica e também revende.

Na mesma semana que eu pedi demissão eu fiz o pedido dos produtos, que eu já tava olhando antes e planejando. Aí eu comecei a vender e fiquei, até começar a estudar e produzir em casa, incensos, banhos, ervas e chás energéticos. [...] O começo sempre é difícil, pra qualquer coisa que tu for fazer, pra mim não foi tão difícil começar mas sim a recepção dos colegas, eu comecei lá no Feirão Colonial antes da Feito por Mulher, e o pessoal tinha muito preconceito com o meu trabalho.

Desde que começou a expor na Feito por Mulheres, Clara não pensou em retornar ao trabalho formal e nem mesmo em investir na sua profissão, à qual se graduou. Ela, que é licenciada em uma área das ciências naturais, não sente desejo em dar aulas, mas acredita poder utilizar de sua formação para progredir no seu negócio próprio, o qual, segundo ela, só possui produtos naturais e orgânicos.

4.1.6 ELISABETH

Elisabeth tem 50 anos, se autodeclara uma mulher branca, é divorciada, tem 3 filhas adultas, sendo que 2 delas dependem de sua renda. Ela possui graduação, mestrado, doutorado e até o momento da entrevista estava cursando o pós-doutorado. Os pais de Elisabeth também haviam concluído o ensino superior e ambos atuavam em suas áreas de formação, via concurso público. Elisabeth ainda que tenha uma boa formação acadêmica relata que nunca teve sorte em sua formação. Ela já atuou em sua área, dando aulas no ensino básico e em

universidades, mas ambos os casos ocorreram a partir de contratos de emergência, tendo prazos de validade. Atualmente a maior parte da renda de Elisabeth está concentrada em suas vendas realizadas a partir do seu negócio próprio de plantas. Ela participa da feira desde o início e antes mesmo de entrar já participava de outras feiras da cidade, revendendo bolsas e outros produtos.

A conversa com Elisabeth foi a mais impactante das entrevistas, pois sua trajetória profissional era tão admirável que não parecia ser real sua atuação no trabalho informal. Para ela, o autoempreendedorismo se construiu totalmente por necessidade, pela ausência de trabalho formal e pelo adoecimento em que se encontrou diversas vezes. Elisabeth relatou que, dentre outras situações, a frustração em ser uma mulher com doutorado e uma vasta experiência acadêmica sem um concurso público e um cargo docente trouxe diversos problemas psicológicos, levando-na a um quadro de adoecimento que se intensificou ainda mais durante a pandemia.

Ah, a minha vida profissional sempre foi um vai e vem. Quando eu era mais nova, moça, eu trabalhava em várias coisas, vendas, atendimento, de tudo um pouco. Aí quando comecei a graduação eu fazia estágios, depois dos estágios comecei com contrato numa escola, por dois anos. Mas nessa época eu já fazia bolsas pra vender, eu sempre precisei me virar e inventar alguma coisa porque os contratos não duravam muito e nunca eram suficientes pra pagar todas as contas e ter uma vida estável. Mas foi na pandemia em que tudo desandou. Eu já com mestrado, especialização, doutorado, e nada de conseguir um concurso. Dei aula na universidade mas foi só contrato de emergência, ia me batendo um desespero, eu adoeci muito por isso, pelo julgamento das pessoas também. Tanta formação pra nada. E eu também tinha me separado e perdi tudo na separação, fiquei só com a casa e as gurias, e aí um dia eu tava olhando pro pátio, vendo as plantas, e me veio na cabeça a ideia de trabalhar com isso, que é dentro da minha área, né?! Foi assim que eu realmente comecei com isso, com algo que é meu, só meu mesmo.

Foi a partir da necessidade de sobrevivência que ela criou seu negócio. Sem fugir de sua área, ela buscou por algo próximo, encontrando na botânica a possibilidade de uma renda, ainda que informal e estável. Nesse sentido, vale apontar a reflexão de Hirata (2011, p. 18)

Dois fenômenos merecem atenção na análise da relação entre saúde e trabalho: as consequências da intensificação do trabalho verificada nos últimos anos sobre a saúde mental e física e as consequências do trabalho precário induzido pela subcontratação e pelas formas ditas “atípicas” de trabalho (tempo parcial, trabalho temporário, etc.).

Os suicídios relacionados ao trabalho na França, mas também no Brasil e no Japão, têm sido objeto de atenção, constituindo-se num problema de atualidade científica e social.

No Brasil, as novas modalidades de trabalho, o alto custo de vida, a informalidade e a precarização, já estão sendo apontados por diversos psicólogos e psiquiatras como causas de adoecimento psíquico.

O desemprego priva o indivíduo de uma estruturação funcional de vida, a qual era fortemente influenciada pelo emprego. Tais funções referem-se a relações interpessoais, metas e objetivos para além do nível individual, status e identidade, e estruturação de uma rotina de tempo[...]. Dessa forma, o trabalhador desempregado vivencia um processo de deterioração advindo do desemprego, cuja ressignificação só poderia ser contestada com a provisão de um novo trabalho. (BARROS & OLIVEIRA, 2009, p. 91)

Elisabeth relatou que as vendas tanto na Feito Por Mulheres como em outras feiras da cidade, as quais ela participa ativamente, assim como através da internet, não são o suficiente para ter lazer e aproveitar a vida com qualidade. Ela reforça que seu trabalho, suas vendas e ganhos são apenas para a manutenção de sua casa e sua família, sendo o seu negócio de plantas uma economia de subsistência.

4.1.7 MIRLA

Com 58 anos, Mirla é uma mulher que se autodeclara parda, é casada e mora com seu companheiro e sua sogra, a qual tem de cuidar, em uma casa própria que foi financiada por programas do governo PT. Mirla optou por não ter filhos, pois ela e seu companheiro tinham outros planos, como se profissionalizar, viajar e ter autonomia e liberdade, segundo seus relatos. Ela possui graduação e mestrado e atualmente é funcionária pública, exercendo o cargo há cerca de 30 anos. Juntamente com o companheiro, ela tem uma renda mensal familiar de até 5 salários mínimos. Seus pais eram de origem humilde, seu pai era agricultor e sua mãe era professora. O pai de Mirla, por ser agricultor, participou de muitas feiras e toda a sua renda vinha de sua produção e vendas. Foi assim que Mirla, segundo ela, teve contato com o trabalho autônomo e com o universo feirante, estando, desde pequena, inserida nesses espaços.

O autoempreendedorismo e o trabalho informal surgiram na vida de Mirla como uma complementação de renda. Ela relatou ter uma relação com o artesanato

desde muito nova, pintando quadros, fazendo bijuterias e bolsas, por hobbie. Com o passar dos anos e o aumento no custo de vida ela viu no artesanato a possibilidade de aumentar a renda, abrindo um negócio de acessórios em crochê, o qual expõe na Feito Por Mulheres e em outras feiras da cidade. Ainda que a renda familiar de Mirla seja a mais alta nas entrevistadas e ela possua vínculo empregatício formal, ela relata não ser o suficiente para aproveitar a vida e ter lazer. Como precisa cuidar da sogra que já está bem envelhecida, seu salário é destinado à alimentação específica, medicamentos e demais gastos emergentes.

Antes de conhecer meu esposo eu já fazia coisas pra vender, naquela época eram mais quadros e pinturas que eu fazia em casa, na época da escola e do superior. Trabalhar nessa época eu não trabalhava, só vendia as coisas que eu fazia, mas não tinha um trabalho formal. Eu fui trabalhar quando me concursei mesmo, e aí eu trabalhava mas continuava vendendo as coisas que eu produzia em casa. Primeiro eu comecei por gostar desse mundo de pintar, bordar, e por influência dos meus pais, principalmente do pai. E depois foi por necessidade mesmo, porque o salário não dava conta das contas, principalmente por a gente ter muitos problemas de saúde na família, que consome muito da nossa renda.

Por ter trabalho formal e uma rotina rígida, produzir seus artesanatos é algo que precisa estar alinhado à satisfação e desejo. Mirla vê no autoempreendedorismo uma fuga da inflexibilidade do trabalho formal, fazendo sua própria jornada de trabalho e decidindo o quanto irá produzir. Ela relata que deseja se aposentar e estar numa praia, onde poderá viver de sua arte, produzir seus quadros e receber a devida valorização, a qual ela relata não ter até hoje.

4.1.8 LUDMILLA

Ludmilla tem 60 anos, se autodeclara uma mulher branca, mora de aluguel, estudou até o ensino médio e tem 4 filhos adultos que não residem com ela. Os pais de Ludmila estudaram somente até o ensino fundamental, seu pai trabalhava com vendas numa empresa de construção e sua mãe nunca teve vínculo empregatício, trabalhando apenas em casa com os serviços domésticos. Ludmila começou a trabalhar formalmente com 20 anos em uma loja na cidade de Porto Alegre- RS. Ao passar dos anos ela conta que trabalhou com muitas coisas na área do setor de serviços, desde cozinheira, vendedora e auxiliar de serviços gerais. Segundo Helena Hirata (2002, p. 144), o setor de serviços cresceu muito no Brasil, concentrando uma

mão de obra principalmente feminina, porém é nesse setor que se encontram os empregos mais precários e vulneráveis. À respeito da escolarização, Ludmilla conta que nunca teve tempo de se dedicar aos estudos, pois precisou cuidar dos filhos e de sua casa, e, quando era casada, precisou também abdicar de alguns desejos em prol de seu casamento.

Meu marido, agora ex-marido, não gostava que eu trabalhasse fora, por causa das crianças que eram pequenas. Então eu ficava em casa, mas aí eu vendia algumas coisas que eu pegava, roupas, sabe?! Alguns lugares ofereciam tantas roupas por tanto valor, aí eu comprava e revendia, e o lucro era meu. Mas eu tenho 6 registros na carteira de trabalho, sempre nessa parte de vendas, limpeza, cozinha. E depois que me separei fiquei só trabalhando sem vínculo. [...] Hoje eu tenho o brechó e também sou cuidadora de idosos, durmo no hospital com duas senhoras nos finais de semana e revezo com as feiras e às vezes eu também faço faxina pras pessoas.

Ludmilla participa de outras feiras da cidade também e vende roupas usadas e novas, crochê e acessórios. Além das vendas nas feiras, ela também tem um site na internet para vender seus produtos. Ela relatou querer estudar, tem o sonho de se profissionalizar em direito e ser advogada criminalista, mas, devido à sua jornada de trabalho, não tem tempo de se dedicar aos estudos.

Ah, eu quero sim voltar a estudar, quem sabe um dia. Mas eu faço muita coisa ao mesmo tempo. Vou pras feiras, separo os produtos, compro, limpo, organizo, aí cuido das senhoras, tenho que pegar onibus pra ir de uma à outra e ainda vou na igreja todo domingo, não sobra tempo. Tem dias que eu nem durmo, quando tem feira grande, pra poder deixar tudo organizado.

À respeito das políticas de geração de renda no Brasil e os últimos governos, com exceção dos relatos de Ludmilla, todas se mostraram muito insatisfeitas, tanto à nível estadual quanto federal. Já Ludmilla, que se colocou como progressista mas relatou achar a política muito complicada, acha que o cenário de pandemia foi importante para o desenvolvimento do empreendedorismo e que o governo de Jair Bolsonaro possibilitou a criação de novas empresas e microempresas. As demais entrevistadas se colocaram contrárias às Reformas Trabalhistas e Previdenciárias e também aos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, relatando notarem uma maior debilidade no mercado de trabalho, tanto formal quanto informal.

Se analisarmos, todos os relatos aqui citados nos mostram as multiatividades das mulheres. As entrevistadas, além de feirantes, se dedicam também a outras formas de manutenção e sobrevivência, como o trabalho formal ou outras atividades informais. Nesse sentido, vale destacar que “se o capitalismo depende de uma estratégia de “dividir para reinar”, a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de gênero, de classe, de raça e das práticas sociais (SOUZA-LOBO, 1991, p. 157). E, mais ainda, “possuir dois empregos apenas significou para as mulheres possuir ainda menos tempo e energia para lutar contra ambos.” (FEDERICI, 2018, p. 69). Vimos, nos relatos acima, que todas as mulheres entrevistadas relataram alguma dificuldade vivenciada no mundo do trabalho, sejam elas de cunho normativo (quanto às regras e jornadas de trabalho) ou mesmo econômico, precisando estar sempre atentas à novas possibilidades de trabalho e manutenção de renda, inovando, produzindo e buscando soluções para as crises encontradas. Dessa forma, destacamos que, para nossas entrevistadas, o autoempreendedorismo e a informalidade, surge como uma estratégia de sobrevivência.

4.2 A CASA COMO ESPAÇO DE TRABALHO E O TRABALHO EM TEMPO DE LAZER

Desde que “feminino” se tornou sinônimo de “dona de casa”, nós carregamos para qualquer lugar essa identidade e as “habilidades domésticas” que adquirimos ao nascer. É por isso que as possibilidades de emprego para mulheres são tão frequentemente uma extensão do trabalho doméstico. (FEDERICI, 2018, p. 74)

Historicamente as mulheres estiveram destinadas ao lar e ao trabalho do cuidado e, mesmo inserindo-se no mercado de trabalho formal, cada vez mais, a casa e o trabalho doméstico continuaram sendo suas atividades centrais. No passado, a unidade doméstica era confundida com a unidade de produção, pois toda a família produzia o necessário para a sua subsistência, porém, com o advento da industrialização, surgiram duas esferas distintas: a unidade doméstica e a de produção (BRUSCHINI, 2006). Dessa forma, é possível verificar como a divisão sexual do trabalho tem sido mola propulsora para acumulação capitalista e a flexibilização do trabalho, afinal:

A precarização, apesar de atingir enorme contingente da classe trabalhadora, tem sexo. Prova disso é que a flexibilização da jornada de trabalho feminina só “é possível porque há uma legitimação social para o emprego das mulheres por durações mais curtas de trabalho: é em nome da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional que tais empregos são oferecidos, e se pressupõe que essa conciliação é de responsabilidade exclusiva do sexo feminino (HIRATA, 1999 apud NOGUEIRA, 2007, p.2).

Dessa forma, dada a divisão sexual do trabalho, as mulheres encontram no setor produtivo os piores postos, mais precários, com baixíssimos salários, mas que não exigem qualificação, algo que, por serem mães, donas de casa, não conseguem alcançar. A preocupação com a casa e o cuidado da família é algo particular das mulheres, construído e reforçado pela estrutura patriarcal e capitalista com que nos defrontamos diariamente, fazendo com que elas, em sua maioria, dividam seu tempo e esforços entre uma jornada e outra. Com a pandemia da Covid-19 e a possibilidade do *home office*, muitas mulheres buscam por empregos que possam ser desempenhados de forma remunerada em suas casas, possibilitando uma vigilância do lar. Como podemos ver no relato de uma das entrevistadas:

Eu gosto de trabalhar em casa, não preciso contratar babá porque coloco as crianças pra fazer as atividades delas e fico vigiando enquanto faço minhas coisas. Tenho mais liberdade e gerencio meu tempo. [...] O lado ruim é que às vezes tem muito barulho, não tenho um espaço adequado para tudo que preciso ter de material para produzir, e também muitas vezes as coisas se misturam, e eu acabo esquecendo o que estava fazendo. Mas é bom, tenho segurança e posso conciliar minhas atividades domésticas com a produção que preciso fazer. (CLARA, 2023)

Perguntadas sobre como era a organização da casa, do espaço de produção e da ajuda dos familiares no processo de preparo das mercadorias, todas as entrevistadas relataram que eram as únicas responsáveis por tudo, que não possuíam um local adequado mas estavam satisfeitas em utilizarem da casa como espaço de produção. Entretanto, Emma deu uma resposta diferente:

Não, eu não gosto de trabalhar em casa. Eu quero ter um espaço físico separado, contratar pessoas pra trabalhar nos dias de semana e eu poder ficar mais com a minha filha e trabalhar na minha área. Hoje em dia, como eu divido aluguel, é bem estressante cozinhar em casa, porque meus produtos exigem muitas coisas, faço sujeira e isso acaba deixando os outros moradores incomodados. Também já aconteceu de pegarem minhas coisas e consumirem, minhas coisas de trabalho, sabe? A única coisa boa é estar perto da minha filha,

não preciso colocar ela na creche e posso economizar, mas de resto é bem ruim. (Emma, 2023)

As mulheres mães entrevistadas salientam o cuidado com os filhos e com a casa simultaneamente ao cuidado e produção de suas mercadorias, dessa forma é interessante destacar que:

Entre um sistema produtivo de bens e serviços e a marginalização de uma categoria de sexo em relação a ele medeia a estrutura familiar na qual a mulher desempenha suas funções [consideradas] naturais e mais a de trabalhadora doméstica e socializadora dos filhos. (SAFFIOTI, 2013, p. 79)

O trabalho do cuidado não desaparece quando uma mulher alcança o mercado de trabalho e se intensifica quando não há uma separação de casa e trabalho, afinal o trabalho doméstico não tem fim: há sempre uma coisa para limpar ou alguém para alimentar (FEDERICI, 2017), mesclando e confundindo o espaço de produção com o de reprodução. Nesse sentido, Hirata e Kergoat (2008) ressaltam que o acúmulo de tarefas domésticas e profissionais é regra para o conjunto das trabalhadoras que exercem atividades remuneradas informais, contribuindo para uma identidade profissional de trabalhadora precária.

Para as entrevistadas sem filhos, trabalhar em casa traz comodidade mas atrapalha o lazer:

Como eu trabalho fora, quando eu chego em casa eu já vou direto preparar as coisas pras feiras, e às vezes tem encomendas também. Aí eu chego direto pra sala e fico ali fazendo as coisas. Não consigo sentar e descansar, assistir uma série, sem estar fazendo algo. Às vezes eu ligo a televisão e fico escutando enquanto faço um brinco, pinto alguma coisa. É muito ruim porque se eu vejo que tem algo pra fazer eu preciso fazer, e aí nunca dá pra descansar. A sala está sempre cheia de coisas de trabalho então nem gosto de receber visitas, porque pra sentar eu tenho que tirar tudo, limpar tudo, e aí nem tenho onde guardar. (ALEXANDRA, 2023)

Eu uso dos meus horários livres pra confeccionar alguma coisa. Assistio televisão enquanto faço crochê. Às vezes fico até de madrugada fazendo algo. Não tenho tempo de lazer, nem sei o que é isso. Feriado e fim de semana são dias de feira, são os dias que mais vendo, então não posso aproveitar de outra forma. Mas eu vejo isso como lazer também, porque eu gosto das feiras, das pessoas, [...] e hoje eu não posso ter um lugar de trabalho e preciso estar com minha sogra que está doente e meu companheiro, então é bom estar em casa e poder fazer as coisas. Mas quando eu me aposentar eu quero de repente comprar um lugar ou alugar, fazer um atelier, e

poder investir na minha casa pra ser um espaço de descanso e não de trabalho. (MIRLA 2023)

Sobre a divisão dos trabalhos domésticos e a participação dos homens no trabalho reprodutivo, as entrevistadas casadas e que dividiam o lar com seus companheiros, relataram, unanimemente, serem as maiores responsáveis pela manutenção, limpeza e organização do lar. Nas respostas a participação dos homens aparecia como uma ajuda, mas a divisão não se dava igualmente. Dessa forma, salienta-se que a divisão sexual do trabalho é decorrente das relações sociais e culturais, sendo o alicerce da reprodução social e, conseqüentemente, do avanço do capitalismo. Ela atribui papéis de gênero, dando prioridade aos homens na esfera produtiva e às mulheres na esfera reprodutiva, conseqüentemente, trata o trabalho do homem como mais valioso que o da mulher, especialmente por atribuir o trabalho da mulher como natural (HIRATA, KERGOAT, 2007). O cenário atual de reestruturação do trabalho e emprego tem fortalecido ainda mais a divisão sexual do trabalho, sob uma justificativa de contornar a rigidez do sistema de emprego. O capital utiliza das pautas feministas como a redução da jornada de trabalho, a licença maternidade e a saúde de pessoas que menstruam, para criar postos dedicados exclusivamente às mulheres, intensificando uma feminização do trabalho e delegando os piores cargos, o trabalho temporário, autônomo e informal (HIRATA, 2002, 2009).

As análises sobre os papéis de gênero atualmente sugerem uma mudança na estrutura social e no universo do trabalho, e já é possível pensar em uma estatização do trabalho reprodutivo e uma economia feminista, afinal, como aponta Cisne (2018, p. 186) “o primeiro passo para a consciência feminista das mulheres começa com a ruptura das mais variadas apropriações que sofrem”, consciência essa que parece estar presente nas feirantes, que encontraram na Feira Feito por Mulheres um espaço de trocas, fortalecimento e geração de renda, como veremos à seguir.

4.3 AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A IMPORTÂNCIA DA FEITO POR MULHERES

A retórica do empreendedorismo enquanto ferramenta de empoderamento tem sido vendida, e comprada, cada vez mais. Entretanto, aqui já percebemos que

esse empreendedorismo é, em sua mais sutil forma, trabalho informal e por necessidade, mas não apenas isso. Ainda que este não seja de fato a salvação para a vida das entrevistadas, que narram ainda não ter o sucesso que almejam, este tem servido, através da rede do Feito Por Mulheres, como forma das trabalhadoras alcançarem autonomia financeira, e, como destaca Dubar (2005), a independência econômica é uma condição importante para a liberdade e empoderamento pessoal das mulheres.

Ainda que o autoempreendedorismo e a informalidade não tenham trazido uma estabilidade financeira e um grande lucro na vida das entrevistadas, elas relatam que estão no caminho de uma realização pessoal e profissional, por poderem dedicar-se ao que gostam e experienciar novas formas de geração de renda. Contudo, a Feito por Mulheres tem o mérito central nesse encontro.

Acho muito importante o espaço da feira, por ser um espaço totalmente feminino e horizontal. A gente tem liberdade para construir o espaço e dar ideias. [...] Hoje com a feira eu tenho mais segurança, porque sei que vai ter tantas edições em um mês, e aí me preparo pra ele e garanto minha renda e o mais legal é o vínculo que vai se criando, quem tá ali tem uma história, tem um motivo e a gente troca essas experiências, se apoia e se incentiva. Isso é muito importante, e não é algo que se encontra em outras feiras da cidade. (ANGELA, 2023)

Eu tive muito apoio das meninas da organização, porque eu estava num momento muito difícil. A feira me ajudou a lidar com a depressão, a fazer as coisas com vontade, e o espaço é muito acolhedor, a gente fica sabendo da realidade das mulheres e apoia como pode. Acho que o que diferencia das outras feiras é bem isso aí, entender a realidade de uma mulher, se apoiar. Em outras feiras não tem isso, o trabalho é isolado, não tem uma troca, uma sensibilidade com o outro. [...] Eu acho que o grupo não é só para vendas mas sim para a construção diária de nós mesmas, da nossa identidade. (ELIZABETH, 2023)

As feirantes entrevistadas relatam a força da feira e do grupo de mulheres que dele fazem parte, como uma ferramenta de incentivo à autonomia, conhecimento e conscientização das mulheres. Surge uma identidade entre elas, a de feirante do Feito por Mulheres, onde há um pertencimento e uma materialização de seus sonhos. Foi recorrente entre as entrevistadas o relato que a feira e o grupo mostraram que, mesmo sendo mulheres, mães, estudantes, divorciadas, em suas particularidades variadas, elas não estão sozinhas, e que a Feito por Mulheres

escancara a ideia de que as mulheres podem arriscar, correrem atrás de seus sonhos e serem independentes.

Eu acho que a feira traz um protagonismo para a vida de muitas mulheres que não tiveram isso. A gente que está na universidade entra mais em contato com o feminismo e as pautas de emancipação feminina, mas quem está na margem da sociedade muitas vezes não tem esse contato direto, e nem pensa sobre isso. Então, mesmo que uma mulher não se sinta feminista, a feira traz pra vida dela um sentimento de empoderamento, de autonomia e reivindicação que vai fazer com que ela se aproxime do feminismo mesmo sem saber. Porque no fim o feminismo é isso também, uma construção diária, de luta diária. [...] Eu já consegui trocar muita ideia com as mulheres lá dentro, mulheres bem mais velhas, de 70 anos, que estavam acostumadas a ir no feirão colonial e aí de repente estão nesse espaço, onde toca um rap, onde tem uma mina que namora outra mina, uma diversidade imensa, e aí acaba que todo mundo sai da bolha e tem muita troca. (ANGELA, 2023)

Num momento tão delicado de pandemia global o grupo se consolidou, promoveu para as mulheres da cidade de Santa Maria um espaço de acolhimento, não somente de vendas. Nesse sentido, vale ressaltar o que Federici (2017) tem destacado em suas teorias, que a existência e a resistência das mulheres só pode ser compreendida, em sua gênese, por aquelas que dividem das mesmas dores e da mesma luta pelo comum. Esse reconhecimento e identificação pode fortalecer outras mulheres, incentivando-as a repensarem as estruturas que nos aprisionam e tentar derrotá-las.

O caráter da Feito por Mulheres tem um discurso feminista, ainda que não seja uma identidade assumida e defendida por todas as participantes, entretanto muitas de suas ideias estão entrelaçadas ao feminismo, como a possibilidade de emancipação feminina, um lugar contra violências em suas amplas variações, o incentivo ao protagonismo da mulher e o trabalho de conscientização coletiva. Ao serem perguntadas sobre o feminismo, não foi consenso nas respostas, apenas Emma, Angela e Nancy se colocaram como feministas, o restante apontou críticas ao feminismo, especialmente sobre o caráter explícito que alguns grupos adotam. Importante ressaltar que o movimento feminista é compreendido, historicamente, como todo movimento que luta contra as opressões e pela liberdade de gênero, dando protagonismo às mulheres, defendendo pautas como a sexualidade, autonomia, direitos civis e políticos e o fim das violências de gênero. A dificuldade de muitas mulheres se enxergarem como feministas pode ocorrer, principalmente,

porque, ao assumir pautas identitárias, o feminismo foi se segmentando, se comercializando e muitas vezes se afastando da massa marginalizada de mulheres (CISNE, 2018).

À respeito do empoderamento, é possível identificarmos que este ocorre em um nível coletivo, mobilizado pelas trocas dentro da feira, e que este se dá em nível interno, entre as feirantes, e também externo, e da feira para com a comunidade.

Eu acho que o empoderamento acontece em níveis, e às vezes a gente tá mais empoderada e às vezes menos. Mas sim, eu acho que tem muito a ver com a economia. Uma mulher não consegue se achar interessante, potente e bonita se não consegue pagar suas contas. [...] É por isso que o grupo ajuda nisso, ele é um espaço pra você poder mostrar seu trabalho, se sentir poderosa. [...] Eu me sinto poderosa com o grupo. (MIRLA, 2023)

Nesse sentido, sobre a importância do Feito por Mulheres para a cidade de Santa Maria, as entrevistadas relatam que este contribui para o fortalecimento da economia e a promoção cultural carregada de diversidade.

Eu não acho que Santa Maria seja um local adequado para empreender, mas vejo que ela está mais aberta. É uma cidade universitária que tem pouco incentivo para as centenas de pessoas que vem de longe morar aqui. Eu vejo a importância da feira para esse crescimento não só na economia da cidade, mas na promoção de cultura, de um espaço coletivo, diverso, cheio de atrações, pras pessoas saírem de casa no final de semana, terem lazer e, principalmente, pra nós termos nosso dinheiro, vendermos nossos produtos e nos fortalecermos. (EMMA, 2023)

Podemos concluir que a Feito por Mulheres promove um espaço intergeracional, de trocas de vivências e acolhimento, fortalecendo não só a economia individual mas coletiva. As entrevistadas se sentem pertencentes ao grupo, e se identificam enquanto autoempreendedoras, mas essa identificação ocorreu a partir da rede que a FPM construiu. Nesse sentido, vale a pena pensarmos sobre os limites do emprego em regime CLT, suas falhas e urgências, pois cada vez mais há uma busca pelo empreendedorismo por necessidade. Não defendemos que o empreendedorismo seja uma política de emprego e renda, pelo contrário, é possível pensarmos que este avança ao mesmo passo em que a Consolidação das Leis do Trabalho recua, e pode ser um grande perigo, afinal, segundo Dardot e Laval (2016), a retórica empreendedora está alicerçada nas falhas das políticas de Estado, mas também alimentadas por trabalhadores que sonham ter

autonomia e liberdade. Entretanto, o empreender, na concepção das entrevistadas, parte de um princípio de coletividade, de rede de apoio, que pode sim ser uma potente ferramenta de obtenção de renda, empoderamento e emancipação. A capacidade de obter e gerar renda de forma independente pode ser associada à uma perspectiva feminista anticapitalista, contando que suas condições materiais e subjetivas não se confundam com autoexploração.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início dessa pesquisa havia uma grande preocupação em não transparecer apoio ao empreendedorismo, mas demonstrar como este implicava na vida da classe trabalhadora, em especial na vida das mulheres. Com o seu desenvolvimento, a preocupação tornou-se outra: não transparecer redundância quanto às críticas ao empreendedorismo. Certamente, ao fazer uma pesquisa, estamos levando nossas visões de mundo e ideias para dentro dela, mas pesquisar exige um deslocamento, como já mencionado por Bourdieu (2005), tornar o familiar algo exótico. Dessa forma, buscou-se demonstrar como o autoempreendedorismo, a informalidade e o empoderamento se apresentam no cotidiano das entrevistadas, entendendo suas realidades e trajetórias.

A escolha por iniciar a pesquisa com uma historização das modificações no mercado de trabalho brasileiro se deu por compreender que todo o cenário atual é fruto de uma série de acontecimentos passados, não podendo ser analisado de forma recortada. E para falar sobre gênero e precarização é extremamente necessário compreendermos a história das mulheres brasileiras no mundo do trabalho e na sociedade de classes. Souza-Lobo (1991, p. 211) nos diz que o Brasil é um país sem memória, dessa forma, cabe a nós, pesquisadores, comprometidos com a ciência e com a transformação social, lembrar aquilo que jamais deve ser esquecido: que a classe trabalhadora tem dois sexos.

No capítulo inicial tratamos das transformações sociais que impactaram as formas de trabalho e suas estruturas e leis, perpassando por uma bibliografia crítica ao modo de produção capitalista. Vimos que as tentativas de reestruturação produtiva trouxeram não só mudanças no mundo do trabalho, mas na identidade dos trabalhadores, alcançando dimensões subjetivas. Como colocado por Antunes (2020a), a acumulação capitalista trouxeram contradições, colocando em cheque a sua legitimidade, e é nessa série de contradições que o empreendedorismo se propaga como possibilidade e alternativa para a população brasileira. Os e as trabalhadoras não necessariamente sonham em fazer parte da acumulação capitalista, mas desejam sobreviver à ela. Para as mulheres da classe trabalhadora, o empreendedorismo se apresenta como a possibilidade de autonomia e segurança. Foi nesse sentido que a Feira Feito por Mulheres surge, se construindo enquanto uma rede de mulheres em busca de renda, segurança e identidade.

No seguinte capítulo tratamos sobre a relação entre empoderamento e empreendedorismo, algo que tem sido cada vez mais difundido pelo feminismo liberal, através de uma exacerbação do individualismo e da meritocracia. Nesse momento da pesquisa foi possível compreender que, mais do que responder negativa ou positivamente o problema central, era importante explorar todos os aspectos, contraditórios ou não, das motivações das entrevistadas para empreender. Ao final, no último capítulo, as realidades das mulheres se apresentaram e falaram por si, demonstrando o que a Sociologia do Trabalho vem abordando, que as transformações no mundo do trabalho brasileiro resultam em um aumento da precarização e em uma morfologia do trabalho e da classe trabalhadora. A pandemia da Covid-19 foi mais um elemento dessas modificações, a gestão política brasileira dessa época corroborou para o aumento da precariedade e do desemprego, tornando, o que era uma crise sanitária, também uma crise econômica e política.

Embora não seja novidade que as mulheres trabalhadoras sempre estiveram em busca da superação de suas opressões, é interessante vermos o quanto alguns grupos, mesmo não identificados diretamente com o feminismo, buscam potentes ferramentas de empoderamento feminino, por vezes distanciando-se das teorias mas estando próximos à prática de luta por justiça social. Nesse sentido, vimos a importância da FPM para as feirantes da cidade, e as possibilidades de que um movimento individual-coletivo possa trazer. Afinal, como pontuado por Fraser (2007), o tal empoderamento das mulheres pode sim reverter-se em uma mudança de status e paridade social, através da experiência de reconhecimento social.

É possível concluir que o autoempreendedorismo feminino se apresenta como uma resposta precária às falhas do emprego formal, podendo até possibilitar algum tipo de realização e empoderamento individual. Se essa é uma boa resposta? Defende-se que não. Entretanto, é uma possibilidade encontrada pelo grupo de mulheres pesquisado, que deixou para trás a busca pelo emprego formal, vendo nessa modalidade uma associação à subordinação, rigidez e precariedade. Para as entrevistadas, o emprego formal, em sua estrutura, não tem trazido realizações profissionais, já o trabalho autônomo, informal e o autoempreendedorismo possibilitam a idealização de sucesso, de liberdade e garantia de controle de seus tempos.

A complexidade da realidade estudada nos provoca a construir ainda mais pesquisas sobre a temática, e também uma tarefa fundamental: compreender de que forma o autoempreendedorismo de mulheres da classe trabalhadora — não o empreendedorismo empresarial defendido pelo feminismo liberal, organizado para a elite — pode contribuir com a construção de uma justiça social e uma emancipação feminina. Há estudos que abordam uma possível economia feminista como ferramenta de superação capitalista, mas para isso lembremos que “nenhum movimento, no entanto, pode se sustentar e crescer, a não ser que desenvolva uma perspectiva estratégica unificando suas batalhas e mediando seus objetivos de longo prazo com as possibilidades abertas no presente” (FEDERICI, 2019, p. 116).

Abaixo os mentirosos que falam de liberdade e igualdade para todos, enquanto existe um sexo oprimido, existem classes de opressores, existe a propriedade privada [...]. Liberdade e igualdade para o sexo oprimido! Liberdade e igualdade para o operário, para o camponês trabalhador! Luta contra os opressores, luta contra os capitalistas [...]. É este o nosso grito de guerra, está a nossa verdade proletária, verdade de luta contra o Capital — Lenin²¹

²¹ Retirado do livro *Sobre a Mulher*, de V. Lenin, K. Marx e F. Engels (1979, p. 120).

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Sem maquiagem**: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. Boitempo Editorial, 2015.
- _____. Uberização: A era do nanaempreendedor de si? **Anais do 43º. Encontro da ANPOCS**. Caxambu, Brasil: Anpocs, 2019.
- _____. **Uberização**: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-69242019000300041&script=sci_arttext. Acesso em: 22 junho 2022.
- _____. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. **Estudos avançados**, v. 34, p. 111-126, 2020.
- ABRAMO, Laís. Desafios atuais da sociologia do trabalho na América Latina: Algumas hipóteses para a discussão. **Los retos teóricos de los estudios del trabajo hacia el siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 1999.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. O governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a reforma sindical. **Revista Katálysis**, v. 10, p. 54-64, 2007.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal**: precarização do trabalho e redundância salarial. *Revista Katálysis*, v. 12, p. 188-197, 2009.
- _____. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da "década neoliberal"(1990-2000). **Revista de Sociologia e Política**, p. 71-94, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. **Serviço Social & Sociedade**, p. 405-419, 2011.
- _____. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.
- _____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. Boitempo editorial, 2020a.
- _____. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. Boitempo Editorial, 2020b.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. Boitempo Editorial, 2019.
- ASSUNÇÃO, Diana. **A precarização tem rosto de mulher**: a luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da USP. 2011.
- BARROS, Celso Aleixo de; OLIVEIRA, Tatiane Lacerda de. Saúde mental de trabalhadores desempregados. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 9, n. 1, p. 86-107, 2009.
- BRASIL. Lei 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do

Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, afim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, 14 jul. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.html>. Acesso em 26 mai. 2022.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?. **Revista brasileira de estudos de população**, v. 23, p. 331-353, 2006.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2017.

DE LOURDES COLBARI, Antônia. A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. **Revista Sinais**, n. 01, 2007.

DINIZ, Debora; GUERRIERO, Iara. **Ética na pesquisa social: desafios ao modelo biomédico**. 2008.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, p. 139-154, 2002.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 3ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2).

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. Cortez Editora, 2018.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social & Sociedade**, p. 211-230, 2018.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**. Papyrus Editora, 2001.

DIEESE. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A inserção das Mulheres no Mercado de Trabalho**, 2022. Disponível em <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.pdf>

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 9, n. 1, p. 25-39, 2007.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ESPINDOLA, Guilherme Boscardin. **As trajetórias desenvolvimentistas de Brasil e Coreia do Sul na semiperiferia**: um estudo histórico comparativo a partir de suas inserções na divisão internacional do trabalho. 2021.

FEDERICI, Silvia. **El Patriarcado del Salario**: críticas feministas al marxismo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

_____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v.15, n.2, maio/ago. 2007.

_____. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. In: **Dossiê – Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais**. Londrina: Revista Mediações, v.14, n.2, jul./dez. 2009.

_____. Do neoliberalismo progressista a Trump-e além 1. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 40, p. 43-64, 2018.

GALVÃO, A. et al. (2017), **Dossiê reforma trabalhista**. Campinas, Cesitie/Unicamp. Disponível em <http://www.cesit.net.br/dossie-reforma-trabalhista/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais**: trabalhando com as diferenças de escalas. Campos-Revista de Antropologia, v. 12, n. 1, p. 9-29, 2011.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, p. 24-41, 2009.

_____. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno crh**, v. 24, p. 15-22, 2011.

_____; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007.

IBGE, Censo. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2022.

IBGE, Censo. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Séries históricas: Pessoas economicamente ativas ocupadas, por sexo, 2016. Disponível em: <<https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=7&op=2&vcodigo=PE53&t=pe-soas-economicamente-ativas-ocupadas-sexo>> . Acesso em 07 de ago. 2022.

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 1, 2018.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid et al. Estratégias de sobrevivência de mulheres no setor informal urbano. **Brasil: Modernização e Globalização**. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt am Main: Vervuert Verlag, p. 155-174, 2001.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias** (UFRGS. Impresso), v. 12, p. 158-198, 2010.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKACS, G. **Introdução A Uma Estética Marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MARQUES, Léa et al. **Informalidade: realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**; São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. Panorama do mercado de trabalho brasileiro entre 2012 e 2018. **XXIV Encontro Nacional de Economia Política**, 2019.

MELUCCI, A. **Por uma Sociologia Reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

_____; COSTA, António Pedro. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, n. 40, p. 11-25, 2018.

NOGUEIRA. Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

_____. Integrar desintegrando: as metamorfoses no mundo do trabalho feminino, na agroindústria. **Lutas Sociais**, n. 27, p. 186-199, 2011.

PEREIRA, Claudio Lopes; SEGRE, Lidia Micaela; NASCIMENTO, Rejane Prevot. A ampliação das estruturas de controle por meio das tecnologias de informação e comunicação: a onipresença do "pan-óptico eletrônico" no setor bancário. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 11, p. 65-84, 2013.

POCHMANN, Marcio. **O sindicato tem futuro?**. Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.

REVEL, J. **Jogos de escalas: A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro, Brasil: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** SMC, 1991.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista.** 2012.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Nova Cultura, 1997.

SÍGOLO, Vanessa Morerira et al. Recuperação de empresas em autogestão no Brasil atual: resistências das classes trabalhadoras e populares em tempos de crise pandêmica. **Revista da ABET.** Uberlândia, v. 19, n. 2, 2020.

SLEE, T. **Uberização: A nova onda do trabalho precarizado.** São Paulo, Brasil: Elefante, 2017.

THOMPSON, Edward Palmer; EICHEMBERG, Rosaura. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das letras, 1998.

_____. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial.** 2005.

VILELA, Elaine; NEIVA, Pedro. Temas e regiões nas políticas externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso dos dois presidentes. **Revista Brasileira de Política Internacional,** v. 54, p. 70-96, 2011.

ANEXO A - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

1. Identificação (número):
2. Idade:
3. Autodeclaração: () branca () preta () parda () indígena () não declarada
4. Como você se declara do ponto de vista do gênero: () cisgênero () transgênero
5. Qual seu nível de escolaridade?

<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto <input type="checkbox"/> Superior Incompleto <input type="checkbox"/> Pós-Graduação	<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo <input type="checkbox"/> Superior Completo
--	--
6. Qual o nível de escolaridade dos pais? Pai: Mãe:
7. Estado civil: () solteira () casada () viúva () união estável () outros
8. Profissão e ocupação do companheiro (se houver):
9. Profissão e ocupação dos pais:
10. Tem filhos? Se sim, quantos?
11. Tipo de residência: () Própria () alugada () outros
12. Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos)

() moro sozinha	() uma a três	() quatro a sete	() oito a dez	() mais de dez
------------------	----------------	-------------------	----------------	-----------------
13. Bairro em que reside:
14. Está estudando no momento?
15. Se sim, o que está estudando? () Ensino Superior () Curso técnico () EJA () Outros. Qual?
16. Com que idade começou seu primeiro trabalho?
17. Com que idade teve a carteira assinada pela primeira vez, se teve? Quanto tempo ficou no primeiro trabalho, e no último?
18. Qual sua faixa salarial?

() um salário mínimo	() um salário mínimo e meio	() dois salários mínimos
() dois salários mínimos e meio () três salários mínimos ou mais		
19. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você e dependem dela, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

() até 1 salário mínimo	() de 1 a 3 salários mínimos	() de 3 a 6 salários mínimos
() mais de 6 salários mínimos		
20. É a principal provedora financeira da casa?
21. Sua participação nas despesas da casa é:

() parcial	() igual a companheiro (caso haja)	() total responsabilidade minha
-------------	-------------------------------------	----------------------------------
22. Seu salário em relação ao do companheiro é: () menor () igual () superior

ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA ORGANIZADORAS

1. Como surgiu a Feira, de quem partiu a ideia? Quanto tempo de formação?
2. Quais as motivações principais para a construção da Feira e qual a proposta central?
3. A feira foi construída logo nos primeiros meses de pandemia, como foi a dinâmica do trabalho nesse cenário? Quais cuidados e preocupações? Existia alguma articulação anterior para fundar a FPM?
4. Quantas pessoas iniciaram expondo e quantas têm agora?
5. É uma feira somente para mulheres, qual o critério para participação?
6. Quantas pessoas estão envolvidas na organização da Feira? Existe apoio empresarial ou municipal? A feira tem uma diretoria?
7. Quando acontecem os encontros, em qual horário?
8. Como são escolhidos os lugares de exposição e como organizam a agenda de eventos?
9. Como é a dinâmica de preparação para eventos e exposições, como é montado as bancas?
10. Como é a dinâmica da feira no dia de exposição, cada expositora cuida da sua tenda ou tem uma colaboração coletiva? Como funciona?
11. São feitas reuniões com todas as expositoras/feirantes? Quais pautas principais?
12. Na sua opinião, qual a importância da Feira na vida das mulheres?
13. Você acredita que a feira pode empoderar mulheres através dos produtos? Por que?
14. Ocorreram mudanças desde a construção até hoje? Quais?
15. Qual o perfil majoritário das feirantes, são mais jovens ou mais velhas, é diverso?
16. Quais as perspectivas da Feira, é algo que se pretende continuar por mais anos, quais os objetivos a longo prazo?
17. Na sua opinião, o trabalho autônomo é melhor ou pior em relação ao trabalho assalariado? Por que?
18. Sua experiência nos trabalhos anteriores te auxilia na organização da feira?
19. Quais as mercadorias principais da feira, existe um padrão ou é diversificado?
20. Você já organizou outras feiras, como é a experiência enquanto organizadora?
21. Você também expõem ou apenas organiza?
22. Como tem sido sua experiência pessoal de organizadora, você trabalha em outro lugar, como concilia? Quais os saldos da Feira para a sua vida pessoal e profissional?
23. Você se considera empreendedora, possui MEI? Qual sua percepção sobre o empreendedorismo no Brasil?
24. Você gostaria de desempenhar outra função ou estar em outra profissão? Qual? O que você pensa sobre essa mudança?
25. Qual a importância do trabalho para você?
26. Você está satisfeita com seu grau de escolarização? Se não, o que te impossibilita de retomar os estudos hoje?

ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA FEIRANTES

Parte I - Mundo do trabalho

1. Há quanto tempo está expondo na feira?
2. Como conheceu a FFM ?
3. Quais produtos comercializa? Você produz ou revende?
4. Como e quando começou a comercializar produtos?
5. Quais as principais motivações para ter se tornado feirante?
6. Você possui MEI?
7. Onde estava trabalhando anteriormente? Como era o trabalho?
8. Você já trabalhava de forma autônoma antes da pandemia? Como foram as vendas nesse período?
9. Obteve apoio (financeiro, assistência técnica, auxílio emergencial) durante a pandemia?
10. Precisou fazer algo diferente para manter as vendas durante a pandemia?(vendas à domicílio, inserção nas redes sociais, etc).
11. Quais foram os principais problemas enfrentados pela família durante a pandemia? Como conseguiram solucionar esses problemas?
12. A sua renda vem toda da comercialização de produtos nas feiras? Se não, quais outras atividades realiza?
13. Quantos trabalhos com registro na carteira já teve?
14. O que você faz com o dinheiro fruto das exposições e vendas na feira?
15. Você utiliza de plataformas/redes sociais para a comercialização de produtos, se sim qual/quais?
16. Seus pais já comercializaram em feiras?
17. Como é a participação deles na sua produção?
18. Quais pessoas estão envolvidas na produção e comercialização do seu negócio?
19. Tem alguém na sua família que participa de feiras?
20. Qual a importância da feira na sua vida e para sua família?
21. Como você organiza seus horários para a produção e exposição nas feiras?
22. Você tem na sua casa todos os equipamentos necessários para produzir seus produtos? Como é esse trabalho?
23. Quais planos você tem no âmbito profissional?
24. Você está satisfeita com seu grau de escolaridade?
25. Você gostaria de desempenhar outra função ou estar em outra profissão? Qual? O que você pensa sobre essa mudança?
26. Como e onde você se imagina daqui a 10 anos?
27. Na sua opinião, qual a importância da Feira na vida das mulheres?
28. Você acredita que a feira pode empoderar mulheres através do consumo? Por que?
29. Quais as principais vantagens que você vê no trabalho autônomo? Você prefere trabalhar assim ou com vínculo empregatício? Por quê?
30. O que mudou na sua vida após a inserção na FFP?

Parte II - Trabalho reprodutivo e vida pessoal

1. Como é a divisão de tarefas na sua casa? Quem executa as principais funções (limpeza e alimentação)
2. Em relação aos filhos, como é a participação dos pais na educação e cuidado com eles?
3. Você considera que seu tempo de descanso é suficiente para relaxar? Como é a divisão do seu tempo entre trabalho, lazer e família?
4. O que você deseja para sua vida e o que já alcançou?
5. Em que você gostaria que seus filhos trabalhassem?
6. O que é ser empreendedora? Você é empreendedora?
7. O que você pensa do feminismo? Você é feminista? Qual a relação entre feminismo e empreendedorismo?
8. Você participa de algum movimento feminista na cidade? Já participou de alguma atividade?
9. Você se considera uma mulher empoderada? Vê relação entre empoderamento e empreendedorismo?
10. O que você pensa sobre uma feira somente de mulheres, qual a importância dela para sua vida e para a sociedade?

Parte III - Percepções

1. Qual sua percepção sobre o empreendedorismo no Brasil e em Santa Maria? Quais os saldos, negativos e positivos, na sua percepção?
2. Como você observa as políticas de geração de renda nos últimos governos? Quais diferenças entre os governos petistas, o governo Temer e o de Bolsonaro?
3. Como vê as mudanças no trabalho nos últimos tempos (as reformas trabalhistas e previdenciárias)?
4. O que você pensa sobre a feira feito por mulheres também ser um coletivo? Como essa modalidade contribui para a cidade de Santa Maria?
5. Em relação a ser uma feira com vagas limitadas, como é para você concorrer para expor? Já se sentiu prejudicada por ficar de fora? Como gostaria que fosse?

ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadora discente: Gabriela Bastos Ribas

Contato: ribas.gabriela@acad.ufsm.br

Orientador: Profº Drº Everton Lazzaretti Picoletto

Você está sendo convidada a participar, voluntariamente, de uma pesquisa referente às relações de trabalho presentes na Feira Feito por Mulheres de Santa Maria. Esse estudo tem como objetivo a construção da dissertação de mestrado da discente Gabriela Bastos Ribas, estudante do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Sua participação é de caráter voluntário e você poderá se retirar do estudo a qualquer momento. Pontuamos que não serão utilizados os verdadeiros nomes em nenhum momento de divulgação deste estudo e que todas as informações serão utilizadas apenas para fins acadêmicos.

Santa Maria, _____ de _____ de _____

Ciente: _____